

LILIANE SANTANA

**A EXPRESSÃO DA ESTRUTURA ARGUMENTAL
DOS NOMES DERIVADOS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos (Área de concentração: Análise Lingüística).

Orientador: **Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho**

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2005

LILIANE SANTANA

**A EXPRESSÃO DA ESTRUTURA ARGUMENTAL
DOS NOMES DERIVADOS**

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho - Orientador

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Profa. Dra. Cláudia Nívea Roncarati de Souza

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Suplentes

Profa. Dra. Maria Beatriz do Nascimento Decat

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

UNESP – Universidade Estadual Paulista

Ao meu avô Perciliano (*in memoriam*), um rio que passou em minha vida, humildemente dedico este trabalho. Sua memória permanece viva e se propaga no modo de ver o mundo que pessoas simples como ele plantam na alma de todos ao seu redor.

AGRADECIMENTOS

Ao Roberto, pela orientação segura, confiança, paciência e atenção. Meu encanto pela linguagem, minha formação acadêmica e minha trajetória como pesquisadora, que está apenas começando, têm as mãos desse ser humano de alto quilate, que, com a habilidade e a sutileza de um escultor, lapida o mármore, modelando-o. Sou especialmente grata pela amizade sincera, pela presença constante, pela alma gigantesca. Tuas escolhas foram minhas escolhas, minhas escolhas também foram tuas: este trabalho é nosso, é fruto do nosso esforço;

À Erô e ao Carlos, pelas valiosas contribuições que deram a este trabalho, por ocasião do exame de qualificação. Meus mais sinceros agradecimentos são, sobretudo, pela amizade estimulante, por acreditarem em mim, por torcerem pelo meu sucesso, pela força e pelo incentivo de sempre;

Aos meus pais, Valter e Neuza, e à minha irmã, Ana Maria, meu porto seguro, pela paciência e pela compreensão, que me deram a tranquilidade necessária para concluir esta dissertação. Aos pequenos Amanda e Pedro, minhas paixões, pelos momentos pueris de distração;

Ao Merso, meu grande amigo, pelo apoio e motivação, pelas sugestões e revisão. Ao Marcelo e ao Du, amigos de todas as horas, por dividirem comigo os momentos de preocupação e pela conversa fiada.

Ao João Paulo, Clayton, Fino, Bel, Linaldo, Valéria e a todos os companheiros da luta, pelo sonho conjunto, por confiarem em mim, por compreenderem minha ausência nos momentos cruciais;

Ao Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, pelas discussões de aspectos importantes para este trabalho e para minha formação como pesquisadora;

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, pelo apoio financeiro, sem o qual seria difícil a conclusão desta dissertação;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho,

meu sincero reconhecimento

SANTANA, L. *A expressão da estrutura argumental dos nomes derivados*. São José do Rio Preto, 2005, 166p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

As nominalizações, como construção encaixada, constituem um tipo secundário de termo, usado para se referir a entidades de ordem superior; como termos, seus constituintes típicos são operadores, predicados, argumentos e satélites. Ao contrário de satélites, que consistem em informação adicional, argumentos são termos obrigatórios, requeridos pela semântica do predicado. Sendo obrigatórios, os argumentos da nominalização deveriam vir expressos. Entretanto, não é o que ocorre: dificilmente a estrutura argumental da nominalização é preenchida em sua totalidade. Esse comportamento das nominalizações motiva duas diferentes posições teóricas no interior dos quadros da Gramática Funcional: de acordo com Dik (1985, 1997), os termos das nominalizações são constituintes argumentais, enquanto para Mackenzie (1985, 1996), eles devem ser tratados como um tipo de satélite. Com base num baixo preenchimento argumental nas construções derivadas, este trabalho busca explicações para essa natureza controversa da estrutura argumental das nominalizações mediante análise da relação entre propriedades sintático-semânticas decorrentes da estrutura valencial das nominalizações e a natureza informacional de seus constituintes argumentais. O universo de investigação consiste num *corpus* constituído por inquéritos de Elocução Formal (EF), Diálogo entre Informante e Documentador (DID) e Diálogos entre Dois Informantes (D2) do Projeto NURC-SP (Castilho & Preti, 1986), e o processamento quantitativo dos dados é feito eletronicamente mediante o uso do pacote estatístico VARBRUL. Os resultados obtidos confirmam o baixo preenchimento argumental da nominalização; entretanto, mostram que o que determina a expressão argumental não é nenhum fator necessariamente formal, mas o estatuto informacional dos referentes envolvidos. Com efeito, caso sirva para introduzir um novo referente no discurso, o argumento respectivo deverá vir expresso; caso a função do nome derivado seja retomar uma informação, os argumentos da predicação *input* poderão ser expressos ou não, dependendo das condições textuais. Trata-se afinal de formas alternativas de expressão formal motivada por necessidades comunicativas de natureza pragmática. Com relação à expressão argumental, os resultados mostram que os argumentos recebem preferentemente o formato de um sintagma-de, e, havendo dois argumentos para serem expressos, é A₂ na forma de sintagma-de que predomina. Uma vez mais, a confirmação desse fato tem um forte correlato pragmático, já que o argumento interno é normalmente dotado de informação nova e o argumento externo, de informação dada.

PALAVRAS-CHAVES: Nominalização, Estrutura argumental, Predicação encaixada, Argumentos, Satélites.

SANTANA, L. *The expression of argument structure of derived nouns*. 2005, 166p. Dissertation (Master's degree in Linguistic Studies – Concentration Area: Linguistic Analysis) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Câmpus de São José do Rio Preto, Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

As embedded constructions, nominalizations consist of a secondary type of term, which is used to refer to entities of a higher order, and its typical constituents are operators, predicates, arguments and satellites. Unlike satellites, which consist of additional information, arguments are obligatory terms required by the semantic nature of the predicate. As obligatory terms, arguments of nominalizations should be overtly expressed, but not always this condition is applied, since argument structure of derived nouns is hardly filled up. This feature triggers two different theoretical positions in the Functional Grammar framework. According to Dik (1985, 1997) the terms of the nominalizations are true arguments, whereas according to Mackenzie (1985, 1996) they tend to be treated as a kind of satellite. On the basis of a real low frequency of argument structure filling, this work aims at explaining this controversial nature of argument structure of nominalizations by analyzing the relationship between the syntactic-semantic properties of valential structure of nominalizations and the informational status of its argumental constituents. The data consist of a sample extracted from the spoken material recorded from graduate informants by Urban Standard Norm Project (Projeto NURC)/Brasil) constituted by Formal Elocutions (EF), Dialogue between Informant and Documenter (DID) and Dialogue between Two Informants (D2) (Castilho & Preti, 1986) and the quantitative processing of data is made electronically by means of VARBRUL Program. The results confirm the low argument filling of nominalization; however they show that the argument expression it is not necessarily determined by a formal factor, but by the informational status of referents involved. In fact, if the function of the derived noun is to introduce a new referent in the discourse, the respective argument should be expressed; if its function is to resume an information, the arguments of the input predication may be expressed or not, depending on the textual conditions. They consist of alternative formal expressions which are motivated by communicative needs of pragmatic nature. As to the argument expression, the results additionally show that the arguments preferentially take the form of an of-phrase, and if there are two arguments to be expressed, it is the second one in the of-phrase form which stays on. Once again the confirmation of this fact has a strong pragmatic correlation, since the internal argument usually presents a new information, and the external argument, a given information.

KEY WORDS: Nominalization, Argument structure, Embedded predication, Argument, Satellite.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

CAPÍTULO I

Quadro 1: Estrutura hierárquica da oração (Dik, 1989)	25
---	----

CAPÍTULO II

Figura 1: Princípio de Ajustes formais (Dik, 1997, p.158)	44
---	----

CAPÍTULO V

Gráfico 1: Distribuição do nome derivado quanto à derivação	98
Gráfico 2: Distribuição do nome derivado quanto ao estatuto informacional	105
Gráfico 3: Comparação entre as valências potencial e real (A_1)	107
Gráfico 4: Comparação entre as valências potencial e real (A_2)	108
Gráfico 5: Preenchimento da estrutura argumental	108
Gráfico 6: Estatuto informacional de A_1 expresso	114
Gráfico 7: Estatuto informacional de A_2 expresso	114
Gráfico 8: Expressão argumental quanto ao tipo de inquérito	121
Gráfico 9: Recuperação de argumento não expresso quanto ao tipo de inquérito	121
Gráfico 10: Expressão formal de A_1 e A_2	127
Gráfico 11: Função semântica de A_1 expresso	129
Gráfico 12: Função semântica de A_2 expresso	129
Gráfico 13: Preenchimento argumental de nomes de verbal e deadjetival	131

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO V

Tabela 1: Distribuição da nominalização quanto ao tipo semântico	100
Tabela 2: Distribuição da nominalização quanto à valência potencial	101
Tabela 3: Distribuição da nominalização quanto à função sintática na predicação matriz .	102
Tabela 4: Mecanismos de preenchimento da valência não diretamente expressa de A_1	111
Tabela 5: Distribuição da nominalização quanto à forma de expressão de A_1	124
Tabela 6: Distribuição da nominalização quanto à forma de expressão de A_2	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Justificativa e relevância do tema	11
2. Objetivos	16
3. Organização geral do trabalho	19
 CAPÍTULO I – O MODELO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL	21
1.1. Introdução	21
1.2. A versão <i>standard</i> da Gramática Funcional	21
1.3. A Gramática Funcional do Discurso	26
 CAPÍTULO II – O TRATAMENTO DAS NOMINALIZAÇÕES NO QUADRO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL	29
2.1. Introdução	29
2.2. A nominalização na GF <i>standard</i>	30
2.3. A nominalização na GFD: uma crítica à noção de esquema de predicado na GF <i>standard</i>	35
2.3.1. Uma proposta alternativa: esquemas de predicação na GFD	39
2.4. O modelo de ajustes na GF <i>standard</i>	42
2.4.1. A expressão de argumentos como sintagmas de possuidor	49
2.5. Relações básicas e diferenças entre construções verbais e nominais	54
2.6. Por que nominalizar?	57
 CAPÍTULO III – DIVERGÊNCIAS QUANTO AO TRATAMENTO DAS NO- MINALIZAÇÕES NO QUADRO DA GF <i>STANDARD</i>	62
3.1. Introdução	62
3.2. Preservação e redução de valência: diferentes perspectivas para as nominalizações	63
3.3. Argumentos ou satélites?	73

CAPÍTULO IV – UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76
4.1. Delimitação do <i>corpus</i>	76
4.2. Procedimentos metodológicos e técnicas de investigação	77
4.3. Hipóteses de trabalho	95
 CAPÍTULO V – A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS NOMINALIZAÇÕES .	97
5.1. Introdução	97
5.2. Características gerais das nominalizações	98
5.3. O preenchimento da estrutura argumental das nominalizações no PB	107
5.4. A expressão argumental: formas de expressão e argumentos expressos	124
5.5. A estrutura argumental dos nomes deverbais e deadjetivais	131
5.6. Sumário	135
 CAPÍTULO VI – A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS NOMINALIZAÇÕES: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS	139
6.1. Introdução	139
6.2. Por uma estrutura de argumentos	140
6.3. Uma proposta alternativa: esquemas de predicação na GFD	147
6.4. Regras para a expressão argumental das nominalizações no PB	154
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

INTRODUÇÃO

1. Justificativa e relevância do tema

As posições de argumentos e de satélites, na estrutura subjacente da oração, podem ser preenchidas com termos, usados pelo falante para se referir a entidades de um mundo real ou imaginário. Esses termos permitem, ao destinatário, estabelecer uma representação mental de alguma entidade, ou identificar/retomar uma entidade já estabelecida em seu mundo mental (DIK, 1997).

O tipo primário de termo, para a Gramática Funcional, é um termo nominal que pode ser usado para se referir a alguma entidade de primeira ordem, e o modelo de expressão típico para esses termos contém constituintes como determinante, quantificador, possuidor, adjetivo, nome, como em (1):

(1) o cachorro pequeno

(d1x_i: cachorro [N] (x_i)_Ø: pequeno [A] (x_i)_Ø

Termos também podem ser usados para se referir a entidades de ordem mais alta; são formados por nomes simples, ou por construções encaixadas (uma predicação, uma proposição ou um ato de fala) – que são termos complexos que funcionam como restritores.¹ Os exemplos contidos em (2a-c) ilustram termos complexos que fazem referência a entidades de ordem superior:

¹ A Gramática Funcional (DIK, 1989) descreve a estrutura de termos mediante o seguinte esquema: ($\Omega x_1: \Phi_1(x_1) \Phi_2(x_1): \dots: \Phi_n(x_1)$), em que (x_1) é uma variável para *termos*, Ω é uma variável para *operadores* e cada Φ é uma predicação aberta em (x_1), que restringe o ‘espaço de busca’ para o ouvinte, denominando, assim, o conjunto de referentes potenciais para termos.

- (2)a. Pedro testemunhou a derrota de Amanda
 b. Pedro acreditava na derrota de Amanda
 c. Pedro questionou o porquê da derrota de Amanda

Nos exemplos acima, a semântica do predicado é que determina o nível a que cada termo se refere. Desse modo, em (2a), a predicação [Pedro testemunhou] – interpretada como designando um estado de coisas – faz referência a um evento, uma entidade de segunda ordem, já que atua no nível da predicação.² Já em (2b), o *status* semântico é diferente; as coisas em que pessoas acreditam não são estados de coisas, mas proposições, conteúdos proposicionais, ou fatos possíveis. Nesse exemplo, portanto, faz-se referência a um conteúdo proposicional, uma entidade de terceira ordem. Por fim, em (2c), faz-se referência a uma pergunta, tratando-se, assim, de um ato de fala encaixado, uma entidade de quarta ordem (DIK, 1989, 1997).³

Certamente, o objetivo aqui não é o de estudar cada tipo de entidade que os exemplos acima designam, tampouco o espaço desta seção é o local adequado para iniciar uma discussão desse tipo; afirmar, contudo, que as entidades a que os termos se referem podem ser de ordem superior permite considerar que as nominalizações – estas, sim, o foco deste trabalho –, como formas de construção encaixada, constituem um tipo secundário de termo, usado para se referir a uma entidade de ordem superior, já que o tipo primário, prototípico, refere-se a entidades de primeira ordem.

Como construções encaixadas, os ingredientes típicos das nominalizações são

² O estado de coisas é o resultado da relação que se estabelece entre o predicado e seus termos, e indica que alguma coisa acontece no mundo real ou pode ser criado no mundo mental do falante e do ouvinte (DIK, 1989).

³ Lyons (1977) apresenta uma tipologia de entidades (três formas) que aprimora a tradicional distinção entre nomes concretos e abstratos. Distingue, assim, “entidades de primeira ordem” (como designada por termos de nível 1 da GF), que são objetos físicos, isto é, pessoas, animais ou coisas, localizados no tempo e no espaço, e são avaliadas em termos de sua existência; “entidades de segunda ordem” (estados de coisas, como designados pelas predicações da GF), que, por sua vez, são eventos, processos, estados de coisas, localizados no tempo, e são avaliadas em termos de sua realidade; e entidades de “terceira ordem” (fatos possíveis, como designados pelas proposições da GF), que são entidades avaliadas em termos de sua verdade. A GF acrescenta a essa tipologia “entidades de quarta ordem” (atos de fala, como indicados pela estrutura completa da oração).

π -operadores, predicados, argumentos e satélites (DIK, 1997). Em (2a), por exemplo, é possível notar, inicialmente, que a nominalização *derrota* atua como termo da predicação [Pedro testemunhou]. Assim, tem-se uma predicação – [a derrota de Amanda] – funcionando como termo (argumento objeto) de uma predicação hierarquicamente superior. O que interessa, entretanto, é que, na derivação nominal, os constituintes do predicado *input* (operadores, predicado, argumentos e satélites) devem ajustar-se ao termo nominal prototípico, adotando novos tipos de constituintes (operadores de termo – determinante e quantificador –, sintagma de possuidor, adjetivo, nome).⁴

Embora o campo de investigação das nominalizações seja amplo, é com base nas características de seus termos que este trabalho será desenvolvido. Note-se (3):

(3) (x_i : [caminhar (João)_{Agente}] (x_i))
 A caminhada de João

Observados os constituintes das nominalizações, uma questão pertinente que se coloca naturalmente se refere ao preenchimento da estrutura argumental desse tipo de construção encaixada e em termos de quais argumentos são expressos e qual é sua forma de manifestação. Em (3), o predicado nominal, em relação ao predicado *input*, preserva a valência, expressando o argumento possível por meio de um sintagma-de.⁵

⁴ No texto original, Dik (1985, 1997) usa a palavra *possessor* ('possuidor') ao definir o modelo de expressão para termos nominais, expressão um tanto inapropriada por referir-se a um tipo de função semântica, não a uma entidade formal, como de fato ela é. Por essa razão, traduzimos o termo *possessor* pela expressão *sintagma de possuidor*. Vale lembrar, contudo, que, ao usar o termo 'possuidor', Dik (1985, 1997) não está fazendo referência a uma relação real de posse, tal como ocorre com termos de primeira ordem, como em *livro de Maria*, mas a uma extensão metafórica deles, de acordo com Mackenzie (1996), já que o ajuste formal operado na nominalização faz com que os argumentos recebam expressão similar à de uma expressão de posse de um nome prototípico.

⁵ Na Gramática Funcional (1989), o esquema de predicado especifica informações quanto à (i) valência quantitativa, que se refere ao número de argumentos que um toma para formar a predicação nuclear, distinguindo-se predicados de um lugar (ou monovalentes), de dois lugares (ou bivalentes), de três lugares (ou trivalentes), e à (ii) valência qualitativa, que indica os tipos de argumentos que o predicado admite, bem como as restrições de seleção impostas sobre eles (cf. capítulo II, seção 2.2., p. 32).

Ao contrário de satélites, que, por consistirem em informação adicional, são elementos facultativos, argumentos são termos obrigatórios, isto é, são requeridos pela semântica do predicado e, por isso, não podem ser retirados da predicação sem que a informação essencial seja prejudicada. Sendo argumentos obrigatórios, os constituintes do predicado nominal derivado deveriam vir expressos. Entretanto, não é o que ocorre: dificilmente a estrutura argumental da nominalização é preenchida em sua totalidade, como (4) exemplifica⁶:

(4) Embora ainda plantem laranja, eles já não dependem da **colheita** para sobreviver.

Observe-se que, no exemplo (4), o nome *colheita*, cuja estrutura de predicado *input* poderia ser descrita como $(x_i: [\text{colher } (x_1)_{\text{Agente}} (x_1)_{\text{Meta}}] (x_i))$, não apresenta os dois possíveis argumentos formalmente expressos.

É justamente essa característica da nominalização que subsidia a hipótese defendida por Mackenzie (1985, 1996, 2002) de que a predicação nominalizada prototípica é, na realidade, avalente. Por outro lado, Dik (1985, 1997) caracteriza os termos que acompanham as nominalizações como constituintes argumentais, fazendo um estudo detalhado da forma de expressão desses constituintes. Tem-se, assim, um impasse: qual tratamento dar aos termos das nominalizações – argumentos ou satélites?

A posição de Mackenzie parece ser amplamente justificada se se considera que dificilmente a nominalização expressa formalmente os seus constituintes. Ora, se podem ou não vir expressos, não se trata, então, de termos obrigatórios e, por conseguinte, não há razão para tratá-los como argumentos. Entretanto, tomar como base pura e simplesmente o fato de o termo não vir formalmente expresso e, partindo desse princípio, afirmar que se trata de satélites parece não garantir um tratamento justo a esses termos. Um bom exemplo a atestar

⁶ Em uma análise de nominalizações bivalentiais do holandês, Dik (1985) observa que poucos casos apresentam de fato argumentos formalmente expressos, o que, para o autor, significa dizer que as nominalizações tendem a não expressar argumentos ou expressar somente A_2 .

essa afirmação é (4) acima, em que o nome *colheita* tem sua estrutura argumental garantida no cotexto, sendo, portanto, redundante enunciá-la. Observem-se, paralelamente, (5a-b):

(5)a. $(x_i : [\text{comprar } (x_1)_{\text{Agente}} (\text{imóvel})_{\text{Meta}}] (x_i))$

Comprar um imóvel parece impossível nos dias atuais.

b. $(x_i : [\text{correr } (x_1)_{\text{Agente}}] (x_i))$

Correr tornou-se a atividade física mais comum entre os que procuram uma vida saudável.

em (5a), somente o segundo argumento é expreso; já em (5b), o único argumento possível não recebe expressão formal. Tendo em vista os exemplos contidos em (5a-b), que não apresentam seus argumentos formalmente expressos, isso seria condição suficiente para se afirmar que, dada a possibilidade de os termos desse predicado verbal não virem formalmente expreso, não se trata de argumentos mas de satélites? Ou, dito de outra forma, o fato de os termos de uma predicação, seja ela verbal ou nominal, não virem expressos é suficiente para caracterizá-los como satélites?

Obviamente, para se chegar a uma conclusão, é necessária uma investigação empírica e teórica mais profunda e alargada. Observada essa característica da construção encaixada nominalizada – baixo preenchimento formal da estrutura argumental –, cabe afirmar que este trabalho busca explicações para a natureza controversa da estrutura argumental das nominalizações mediante análise da relação entre propriedades sintático-semânticas decorrentes da estrutura valencial das nominalizações e a natureza informacional de seus constituintes argumentais.

Desse modo, as questões levantadas e outras questões que surgirão durante a investigação mostram ser extremamente relevantes e por si só justificável conhecer as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas dos termos dos nomes derivados. Esse

conhecimento certamente permitirá avaliar a natureza da atuação dos nomes derivados na estrutura da sentença matriz e, por extensão, na seqüência textual que os contém.

2. Objetivos

Este trabalho de dissertação visa a investigar a expressão argumental de um tipo de construção encaixada do português brasileiro (PB), as nominalizações. Dada a divergência no quadro teórico da Gramática Funcional quanto ao tratamento dispensado aos termos da nominalização, resumidamente apresentada na seção anterior, o estudo do comportamento das nominalizações tem por objetivo principal verificar se, no PB, os complementos são satélites ou argumentos. Pretende-se investigar, inicialmente, o preenchimento da estrutura argumental das construções derivadas e, assim, pelo menos no PB, adequar o tratamento que é dado a esses termos.

Além de proceder à investigação da valência real dos nomes deverbais e deadjetivais, pretende-se investigar, num segundo momento, quais termos são preferencialmente selecionados pelo falante para serem expressos nesse tipo de construção encaixada e, ainda, qual a sua forma de expressão. Considerem-se os exemplos contidos em (6a-g):

- (6) a. $(x_i : [\text{construir} (\text{João})_{\text{Agente}} (\text{casa})_{\text{Meta}}] (x_i))$
 b. A *construção* foi demorada
 c. A *construção* da casa foi demorada
 d. A sua *construção* da casa foi demorada
 e. A *construção* da casa por João foi demorada
 f. A construção de João da casa foi demorada
 g. A construção da casa de João foi demorada

Em (6), tem-se um exemplo de uma predicação nominalizada que, dado o predicado verbal *input* (6a), pode não manter a mesma estrutura, ou seja, não preenche todas as casas valenciais, como em (6b). Essa mesma predicação pode apresentar um dos argumentos, como em (6c), em que o segundo argumento potencial é expresso, ou expressar os dois argumentos potenciais, seja por meio de um sintagma-de, um pronome anafórico ou pela preposição *por*, como em (6d-g). É necessário salientar que (6f) e (6g) são ambíguas entre uma interpretação realmente possessiva ou agentiva do sintagma-de. Resta saber se essa ambigüidade restringe o uso de nominalizações desse tipo.

No caso dos nomes deverbais, o estudo da expressão argumental permitirá identificar os princípios que motivam a escolha de um ou de outro termo e verificar se às predicações nominalizadas do PB aplicam-se as características do sistema postuladas por Dik (1985), a serem apresentadas no capítulo II.

Considerando que tanto o primeiro argumento potencial quanto o segundo podem ocupar a posição em um sintagma-de, pretende-se verificar, assim, num terceiro momento, de que maneira se resolve a competição entre esses argumentos para ocupar a posição de possuidor prevista por Dik (1985).

Ainda com relação à forma de expressão dos argumentos nas construções derivadas, este trabalho visa a verificar se, no PB, é agramatical uma construção derivada de (6a), como *a construção de João da casa*, em (6f); ou mesmo *a construção da casa de João*, que é uma construção ainda mais complicada, em virtude de ambigüidade sintática com uma estrutura similar a (6g), em que o termo na função de Meta já é o sintagma complexo *casa de João*.

Os nomes deadjetivais obedecem a restrições similares às dos nomes deverbais, como a expressão obrigatória de um argumento como sintagma-de, como é possível verificar em (7a-b):

- (7) a. José está doente
 b. A doença de José

A única diferença é que, nesse caso, não há competição entre os argumentos Agente e Meta para figurar na posição de possuidor e a função semântica é Zero, tanto na estrutura argumental do adjetivo quanto na do nome derivado.

No caso de haver adjetivos primitivos, como *fiel*, cuja estrutura argumental já está preenchida por uma posição valencial independente da predicação com cópula-suporte, a competição que se dá com os nomes deverbais não ocorre, já que o nome derivado pode preservar intacta a estrutura argumental do adjetivo primitivo, como se observa em (8a-b):

- (8)a. João é fiel aos seus princípios
 b. A fidelidade de João aos seus princípios

É relevante, mesmo assim, investigar o comportamento da estrutura argumental dos nomes deadjetivais para, num segundo plano, compará-los aos deverbais.

Tendo-se explicitado os objetivos desta pesquisa, cabe salientar, de forma sucinta, a hipótese fundamental que norteia este trabalho. A principal conjectura é a de que estrutura argumental das nominalizações se mantém. O estatuto informacional da nominalização em si e de seus argumentos parece explicar de forma satisfatória a expressão formal dos argumentos; em outros termos, o preenchimento ou não da estrutura argumental é determinado pela distribuição de informação nova ou dada no texto.

Analisando os pontos propostos neste trabalho, longe de apresentar fundamentos definitivos que caracterizam as construções nominalizadas no PB, será possível oferecer uma descrição do funcionamento da expressão argumental desse tipo de construção e, assim, avaliar a natureza das funções que definem a seleção de uma nominalização na estrutura da

construção encaixada. Pretende-se, assim, suscitar questões relacionadas a esse tipo de construção e abrir, no mínimo, perspectivas para estudos futuros, mais abrangentes, que forneçam explicações mais detalhadas.

3. Organização geral do trabalho

Para formalizar essa proposta de trabalho, o capítulo I apresenta a perspectiva teórica que se pretende projetar. Constitui, portanto, a base teórica sobre a qual se fundamenta este trabalho e é parte necessária para a continuidade dos capítulos subseqüentes, já que nela se descreve o modelo teórico subjacente à análise do objeto de estudo deste trabalho de pesquisa, tratando dos princípios gerais da Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997) e, paralelamente, apresentando o novo modelo teórico representado pela Gramática Funcional do Discurso (HENGEVELD, 2000).

O capítulo II limita-se a descrever o tratamento dado às nominalizações dentro de um quadro teórico maior. Considera-se, assim, (i) o que a Gramática Funcional *standard* entende por nominalização, focalizando-se a noção de esquema de predicado dentro do qual essas construções se inserem, e apresentando-se, em acréscimo, a nova proposta da Gramática Funcional do Discurso para os esquemas de predicado; (ii) os princípios que regem a formação e expressão desse tipo de construção encaixada; (iii) o modelo de ajuste e expressão de argumentos, proposto por Dik (1985, 1997); (iv) as diferenças e semelhanças entre construções verbais e nominais, sob a perspectiva da GF *standard*. Descreve-se, por fim, (v) as vantagens para a escolha de uma nominalização, conforme aponta Mackenzie (1985, 1996).

Considerando que o comportamento das nominalizações motiva duas diferentes posições teóricas no interior dos quadros da Gramática Funcional, no capítulo III, aborda-se a discussão da hipótese defendida por Dik (1985, 1997), a de que os nomes derivados

manifestam de fato uma estrutura de argumentos, e da hipótese sustentada por Mackenzie (1985, 1996), para quem os termos das nominalizações são satélites. Trata-se de uma discussão importante, visto que está diretamente ligada à hipótese defendida neste trabalho.

O capítulo IV é um relato do aparato metodológico e universo de pesquisa utilizados para o desenvolvimento da tarefa aqui proposta; esse capítulo enfatiza ainda as hipóteses que fundamentam este trabalho.

Na análise de um *corpus* do português falado, confinada ao capítulo V, faz-se a apresentação dos dados coletados, paralelamente à sua descrição e interpretação, e tenta-se mostrar as generalizações quanto à estrutura argumental dos nomes derivados do PB.

O capítulo VI procura relacionar as interpretações, obtidas por meio da análise do objeto de estudo, aos postulados teóricos levantados nos capítulos anteriores e, principalmente, tenta comprovar ou rejeitar as hipóteses de trabalho, apresentadas no capítulo IV.

As considerações finais apresentam os aspectos gerais a respeito dos resultados obtidos neste trabalho, bem como procuram apontar perspectivas para uma investigação futura.

CAPÍTULO I

O MODELO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

1.1. Introdução

Este capítulo faz alguns esclarecimentos a respeito da opção teórica assumida. Como, neste trabalho, verifica-se o uso dos nomes derivados no discurso, o ponto de vista teórico que se pretende adotar é o da Gramática Funcional, mais especificamente a corrente funcionalista holandesa proposta por Dik (1989, 1997).

Por uma questão de espaço e pertinência, evidentemente não se pretende aqui sintetizar todos os princípios da Gramática Funcional, tal como concebidos por Dik. Almeja-se simplesmente explicitar, na seção 1.2., os princípios gerais sobre os quais essa teoria lingüística se assenta, como um subsídio para a sustentação teórico-metodológica do trabalho.

Em adição, a seção 1.3. apresenta o modelo da Gramática Funcional do Discurso (HENGEVELD, 2000), que reconhece a necessidade de expansão do modelo representado pela versão tradicional da Gramática Funcional.

1.2. A versão *standard* da Gramática Funcional

A Gramática Funcional (doravante GF) concebe a linguagem como um instrumento de interação social entre seres humanos, usada com o objetivo primário de estabelecer relações comunicativas entre os interlocutores. Sob essa perspectiva, a interação verbal, isto é, a interação social por meio da linguagem, é uma forma de atividade cooperativa estruturada. Os instrumentos empregados nessa atividade, as expressões lingüísticas que se manifestam sob a

forma de enunciados, são eles próprios estruturados, isto é, governados por regras. São as regras e as expressões lingüísticas que, juntas, constituem o sistema lingüístico.

Do ponto de vista funcional, a lingüística tem de lidar com dois tipos de sistemas de regras, ambos ratificados por convenção social: (i) as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e (ii) as regras pragmáticas. A GF permite estabelecer a relação entre a configuração formal da linguagem e os subsistemas semânticos e pragmáticos, visto que salienta não só as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas, mas sobretudo as que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões são usadas (DIK, 1989).

De acordo com Dik, o sistema de regras (i) é instrumental em relação aos objetivos e propósitos do sistema (ii): a exigência básica do paradigma funcional é que expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas em termos do arcabouço geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal. A interação verbal em si deve ser vista como integrada às funções cognitivas superiores do usuário da língua natural (ULN).

Dois princípios de explicação funcional devem ser aplicados:

(1) uma teoria da linguagem não deve se contentar em mostrar as regras e os princípios subjacentes à construção das expressões lingüísticas por si sós, mas explicá-los em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como as expressões são usadas;

(2) embora por si mesma uma teoria das expressões lingüísticas não seja o mesmo que uma teoria da interação verbal, é natural exigir que seja incorporada no bojo de uma teoria pragmática da interação verbal mais abrangente. O que se propõe é que a teoria da gramática deve ser um sub-componente integrado da teoria do ULN.

Reconhecida a função instrumental da linguagem, Dik (1989) propõe um modelo de interação verbal objetivando equacionar a consideração funcionalista do papel da expressão lingüística dentro da comunicação. Nesse modelo de interação, o falante e o ouvinte têm uma grande quantidade de informação pragmática. Ao dizer algo, a intenção do falante é efetuar alguma modificação na informação pragmática do ouvinte. Para tanto, deve ter algum tipo de intenção comunicativa, um tipo de plano mental concernente à modificação particular que deseja causar na informação pragmática do ouvinte. Do ponto de vista funcionalista, a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, na interação verbal, não é estabelecida, mas apenas mediada pela expressão lingüística.

Segundo Dik, uma gramática funcional deve ser capaz de especificar todas as expressões lingüísticas de uma língua por meio de um sistema de regras e princípios em que as generalizações mais significantes sobre a língua são incorporadas; tem, assim, de apresentar três modelos de adequação explanatória: tipológica, pragmática e psicológica. Esses padrões de adequação são particularmente importantes para a teoria da GF.

A adequação tipológica exige, assim, que a teoria seja capaz de prover gramáticas para qualquer tipo de língua, dando conta de suas similaridades e diferenças.

A adequação pragmática, por sua vez, requer que uma gramática funcional revele as propriedades das expressões lingüísticas que são relevantes para o modo como são usadas, e que isso seja feito de tal modo que essas propriedades possam se relacionar às regras e princípios que governam a interação verbal. Isso significa que as expressões lingüísticas não são objetos isolados, mas instrumentos usados pelo falante para evocar no ouvinte a interpretação desejada.

A adequação psicológica refere-se à relação, tão próxima quanto possível, entre os modelos psicológicos da competência lingüística e o comportamento lingüístico. Uma gramática funcional que almeja alcançar uma adequação pragmática e psicológica deve, de

alguma forma, refletir a dicotomia produção/compreensão: os modelos de produção definem como os falantes constroem e formulam as expressões lingüísticas; os modelos de compreensão, por sua vez, definem como os destinatários processam e interpretam as expressões lingüísticas.

Na concepção da GF *standard*, o último nível de representação, a oração ou ato de fala (*clause*), é visto como uma rede intrincada de relações semânticas, sintáticas e pragmáticas. A arquitetura fundamental de uma GF envolve uma representação subjacente que encontra suas raízes na semântica, ou mais especificamente, na descrição lexical dos predicados que formam o esqueleto dessa representação. Essa representação deve conter, portanto, a informação que as regras de expressão necessitam para convertê-la num ato de fala.

A descrição de uma expressão lingüística começa com a construção de uma predicação, formada por meio de termos, que representam as expressões lingüísticas usadas para se referir a entidades do mundo real ou imaginário, e predicados, que constituem estruturas (esquemas de predicado) que representam o ponto de partida para a construção de predicações.⁷ Os predicados e termos de uma língua podem ser básicos, se usados de um modo predeterminado, ou derivados, se formados a partir de regras de formação de predicados e de regras de formação de termos. Os predicados e termos básicos são listados no léxico, e o componente que os contém é chamado ‘Fundo’ da língua, dentro do qual há um estoque praticamente ilimitado de esquemas de predicado e de estrutura de termos para a construção de predicações.

A estrutura subjacente da oração é construída a partir de um esquema de predicado, que contém, além do predicado, as posições argumentais, ocupadas por termos. A propriedade mais saliente da estrutura subjacente da oração é que ela é disposta em camadas; considera-se,

⁷ Os esquemas de predicado serão tratados mais detalhadamente no capítulo II (seção 2.3., p.35).

assim, que a configuração de uma oração que representa um ato de fala contém quatro camadas de análise, e cada uma está completamente contida na imediatamente superior. Cada camada pode ser modificada tanto por operadores quanto por satélites. Essa estrutura em camadas hierarquicamente ordenadas pode ser resumida no quadro 1, que mostra que cada oração, ou ato de fala (E_i, E_j), contém uma proposição (X_i, X_j), que, por sua vez, contém uma predicação (e_i, e_j) e esta consiste num predicado (f_i, f_j) e seus argumentos (x_i, x_j).

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem	Variável
Oração	ato de fala	4	E_i, E_j
Proposição	fato possível	3	X_i, X_j
Predicação	estado de coisas	2	e_i, e_j
Termo	entidade	1	x_i, x_j
Predicado	propriedade/relação		f_i, f_j

Quadro 1: Estrutura hierárquica da oração (adaptado de DIK, 1989)

A GF *standard* segue o curso *bottom-up*, ou seja, a direção é ascendente, do nível mais baixo para o nível mais alto, o que significa que o falante seleciona, primeiramente, um esquema de predicado, que é gradualmente expandido em estruturas mais abrangentes até atingir o nível ilocucionário, para então serem finalmente aplicadas as regras de expressão.

Apesar dessa tendência à representação de componentes discursivos na estrutura subjacente da oração, a GF *standard* não é capaz de ultrapassar o nível da oração para poder abranger também o nível textual-interativo. Dessa forma, passa-se a vislumbrar a extensão de uma Gramática Funcional da sentença rumo à construção de uma Gramática Funcional do Discurso.

1.3. A Gramática Funcional do Discurso

Dik (1997) já menciona a necessidade de expandir o modelo da GF. Desde o começo dos anos 90, uma parte significativa da pesquisa desenvolvida dentro da GF tem sido direcionada à expansão do modelo de uma gramática sentencial para uma gramática do discurso. Segundo Hengeveld (2000), há duas razões para essa expansão. Em primeiro lugar, há muitos fenômenos lingüísticos que somente podem ser explicados em termos de unidades maiores que a sentença individual: partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas verbais narrativas etc. Em segundo lugar, há muitas expressões lingüísticas que são menores do que a sentença individual, mas funcionam como enunciados completos e independentes dentro do discurso. Isso requer uma concepção de enunciados como atos discursivos e não como sentenças.

Hengeveld argumenta, então, que um modelo adequado de gramática do discurso requer a integração dessas duas abordagens, ou seja, há a necessidade da aplicação de um modelo estendido de camadas e de reconhecimento de vários níveis de análise. O modelo de uma Gramática Funcional do Discurso (doravante GFD) é, portanto, hierárquico, visto que o nível discursivo é coberto por camadas adicionais hierarquicamente ordenadas, e modular, visto que o nível discursivo é administrado por um componente separado, ligado ao componente gramatical por meio de uma interface.

Um aspecto principal do modelo, que o difere do modelo proposto pela GF *standard*, é que ele trabalha em um sentido *top-down*, ou seja, de cima para baixo, indo da intenção para a articulação, o que significa que o falante decide primeiramente seu propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para atingir esse propósito, e, em seguida, codifica essa informação gramatical e fonologicamente para, finalmente, efetivar a articulação.

Para Hengeveld (2000), o modelo proposto pela GF *standard* tem uma orientação completamente diferente: começa com a seleção de esquemas de predicado, gradualmente expandidos para estruturas maiores, que, quando completas, são expressas por meio de regras de expressão. Essa organização caminha contra o padrão de adequação psicológica proposto pela própria GF, visto que o processo de produção da fala deve ser descrito como um processo descendente, que vai da intenção do falante à articulação fonológica, tal como propõe a GFD.

Esse passo, segundo Hengeveld, além de ter um nível mais alto de adequação psicológica, é crucial para o desenvolvimento de uma gramática do discurso, já que, em um modelo *top-down*, a geração de estruturas subjacentes, e, em particular, a interface entre os vários níveis, pode ser descrita em termos das decisões comunicativas que um falante toma quando constrói um enunciado.

A GFD distingue hierarquicamente três níveis de interação: o nível interpessoal, o nível representacional e o nível de expressão. A unidade central do nível interpessoal é o discurso (*move*), definido como o veículo para a expressão de uma intenção comunicativa do falante. Para atingir essa intenção comunicativa, o falante executa um ou mais *moves*, que consistem em um ato central, que pode ser sustentado por um ou mais atos subsidiários. Cada ato pode ser caracterizado em termos de sua ilocução, que são representadas como esquemas ilocucionários abstratos, que tomam os participantes no ato discursivo. Para construir o conteúdo comunicativo, o falante pode ter que executar um ou mais atos atributivos (*ascriptive acts*) e um ou mais atos referenciais (*referential acts*): é o falante que se refere a entidades usando expressões de referência; e é o falante que atribui propriedades a entidades aplicando predicados a essas expressões de referência.

Ao transmitir sua intenção comunicativa, o falante tem que preencher seu enunciado com um conteúdo semântico básico, isto é, com descrições de entidades como elas ocorrem no mundo não-lingüístico, que caracteriza o nível representacional. Essas entidades podem ser

entidades de terceira ordem ou conteúdos proposicionais, entidades de segunda ordem ou estados de coisas, entidades de primeira ordem ou indivíduos e, finalmente, entidades de ordem zero, ou propriedades. Numa representação maximamente hierárquica desse nível, o conteúdo proposicional pode conter a descrição de um estado de coisas, que contém, por seu lado, a descrição de uma propriedade e a de um indivíduo.

O terceiro módulo, ou nível de expressão, é uma representação da estrutura constituinte que começa no nível do parágrafo, que, por seu lado, consiste em uma ou mais sentenças, cada uma das quais pode conter uma ou mais orações, que podem conter um ou mais sintagmas predicacionais e sintagmas referenciais, cada um dos quais pode conter um ou mais lexemas.

Dado esse panorama geral da teoria da GF *standard* e da GFD, os dois capítulos subseqüentes passam a ver como a nominalização é tratada nesses dois modelos teóricos, principalmente na versão tradicional da GF.

CAPÍTULO II

O TRATAMENTO DAS NOMINALIZAÇÕES NO QUADRO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL

2.1. Introdução

No capítulo precedente, a preocupação foi a de descrever os princípios gerais do arcabouço teórico que fundamenta este trabalho, na tentativa de construir uma visão geral dessa perspectiva teórica. Este capítulo limita-se, agora, a abordar o tratamento que a GF *standard* (1989, 1997) confere à nominalização, a título de premissas que orientarão, por sua vez, os capítulos seguintes.

A seção 2.2. é uma apresentação do esquema de predicado da GF *standard*, dentro do qual as nominalizações se inserem. Como uma proposta alternativa a essa noção de esquemas de predicado, a seção 2.3. apresenta a nominalização na GFD, abordando a noção de esquemas de predicação nesse novo modelo da GF.

A seção 2.4., sob a perspectiva da GF *standard*, fornece os princípios que, segundo Dik (1985, 1997), regem a formação e expressão das nominalizações, bem como o modelo de ajuste das expressões verbais a expressões nominais. Posteriormente, a seção 2.4.1. trata especificamente da expressão dos argumentos, fundamentando-se nos ajustes propostos por Dik.

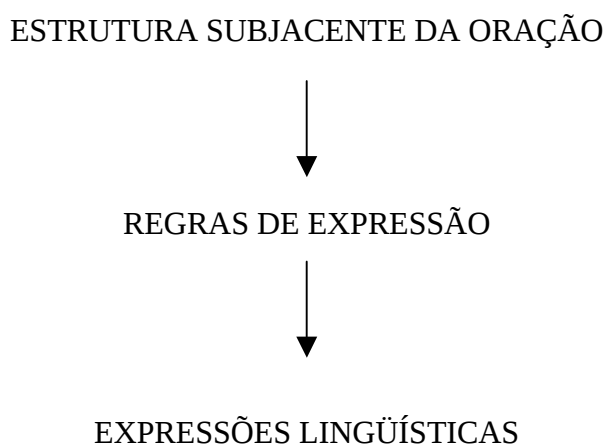
Com base em discussão levantada na GF *standard* sobre as construções verbais e nominais, a seção 2.5. aborda as relações básicas e diferenças entre esses dois tipos de construção.

Certamente, mais do que fazer uma análise dos fatos, é relevante oferecer uma explicação de por que os fatos são como são; nessa perspectiva, a seção 2.6. descreve as vantagens para a escolha de uma nominalização (cf. MACKENZIE, 1985, 1996).

2.2. A nominalização na GF *standard*

Dik (1989) considera que a estrutura subjacente da oração projeta-se sobre a forma real da expressão lingüística correspondente mediante um sistema de regras de expressão que determinam a forma, a ordem e o padrão entonacional dos constituintes da estrutura subjacente, conforme o esquema em (1) (cf. DIK, 1989, p.46):

(1)



A estrutura subjacente da oração é uma estrutura abstrata complexa em que se devem distinguir diversos níveis ou camadas de organização formal e semântica, que pode ser representada muito simplificada em (2) (cf. DIK 1989, p.46):

(2)	ORAÇÃO	→ “ato de fala”
	PROPOSIÇÃO	→ “fato possível”
	PREDICAÇÃO	→ “estado de coisas”
	PREDICADO	→ “propriedade/relação”
	aplicados a TERMOS	→ “entidade/entidades”

O núcleo da estrutura de uma oração subjacente é formado pela predicação, que pode ser, por seu lado, dividida em três diferentes níveis, a saber, predicação nuclear, consistindo apenas no predicado e seus argumentos, predicação central e predicação estendida, conforme a predicação nuclear é expandida pela ação de operadores e satélites com diferentes níveis de escopo. Como o capítulo anterior mostrou, os predicados podem ser básicos, quando contidos no léxico, ou derivados, quando produzidos mediante regras de formação de predicados.

A estrutura básica da predicação nuclear é determinada pelas possibilidades combinatórias do predicado, tal como definido no esquema de predicado, que, como ilustração, segue em (3), se considerado o verbo *dar*:

(3) $\text{dar}_V (x_1: \langle \text{anim} \rangle (x_1))_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}} (x_3: \langle \text{anim} \rangle (x_3))_{\text{Recipiente}}$ (cf. Dik 1989, p.68)

Como se observa em (3), o esquema de predicado especifica (i) a forma do predicado codificada sob um tipo padrão de representação fonológica e, no caso de não ser necessário esse tipo de detalhamento, convencionou-se uma notação simplificada com o uso da forma escrita do infinitivo, quando se tratar, como é o caso de (3), de um predicado verbal. Além da forma, o esquema de predicado representa a categoria sintática do predicado, que é V nesse caso. Juntamente com o predicado verbal, a GF *standard* reconhece a existência de pelo menos predicados nominais e predicados adjetivais. O esquema de predicado deixa implícitas ainda certas subcategorias, que podem ser reconhecidas com base nas propriedades estruturais

do predicado em si mesmo, tais como a de predicado bitransitivo, propriedade inferível do fato de *dar* admitir três argumentos.

Outras informações observáveis no esquema de predicado são a valência quantitativa e a valência qualitativa. A valência quantitativa se refere ao número de argumentos do predicado com base na predicação nuclear; as posições argumentais são simbolizadas em (3) pelas variáveis x_1 , x_2 , x_3 . Distingue-se, portanto, predicados de um lugar, ou monovalentes, predicados de dois lugares, ou bivalentes, e predicados de três lugares, ou trivalentes. A valência qualitativa indica os tipos de argumentos que o predicado admite, tais como especificados em (3) pelas funções semânticas de Agente, Meta e Recipiente e pelas restrições seletivas impostas sobre eles (Agente e Recipiente são necessariamente animados numa leitura comum, não metafórica, da predicação).

Ao tratar de construções complexas e derivadas, Dik (1997) afirma que um predicado, se básico, e, portanto, codificado no léxico, ou se derivado, por meio de regras de formação de predicado, nunca é um item isolado, mas sempre uma estrutura, na medida em que predicados existem somente como parte de esquemas de predicado, que, como visto acima, definem a forma, o tipo e a valência quantitativa e qualitativa do predicado. Predicados básicos, armazenados no léxico, representam as propriedades e relações mais fundamentais que são passíveis de expressão numa língua. Todos esses predicados, juntamente com suas propriedades combinatórias, que são codificados nos esquemas de predicado, têm que ser separadamente aprendidos e memorizados para que o falante seja capaz de usá-los. Em razão de limites psicológicos óbvios quanto ao número de predicados básicos que uma língua pode conter, são as regras de formação de predicado que garantem a projeção dessas propriedades/relações básicas num conjunto muito maior de propriedades/relações (DIK, 1997, p.19).

Uma vez que predicados somente existem em esquemas de predicado, as regras de formação de predicados permitem derivar produtivamente novos esquemas de predicados a partir de esquemas já dados; portanto, são regras que projetam esquemas de predicado em outros esquemas de predicados. Regras de formação de predicados tomam um esquema de predicado como *input* e produzem um esquema de predicado como *output*. Assim, qualquer propriedade do esquema de predicado *input* é passível de modificação através de uma regra de formação de predicado. Isso significa que as várias propriedades codificadas no esquema de predicado fornecem uma base natural para distinguir diferentes tipos de processos de formação de predicados. Assim, segundo Dik (1997, p.6), é possível encontrar processos de formação que afetam cada uma das propriedades de um esquema de predicado, como forma, tipo e valência; além disso, uma regra complexa pode afetar diversos traços simultaneamente.

No geral, esses processos de formação dão conta dos seguintes casos de valência quantitativa: (i) extensão de valência, em que um predicado intransitivo se transforma num transitivo, sendo o caso mais comum a regra de formação de predicado causativo; (ii) redução de valência, que envolve casos de incorporação de objeto, redução do primeiro argumento e redução do segundo argumento.

De acordo com Dik, há reflexos visíveis desses casos de formação na área da valência qualitativa: com efeito, os processos de formação de predicado que alteram a valência quantitativa refletem-se em geral nas alterações das funções semânticas e nas restrições de seleção do predicado *input*. Um exemplo é o da formação causativa, a que é necessário adicionar um segundo argumento, na função semântica de Causado; também em processos de redução de valência, um argumento originalmente Meta pode passar a Processado, se o predicado é dinâmico e não-controlado, ou a Zero, em caso de não-dinâmico e não-controlado.

Dik (1985) procura uma explicação para esses reflexos entre forma e conteúdo, por meio de dois princípios: (i) pelo Princípio de Ajuste Formal (PAF), a expressão de construções derivadas tendem a se ajustar ao modelo de expressão típico de construções não-derivadas; (ii) pelo Princípio de Ajuste Semântico (PAS), na medida em que o PAF se aplica, a construção derivada tende também a se ajustar semanticamente às construções não-derivadas.

O poder explanatório tanto do PAF quanto do PAS deriva do fato de que permitem fazer predições corretas não apenas em relação a manifestações de construções causativas num grande número de diferentes línguas, mas também em relação a outros tipos de construção, tais como as nominalizações.

Por *nominalização*, Dik entende (1997, p.157-8) uma construção encaixada que tem uma ou mais propriedades em comum com um termo nominal primário. Essas construções são definidas como um tipo particular de predicação encaixada, que preenche a posição de algum termo em uma predicação hierarquicamente superior. Dik distingue, então, dois tipos de nominalização, nucleada e não-nucleada. No tipo nucleado de nominalização, a construção encaixada é adicionada ao núcleo nominal, que tem um significado geral, como ‘fato’, ‘coisa’, ou ‘circunstância’.

No caso de nominalização não-nucleada, é o predicado em si mesmo que assume certas propriedades nominais. Considerem-se os seguintes exemplos:

(4) Eu ouvi dizer *que João partiu*.

(5) Maria não deixa *João partir*.

(6) Maria desaprova *a partida de João*.

Em cada caso, o constituinte em *itálico* é uma construção encaixada especificando o mesmo estado de coisas. (4) representa uma oração subordinada finita, (5), uma construção infinitiva, e (6), uma construção não finita, ainda que não haja, segundo Dik (1997), nada de ‘nominal’ nela. Em (6), vê-se que o constituinte Agente, no caso, *João*, aparece no genitivo, uma expressão especialmente adequada para expressar relações dentro de termos nominais. O fato de *João*, em (6), aparecer formalmente no genitivo, mas em função semântica de Agente, deve ser interpretado como uma propriedade nominal e, portanto, *a partida de João* deve ser descrita como uma nominalização.

Nominalizações são construções encaixadas que se ajustam em alguma medida ao padrão típico de expressão de termos nominais primários, como um exemplo cabal de aplicação do PAF. Ao contrário de termos nominais primários, que consistem em entidades de primeira ordem, nominalizações, como construções encaixadas, consistem num tipo secundário de termo, usados para referir-se a entidades de segunda, terceira e quarta ordem, isto é, estados de coisas, fatos possíveis e atos de fala, respectivamente.

2.3. A nominalização na GFD: uma crítica à noção de esquema de predicado na GF *standard*

Garcia Velasco & Hengeveld (2002) discutem o papel dos esquemas de predicado dentro da GF e apresentam a possibilidade de substituí-los por esquemas de predicação mais gerais, no interior dos quais os lexemas, listados no léxico sem esquemas, são inseridos por meio de aplicação de regras de ligação. A idéia de introduzir esquemas de predicação na GF foi proposta originalmente por Hengeveld (1992 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002) como uma alternativa para a Regra de Formação Termo-Predicado de Dik (1980 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002). Os autores argumentam que

a noção de esquema de predicado deve ser substituída, por um lado, por uma combinação de esquemas de predicação, por outro, por lexemas oferecidos com definições de significado abstrato e, finalmente, deve haver um mecanismo de ligação juntando esses dois. Os autores defendem o princípio de que essa passagem não é somente desejável, mas também ajuda a teoria a alcançar um certo grau de adequação psicológica, tipológica e pragmática.

O modelo de adequação psicológica requer que a GF possa referir-se tão estreitamente quanto possível aos modelos de competência lingüística e comportamento lingüístico (DIK 1997, p.13). Esquemas de predicado desempenham um papel central na organização da GF padrão, na qual eles constituem o *input* para a geração oracional e contêm uma grande quantidade de informação sintática e semântica relevante ao processo interpretativo. Espera-se, então, que a evidência psicolingüística confirme seu estatuto privilegiado na produção e compreensão de sentença. Um caso interessante para avaliar a adequação psicológica dos esquemas de predicado concerne ao comportamento de verbos que permitem estruturas de argumento alternativas, como por exemplo, os que participam das chamadas alternâncias causativas, como ilustradas em (7):

(7)a. Pedro abriu a porta.

b. A porta abriu. (adaptado de Garcia Velasco & Hengeveld, 2002, p.97)

A GF *standard*, como a seção anterior mostrou, trata essas alternâncias por meio de Regras de Formação de Predicado. De uma perspectiva psicolingüística, a abordagem da GF sugere que a interpretação e a produção dos esquemas *output* (8) terão que se referir à regra de formação de predicado relevante para estabelecer a relação com o esquema *input* e chegar à interpretação semântica apropriada do predicado derivado:

(8) REGRA DE FORMAÇÃO INCOATIVA

INPUT: $\text{pred}_V (x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$ OUPUT: $\text{pred}_V (x_2)_{\text{Processado}}$

(adaptado de GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.97)

Verbos que participam de alternâncias como a mencionada em (7a-b) acima não apresentam diferentes sentidos, mas diferentes estruturas de argumento. Quando se depara com um desses verbos, o falante/ouvinte terá que “decidir” a que esquema de predicado o verbo se vincula. A previsão que se origina da organização do léxico da GF é, primeiramente, que a sentença (7b) poderia ser mais extensa para processar que (7a), uma vez que ela requer a abertura da regra de formação de predicado relevante para chegar à interpretação correta do predicado.

Para iniciar a discussão da adequação pragmática os autores mencionam o exame que Butler (1988 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002) fez a respeito do conceito de esquema de predicado. Para Butler, o modelo de relação predicado-argumento, resumido no esquema de predicado, não é capaz de levar em conta o uso no discurso real do predicado e de seus argumentos (BUTLER, 2001, p.56 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002). Examinando o uso do predicado verbal *give* (dar), Butler conclui que a estrutura apresentada em (3), repetida abaixo, é simples demais para levar em conta o uso real do verbo. Com efeito, em quase 20% dos exemplos, o agente não é animado como o esquema requer; o exemplo fornecido pelo autor está contido em (9).

(3) $\text{dar}_V (x_1: <\text{anim}> (x_1))_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}} (x_3: <\text{anim}> (x_3))_{\text{Recipiente}}$ (DIK, 1989, p.68)

(9) Seus anos de composição de versos gregos deram-lhe confiança (BUTLER, 2001, p.58 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.101)

A alta incidência de agentes não animados sugere, para os autores, que esse exemplo de Butler constitui não apenas uma violação às restrições de seleção do primeiro argumento, mas tem também implicações mais sérias. A GF define a função semântica de Agente como a entidade controladora de uma Ação, mas, mesmo nos testes usados por Dik para determinar se um estado de coisas é de ação, o primeiro argumento do exemplo contido em (9) aparece como um não-agente. O fato que isso acarreta é o de que é possível atribuir a esses argumentos inanimados uma função semântica não agentiva, sendo o mais provável candidato a de Força.

Dada a produtividade dessa alternância, os autores consideram a possibilidade de formular uma Regra de Formação de Predicado dentro do arcabouço da GF com o seguinte formato geral:

(10) REGRA DE FORMAÇÃO INSTRUMENTO - FORÇA

INPUT: $(f_1: \text{pred}_v(f_1): \{(f_2: (x_3)_{\text{Instrumento}}(f_2))\}(f_1)) (x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$

OUTPUT: $(f_1: \text{pred}_v(f_1)) (x_3)_{\text{Força}} (x_2)_{\text{Meta}}$

SIGNIFICADO: Entidade instrumental (x_3) provoca o processo denotado por pred_v

(GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.102)

Argumentam, entretanto, ser muito excessivo o custo teórico dessa regra, já que ela conduz, em primeiro lugar, a uma alteração radical no esquema de predicado derivado, que, de qualquer maneira, oculta a relação semântica óbvia entre as duas variantes, e, em segundo lugar, ela nos força a aceitar que regras de formação de predicado podem admitir satélites no *input*, o que constituiria um postulado um tanto controverso em virtude de a aplicação de regras de formação de predicado ser restrita ao Fundo.

Quanto ao princípio de adequação tipológica, os autores mencionam a tipologia de sistemas de classes de palavras ou partes do discurso de Hengeveld (1992a, 1992b *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002), que usa definições funcionais, isto é,

definições distribucionais para as classes de palavras. Segundo essas definições, é possível distinguir classes de palavras com base nas posições sintáticas que ocupam, como núcleo ou modificador de um sintagma de termo ou de um sintagma de predicado. O resultado da aplicação dessas definições a uma grande diversidade de línguas é o de que algumas delas dispõem de uma classe de lexemas somente em uma dessas posições sintáticas, enquanto outras permitem o uso de uma única classe de lexemas em várias posições sintáticas. Na terminologia de Hengeveld, as línguas do primeiro tipo consistem num sistema *rígido* de classes de palavras, enquanto as do segundo tipo consistem num sistema *flexível*. Línguas com sistemas mais flexíveis de classes de palavras usam uma classe única de lexemas para as diferentes posições sintáticas.

Em línguas tipologicamente flexíveis, os esquemas de predicado não são uma propriedade intrínseca dos lexemas em si; ao contrário, os lexemas estão associados a um esquema de predicado em que eles são licenciados a ocorrer conforme requer a comunicação. Segundo os autores, para fazer justiça a esse aspecto de línguas flexíveis, é necessário separar os contextos sintáticos dos lexemas usados nesses contextos. Se línguas flexíveis requerem uma abordagem como essa, o mesmo se aplica a todas as outras línguas como uma decorrência da necessidade de adequação tipológica da GF (GARCIA VELASCO & HENGEVELD, 2002, p.107).

2.3.1. Uma proposta alternativa: esquemas de predicação na GFD

Um modo de resolver o problema que a noção de esquema de predicado apresenta com respeito aos padrões de adequação psicológica, pragmática e tipológica é dividir esquemas de predicado em predicados e esquemas, e ter um mecanismo de ligação que os associe na gramática. Assim, os autores dão preferência por usar o termo *esquema de predicação* para

esquema e *lexema* para *predicado*, de modo que o termo *predicado* torna-se então disponível para lexemas usados como predicados em contextos sintáticos particulares. *Esquemas de predicação* especificam as configurações (subjacentes) nas quais os lexemas podem ocorrer e o conjunto de esquemas de predicação não é idêntico para todas as línguas, nem sintática nem semanticamente.

Ao definir os esquemas de predicação, Garcia Velasco & Hengeveld (2002) empregam o formalismo desenvolvido por Hengeveld (no prelo *apud* GARCIA VELASCO & HENGEVELD, 2002), mediante o qual é possível estabelecer uma distinção básica entre unidades no nível interpessoal e representacional, respeitando a nova versão da GF, a GFD.

Unidades do nível interpessoal são definidas em termos de sua função na comunicação. As variáveis usadas para formalizá-las são letras maiúsculas. As funções relevantes aqui são referência (*reference*) (R) e atribuição (*ascription*) (T). Em muitas outras abordagens, esta última função seria chamada de ‘predicação’, mas esse termo é reservado, na GFD, para uma instanciação lingüística de atribuição. Nos casos em que a função comunicativa é irrelevante usa-se a variável Φ (para “função”). Unidades no nível representacional são definidas em termos do tipo de entidade que designam. As variáveis usadas para representá-las formalmente são letras minúsculas. Os tipos de entidade relevantes desse nível são propriedades/relações (f), indivíduos (x), estados de coisas (e) e conteúdo proposicional (p). Nos casos em que o tipo de entidade é irrelevante, usa-se a variável τ (para “tipo”). Assim, mediante o uso de dois tipos de variáveis, separam-se rigorosamente funções comunicativas e categorias semânticas.

Os dois níveis de análise são em princípio independentes um do outro. Todos os tipos de entidade podem ser referidos, e todos os tipos de entidade podem ser predicados. Assim, um ato referencial (R) pode fazer uso da descrição de um indivíduo (x), como em (11a), bem como da descrição de um estado de coisas (e), como em (11b).

(11)a. *Ele viu o menino.* (R₁: (x₁) (R₁))

b. *Ele viu o menino fazer um desenho.* (R₁: (e₁) (R₁))

(adaptado de GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.110)

Da mesma forma, o inverso também é verdadeiro: pode-se usar a descrição de uma entidade de primeira ordem num ato referencial, como em (12a), e igualmente também num ato atributivo, como em (12b).

(12)a. *Estou procurando um carpinteiro.* (R₁: x₁ (R₁))

b. *Meu vizinho é carpinteiro.* (T₁: x₁) (T₁)

Com base nas variáveis assim distinguidas, pode-se formular, como exemplo, os esquemas de predicação contidos em (13a-b) apenas para um tipo intransitivo de estados de coisas e para um tipo transitivo de núcleo de sintagma de predicado, sem consideração do tipo semântico de predicação, em que (♦) indica a posição em que um lexema pode ser inserido, e, em (14a-b), os esquemas de predicação exemplificam casos de núcleo de sintagma de termo (*term phrase*).

(13)a. Estado de coisas intransitivo: (T₁: (f₁: ♦ (f₁)) (T₁)) (R₁)

b. Estado de coisas transitivo: (T₁: (f₁: ♦ (f₁)) (T₁)) (R₁) (R₂)

(14)a. indivíduo: (R₁: (x₁ ♦ (x₁) (R₁) ... (R_N)))

b. estado de coisas: (R₁: (e₁ ♦ (e₁)) (R₁) ... (R_N)))

O esquema de predicação de (14a) representaria, então, um termo, como *coat* em *her new coat*, enquanto o esquema de (14b), um estado de coisas, como *wedding* em *her third wedding*. Assim, o esquema de predicação para uma nominalização representa a idéia de que um termo referencial (R) tem a função semântica de representar um estado de coisas, o que dá

suporte ao caráter semanticamente ambíguo de nomes derivados. Esse formalismo é, como se vê, relevante para a determinação das nominalizações, como entidades que representam estados de coisas.

Como lexemas não se confundem com esquemas, um problema a resolver é como lexemas se ligam aos esquemas de predicação em que ocorrem. Na GF *standard*, são os próprios esquemas de predicado que definem a valência quantitativa e qualitativa dos lexemas; quando, ao contrário, separam-se lexemas dos esquemas de predicação, torna-se crucial desenvolver uma solução alternativa para o problema da ligação entre léxico e sintaxe. O modo como Garcia Velasco & Hengeveld (2002) solucionam a questão envolve a introdução de definições de significado abstrato. Os componentes de significado abstrato servem como gatilhos da ligação entre o lexema envolvido e um esquema de predicação específico. Se o mecanismo de ligação se baseasse em definições concretas de significado, cada elo teria que ser especificado separadamente.

2.4. O modelo de ajustes na GF *standard*

Como a seção 2.2. demonstrou, ao tratar de nominalizações, Dik (1985) aponta alguns princípios gerais no que tange à formação e expressão de construções derivadas nas línguas naturais.⁸ Segundo o autor, o PAF e o PAS governam as expressões formais e as propriedades semânticas das construções derivadas. PAF e PAS predizem, respectivamente, que construções derivadas, por um lado, são determinadas a ajustar sua expressão formal ao modelo de expressão prototípico, fornecido por construções não-derivadas, e, por outro lado, à medida que uma construção derivada se submete à pressão do PAF, tende a se ajustar

⁸ Na aplicação desses princípios, Dik (1985) trata de três tipos de construções derivadas, a saber: derivadas intransitivas, construções causativas e nominalizações.

também às propriedades semânticas do Modelo de Expressão Prototípico (doravante MEP).

Esse modelo apresenta a seguinte definição:

(a) predicados de zero-lugar não têm MEP.

(b) predicados de um lugar: o MEP é o modelo de expressão para predicados de um lugar com um primeiro argumento específico. Ex.: *João caminha/ a caminhada de João.*

(c) predicados de dois lugares: o MEP é o modelo de expressão para predicados de dois lugares com um argumento Agente e um argumento Meta. Ex.: *João comprou o livro/ a compra do livro por João.*

(d) predicados de três lugares: o MEP é o modelo de expressão para predicados de três lugares com argumentos Agente, Meta e Recipiente. Ex.: *João ofereceu o livro a Pedro/ a oferta do livro por João a Pedro*

(e) predicados de quatro lugares: não têm MEP.⁹

(f) termos: o MEP é o modelo de expressão para um termo com um nominal não-derivado como núcleo, possivelmente modificado por adjetivos atributivos e sintagmas de possuidor, e determinado por um ou mais operadores de termo. Ex.: *a casa velha do meu amigo.*

Com base nos princípios acima expostos, Dik afirma que é o PAF que explica como predicções basicamente verbais adquirem propriedades nominais: uma predicação encaixada

⁹ De maneira geral, a valência do nome derivado corresponde à do predicado *input*. Dik (1989) considera que não há MEP para predicados tetravalentes justamente porque não há SN (nominal não-derivado) de quatro lugares que possa servir de modelo de expressão a esses predicados.

atua como um termo de uma predicação mais alta, e, por seu lado, termos se definem como expressões nominais.

Para estar de acordo com o PAF, as predicações encaixadas necessitam adaptar-se à expressão de termos nominais. O esquema apresentado na figura 1 ilustra os ajustes:

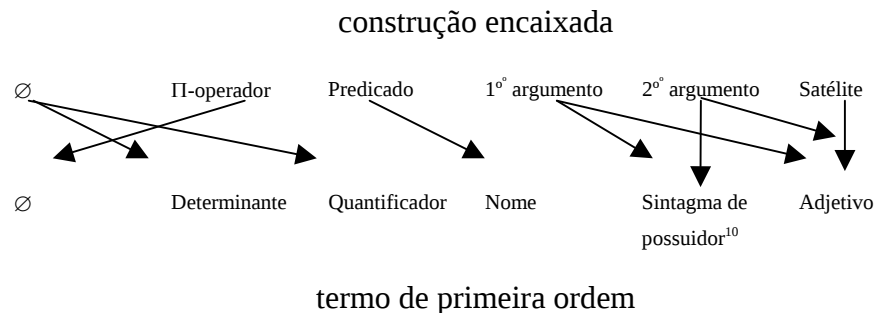


Figura 1: Princípio de Ajustes Formais (adaptado de DIK, 1997, p.158)

Os ajustes mais comuns da predicação verbal encaixada à expressão do termo nominal são os seguintes:

(a) um operador de predicado, como o morfema de número, pessoa e modo-temporal, passa a zero e, inversamente, zero, a operador de termo:

(15) a. O presidente demitiu o ministro tardiamente

b. a demissão tardia do ministro pelo (*do) presidente¹¹

em (15a), o operador de predicado (tempo passado, por exemplo) passa a zero; em (15b), o que se vê é um operador de termo (determinante *a*);

¹⁰ Ver nota (4), p.13.

¹¹ Em português, a expressão nominalizada não faz jus ao princípio de ajustes formais mencionado por Dik (1997), já que dificilmente a entidade agentiva recebe o mesmo tratamento formal de sintagma-de que a entidade afetada, ou Meta, como em *a demissão do ministro pelo (*do) presidente*

(b) um predicado verbal torna-se núcleo nominal:

o predicado verbal de (15a), *demitir_v* (*presidente*)_{Agente} (*ministro*)_{Meta}, passa a predicado nominal, em (15b), *demissão_N* (*presidente*)_{Agente} (*ministro*)_{Meta}.

(c) o primeiro e o segundo argumentos podem tanto assumir a forma de um sintagma de possuidor quanto a de um adjetivo atributivo¹²:

(16) a. Elegeu-se o presidente

b. a eleição do presidente

c. a eleição presidencial

em (16b) o argumento de (16a) é expresso sob a forma de sintagma de possuidor, e, em (16c), por meio de um adjetivo;

(d) um satélite adverbial só pode assumir a forma de um adjetivo atributivo:

em (15b), o advérbio de tempo *tardamente* de (15a) aparece como um adjetivo.

A variação do número de ajustes e das combinações entre eles caracteriza a nominalização nas línguas em geral – e é por meio dela que, rigorosamente, as nominalizações no português falado do Brasil serão caracterizadas, tendo em mente o ponto de vista dos argumentos desse tipo de construção. Essa variação implica uma escala de possibilidades entre as construções puramente verbais e as puramente nominais, de modo que há nominalizações mais "verbais" e nominalizações mais "nominais".

¹² A forma de expressão dos argumentos será discutida mais detalhadamente na seção 2.4.1, p.49.

Numa amostra de 30 línguas, Mackenzie (1996) distingue quatro graus de nominalização, ordenadas em uma hierarquia entre ‘completamente verbal’ e ‘completamente nominal’¹³:

- Grau 0: construção plenamente verbal: oração finita

(17) *John saw that Peter signed the cheque*

‘John viu que Peter assinou o cheque’

- Grau 1: deverbalização parcial: perda de diferentes propriedades verbais; os verbos encaixados são caracterizados como dependentes, não-principal e não-finito.

(18) *John saw Peter signing the cheque*

‘John viu Peter assinar o cheque’

- Grau 2: a construção encaixada é externamente marcada por preposições, que são indicadoras características de termos nominais.

(19) *John approved of Peter signing the cheque*

‘John aprovou a assinatura de Peter do/no cheque’

- Grau 3: presença opcional do possuidor ou algum outro termo dependente na expressão referida. Presença opcional ou requerida de operadores de termos, isto é, artigos, demonstrativos etc.

¹³ A tradução dos exemplos de (19) a (21) é aproximada, já que o português não dispõe de forma nominal em gerúndio que o inglês apresenta nesses casos.

(20) *John deplored Peter's signing of the cheque*

‘John lamentou a assinatura de Peter do cheque’

- Grau 4: alto grau de nominalidade, isto é, presença opcional de adjetivos, gênero e contáveis. A nominalização adquire outras propriedades características de termos nominais.

(21) *John disapproved of Peter's repeated denials of the charges*

‘John desaprovou as repetidas negações de Peter das acusações’

Os graus de nominalização identificados por Mackenzie podem ser apresentados como uma hierarquia implicacional: línguas que mostram as características de grau n também mostram as características de grau $n - 1$:

(22) nominalidade (> operadores) > possuidor/dependente > marcas de função > deverbalização

O que se vê é que as línguas começam com um final verbal e, então, gradualmente, aproximam-se dos tipos de nominalização de grau 4, completamente nominalizadas.

Em sua amostra, Mackenzie descobriu que todas as línguas têm, ao menos, algum tipo de nominalização, e que as nominalizações de grau 4 são especialmente encontradas em línguas de posposição, como é o caso, por exemplo, do português, que é uma língua de posposição e dispõe, dessa forma, de nominalizações de grau 4.

Em inglês, há estratégias de referência a entidades de ordem mais alta que recapitula a hierarquia dada em (22). Para caracterizar a gradação, Mackenzie (1996) fornece construções nas quais há um ‘deslizamento’ nominal que leva uma expressão completamente verbal para

uma construção completamente nominal, por meio de três tipos de gerúndio com um caráter parcialmente verbal e parcialmente nominal:

- (23) a. *That John refused the offer came as a great surprise*
 b. *John refusing the offer came as a great surprise*
 c. *John's refusing the offer came as a great surprise*
 d. *John's refusing of the offer came as a great surprise*
 e. *John's refusal of the offer came as a great surprise*

Segundo Mackenzie, em (23a-b), ambos os argumentos de *refuse* são obrigatórios; em (23c), somente o paciente é gramaticalmente requerido e, em (23d-e), nenhum argumento é requerido.¹⁴ Em (23a), o verbo pode ter propriedades totais de finitude, tempo e aspecto, enquanto (23b-c) somente a oposição de tempo entre passado (*having refused*) e não-especificado (*refusing*) é possível; em (23d-e) não pode haver nenhuma marca de categorias verbais. Quanto a marcadores de nominalidade, eles estão completamente ausentes em (23a); (23b) pode ser associado com a preposição (*surprised about John refusing the offer*, cf. Grau 2); (23c) aceita um demonstrativo (*that refusing the offer of John's*, cf. Grau 3-Op.); (23d) permite um artigo definido (*the refusing of the offer*), adjetivos; e (23e), finalmente, mostra todas as características de um SN (cf. Grau 4). Há, assim, uma clara evidência de transição gradual entre construções completamente verbais e completamente nominais.

No português, talvez o mais próximo do gerúndio do inglês, em termos de gradação verbal/nominal, seja o infinitivo, algo como:

- (24)a. João recusou a oferta e isso foi uma grande surpresa
 b. João recusar a oferta foi uma grande surpresa
 c. O recusar de João da oferta foi uma grande surpresa
 d. A recusa de/por João da oferta foi uma grande surpresa

¹⁴ A opção de herdar argumentos será tratada mais detalhadamente no capítulo III.

Em (24a), como em (23a), o verbo tem propriedades de finitude, tempo e aspecto e não há marcas de nominalidade (como há em (23c-d)). Já (24d), tal como (23e), mostra todas as características de um SN. Obviamente, essa é uma análise muito superficial do caráter de maior ou menor nominalidade no português. Investigações futuras podem examinar se há correspondência funcional relevante entre essas formas no português.

2.4.1. A expressão de argumentos como sintagmas de possuidor

Como a seção anterior mostrou, uma propriedade distintiva, prevista pelo modelo da GF *standard* (DIK, 1985, 1997), é a de que a estrutura argumental do verbo ajusta-se ao modelo de um nome prototípico.

O ajuste formal mais saliente e, por isso mesmo, o que Dik discute mais detalhadamente, concerne ao ajuste de argumentos à expressão de sintagmas de possuidor. Para Dik, é a forma de expressão do possuidor (genitivos ou pronomes possessivos) que constitui o modelo para a expressão de argumentos nas nominalizações.

Os argumentos ajustados são tipicamente os centrais, entendendo-se por centrais o primeiro e o segundo argumento de uma predicação, tendo este último função temática típica de Meta. Há, além disso, certa dose de competição entre os argumentos centrais para ocupar a posição de possuidor. No caso de predicados de um lugar, o ajustamento é automático, sendo expresso como possuidor o argumento central único da predicação encaixada. Já no caso de argumentos de dois lugares, os nucleares concorrem por uma única posição disponível de possuidor.

As regras para a expressão de argumentos centrais numa nominalização são assim formuladas por Dik (1985, p.24):

- I. Se há um primeiro argumento compatível com as condições exigidas por possuidores pré-nominais, então (a) expressa-se o primeiro argumento como um possuidor pré-nominal (regra opcional). (No caso do português, isso ocorre por meio do emprego de pronome possessivo, possibilidade estendida para genitivos em outras línguas, como o inglês e o holandês, por exemplo).
- II. Se há um termo na função de Meta, então, (b) expressa-se Meta como um sintagma-de (regra obrigatória).
- III. Se, havendo um primeiro argumento, não se aplicam nem I nem II, então, (c) expressa-se o primeiro argumento num sintagma-de (regra opcional, mas preferida).
- IV. Expressam-se termos não especificados em a-c acima de acordo com sua própria função semântica.

Observando-se, entretanto, o efeito dessas regras, no português, em predicções encaixadas de um lugar, como em (25):

(25) $(x_i : [\text{caminhar} (\text{João})_{\text{Agente}}] (x_i))$,

verifica-se que elas não se aplicam da mesma forma, já que a opção entre (a) e (c) equivale, na 3a. pessoa, a uma opção entre um possessivo e um sintagma-de. A condição anafórica do possessivo implica que haja uma menção anterior do termo correferente, diferentemente do sintagma-de, que implica, geralmente, menção pela primeira vez do termo referido.

Satisfaz-se a condição I, já que se pode expressar *João* como um possuidor prenominal; selecionada a opção (a), o resultado é, em português, *sua caminhada* (com as condições textuais naturalmente impostas a um termo anafórico como *sua*). Não selecionada a opção (a) e satisfeita a condição III, aplica-se, então, a opção (c). O resultado é, em português, *a caminhada de João* (considerando ser *João* um termo mencionado pela primeira vez). Caso (c) também não seja escolhida, a condição IV produzirá *a caminhada por João*, construção um tanto marginal no português.

Considere-se agora um predicado de dois lugares, como em (26):

(26) $(x_i : [\text{comprar}_V (\text{João})_{\text{Agente}} (\text{carro})_{\text{Meta}}] (x_i))$

Novamente, satisfaz-se a condição I. Aplicada a opção (a) e a regra obrigatória (b), o resultado é *sua compra do carro*. Caso não se apliquem (a) e (c), o resultado é *a compra do carro por João*.

Esse sistema apresenta, assim, as seguintes características:

1. Há uma forte preferência para que, pelo menos, um argumento central assuma a expressão de possuidor.
2. O argumento na função de Meta, se houver, deve assumir a expressão de possuidor, em posição pós-nominal.
3. Embora esse conjunto de regras possa produzir uma construção com dois argumentos centrais na expressão de possuidor, um deles ocupa necessariamente a posição pós-nominal e o outro, obrigatoriamente o primeiro argumento, ocupa a posição pré-nominal. (DIK, 1985, p. 26)¹⁵

Para Dik (1997), é incomum dois argumentos da nominalização serem expressões possessivas do mesmo tipo. Considerem-se os exemplos do inglês:

¹⁵ Cf. o original: 1. there is a strong preference for at least one central argument to take possessor expression. 2. if there is a Goal, the Goal must take possessor expression; this can only be done in postnominal possessor position. 3. the constellation of rules may yield a construction with two central arguments in possessor expression, but this is only possible when one of them is a prenominal possessor and the other a postnominal possessor, and when the prenominal possessor represents the first argument.

(27)a. *the signing of the cheque of John*

A expressão acima não pode ocorrer porque se usam duas expressões possessivas do mesmo tipo. Para expressar o que está pretendido em (27a), teriam de ser usados (27b) ou (27c):

(27)b. *John's signing of the cheque*

c. *The signing of the cheque by John*

Em inglês, a expressão de dois argumentos por meio de um sintagma possessivo é possível, já que, como se observou em (27b), a expressão dos argumentos pode ser feita por meio de 's e de *of* (genitivo e sintagma-de, respectivamente). Como visto em (27a), é vetada a expressão de argumentos por meio de expressões possessivas do mesmo tipo (*of*, por exemplo). No português, há de se verificar se o sintagma-de permite expressão de dois argumentos em uma predicação nominalizada.

Resta saber, ainda, como a mencionada competição entre os argumentos para ocupar a posição de possuidor se resolve de fato no uso real das expressões linguísticas no PB.

Há, na realidade, uma tendência inequívoca, detectada por Du Bois (1987), no sacapulteco, e por Pezatti (1992), no português, para ocorrência de orações com um único argumento lexical, geralmente na posição de Meta, implicando uma regra de estrutura preferida do tipo "evite mais de um argumento lexical na oração".

No caso das nominalizações, quando dois argumentos são candidatos à expressão de posse em um sintagma possessivo pós-nominal, o segundo argumento é o preferido. Segundo Dik (1997), não é usual que os dois argumentos sejam expressos ao mesmo tempo: no caso de nominalizações baseadas em verbos transitivos, o segundo argumento será o único a ser

expresso; no caso de verbos intransitivos, obviamente, o primeiro argumento é o único que pode ser expresso.

Numa amostragem do holandês, levantada por Dik (1985), observa-se um comportamento semelhante das predicções nominais derivadas, em que ocorre um único exemplo de predicado transitivo com a expressão tanto de Agente quanto de Meta. Isso implica – similarmente à regra de um argumento lexical, detectada por Du Bois, na predicção básica, não-derivada – que a expressão da regra nos casos de nominalizações pode resumir-se a "expresse o argumento central num sintagma de possuidor" (DIK, 1985, p.26).¹⁶ Essa regra resulta em um modelo de expressão que pode ser chamado de ergativo: o objeto transitivo é tratado do mesmo modo que o sujeito intransitivo, e o sujeito transitivo será tratado de modo diferente, com em (27c), aqui repetido:

(27) c. *The signing of the cheque by John*

Observe-se ainda a possibilidade de outros tipos de nominalizações, como em *a compra foi proveitosa*, em que nem mesmo aparece o argumento em função de Meta. Conforme entende Dik, predicções referem-se a estados de coisas, e termos, a entidades. Já predicções encaixadas referem-se a entidades que constituem estados de coisas. Conforme se verificou anteriormente, o PAS prediz que, quanto mais uma predicção encaixada se ajusta à expressão formal do termo nominal básico, tanto mais próprio de "entidade" é o seu significado. Assim, ao mesmo tempo em que operadores de predicado (como tempo, aspecto e modo) cedem gradativamente seu lugar a operadores de termo (como definitude, número, gênero), diminui proporcionalmente o número de argumentos e satélites. Esses ajustes conduzem a um aumento progressivo da referencialidade da nominalização. Uma taxonomia

¹⁶ Cf. o original: Express the central argument in a possessor phrase.

do nome necessita levar em conta esses casos para decidir o grau de "nominalidade" de ocorrências como *compra*, no exemplo mencionado, em termos de denominação e de descrição do denominado, que a aproxima de termos nominais concretos, em determinadas ocorrências.

2.5. Relações básicas e diferenças entre construções verbais e nominais

Pensando especificamente nas construções verbal e nominal, como (28a-b), respectivamente:

(28)a. O inimigo destruiu a cidade

b. A destruição da cidade pelo inimigo

nota-se que se trata de duas construções diferentes, já que (28a) é completamente verbal, enquanto (28b) é completamente nominal. Entretanto, reconhecidas essas diferenças, é impossível não notar que as duas construções descrevem basicamente o mesmo estado de coisas; além disso, seus predicados têm restrições de seleção idênticas e podem ser usados em circunstâncias similares.

Para a GF (1997), observadas essas características, o problema básico que se coloca é como descrever essas duas construções de modo que suas relações sejam levadas em conta, sem desconsiderar as diferenças que há entre elas.

A solução transformacional no modelo *standard* era uma derivação (LEES, 1966 *apud* DIK, 1997): supunha-se que as nominalizações, como a de (28b), seriam deriváveis da estrutura subjacente de sentenças completas como (28a) por meio de regras transformacionais

de nominalização. Esse tipo de descrição enfatizava as similaridades das duas construções em prejuízo de suas diferenças.¹⁷

Desde Chomsky (1970 *apud* DIK, 1997), abandonou-se a abordagem derivacional em favor de uma descrição lexical da nominalização. A idéia é de que o verbo *destruir* e o nome *destruição* entram no léxico como representantes verbal e nominal de um item lexical comum. Uma implicação disso é que a nominalização não é mais derivada da mesma estrutura subjacente como sentença completa.

Por essa razão, surgiu a necessidade de um mecanismo para formular regularidades por meio de categorias sintáticas de modo a capturar as propriedades comuns de construções verbais e de construções nominais. A solução para esse problema foi a teoria X-barra, em que as regularidades sintáticas podem ser formuladas em termos da categoria variável X, que pode assumir valores como verbo (V), nome (N), adjetivo (A), ou preposição (P).

Muitos problemas similares também surgiram no quadro da GF; dadas, porém, as posições teóricas básicas desse modelo, existem certas diferenças importantes. Primeiro, um princípio da GF diz que todos os predicados dotados de conteúdo lexical que não podem ser derivados de outros predicados por regra produtiva devem ser alocados no léxico. Uma vez que não existem regras produtivas no português para derivar o nome verbal *destruição* do verbo *destruir*, deduz-se imediatamente que esse nome deve ter sua própria entrada no léxico.

Assim, o critério geral de produtividade faz cumprir a solução lexical para o problema. Em

¹⁷ A GF evita transformações no sentido de operações que modificam estruturas, na medida em que se baseia na suposição de que, uma vez que a estrutura foi construída, ela será mantida em toda derivação adicional da expressão lingüística. A derivação é, assim, uma questão de expansão gradual em vez de uma projeção transformacional de uma estrutura sobre outra. Há um componente do modelo da GF que, de fato, exige transformações de um tipo: o componente de formação de predicado. Regras de formação de predicado servem para derivar esquemas de predicado de outros esquemas de predicado, estendendo, assim, o conjunto de esquemas de predicados disponíveis no léxico para um conjunto de esquemas de predicado derivados, que podem, então, ser *input* para a construção de predicções. Alguns tipos de formação de predicados podem realizar mudanças no *status* categorial do esquema de predicado *input*, reduzindo ou estendendo número de argumentos, incorporando argumentos ao predicado, ou modificando as funções semânticas das posições de argumento do esquema de predicado. Tais transformações, contudo, são confinadas ao “fundo” da GF, o componente que contém o conjunto de predicados e o conjunto de termos a partir dos quais predicções podem ser construídas (DIK, 1989, p.19-21). Esse tipo de transformação não tem relação com regras transformacionais típicas do modelo *standard* da Gramática Gerativa, que eram de natureza sintática e não lexical, como são as regras de formação de predicado na GF.

segundo lugar, o fato de *destruir* e *destruição* terem entradas distintas no léxico não significa que se requeira uma nova teoria para considerar as similaridades entre essas duas entradas. Cada predicado é parte de um esquema de predicado, e não há nada que previna o fato de predicados nominais terem esquemas de predicado muito similares ou mesmo idênticos ao esquema de predicado de verbos relacionados. Nesse caso particular, postula-se o seguinte esquema de predicado para *destruir* e *destruição*:

(29) Destruir [V] (x₁)_{Agente/Força} (x₂)_{Meta}

(30) Destruição [N] (x₁)_{Agente/Força} (x₂)_{Meta}

O fato de *destruir* e *destruição* poderem aparecer com o mesmo tipo de argumentos nas mesmas funções semânticas está plenamente representado nesses esquemas de predicados. Além disso, a relação entre esses predicados pode ser expressa na definição de significado de *destruição*:

(31) Destruição [N] (x₁)_{Agente/Força} (x₂)_{Meta}

= df

ação/evento definido por

Destruir [V] (x₁)_{Agente/Força} (x₂)_{Meta}

O esquema de predicado para *destruição* pode ser usado em formação de termos de acordo com o modelo de uma construção encaixada:

(32) (d1e_i: [*destruição* [N] (*o inimigo*)_{Agente} (*a cidade*)_{Meta}])

o qual, por meio de regras de expressão que determinam a expressão formal dos argumentos dentro do contexto de uma nominalização, levará a algumas das seguintes ocorrências, como

a destruição da cidade pelo inimigo e a destruição pelo inimigo da cidade.

Uma propriedade distintiva do modelo da GF é a de que, ao lado da derivação sintática completa e da listagem lexical pura, há também o mecanismo das regras produtivas de formação de predicado. Assim, em uma língua em que nomes verbais podem ser produtivamente derivados do verbo correspondente, as relações relevantes podem ser expressas em uma regra de formação de predicado.

2.6. Por que nominalizar?

Como se trata de verificar o uso dos nomes derivados no discurso, é relevante saber as razões que levam o falante a selecionar uma nominalização. Os predicados nominais atuam como termo de uma predicação e, justamente por isso, são dotados de uma especificidade gramatical extremamente interessante: podem manter praticamente intacta a estrutura valencial do termo primitivo que lhes deu origem e funcionar como termo na predicação matriz, assumindo, assim, funções sintáticas, semânticas e pragmáticas que, de outro modo, não seria possível assumir, caso se mantivessem como verbos ou adjetivos.

Segundo Mackenzie (1985, 1996), três fatores favorecem a escolha de uma nominalização: uma razão sintática, uma razão informativa e uma razão discursivo-textual.

Do ponto de vista sintático, um falante pode selecionar uma nominalização a fim de obter maior versatilidade de uso. Em português, por exemplo, uma oração subordinada finita é, sob a influência da LIPOC, condicionada a adotar a posição final da predicação, ou, mais raramente, pode aparecer na posição P1.¹⁸ A predicação nominalizada, sob a forma de um SN,

¹⁸ Dado o esquema **P2, P1 (V) S (V) O (V), P3**, P1 é uma posição especial da predicação na qual podem ser alocados constituintes-P1 (palavras-Q, pronomes relativos e conectores subordinadores), ou constituintes com função de Foco e de Tópico. Aplicadas as regras de P1, os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S, O, V e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites; LIPOC é a sigla que simboliza um princípio universal de ordenação de constituintes: 'language-independent preferred order of constituents' (DIK, 1989, p.351)

oferece menor complexidade categorial, podendo aparecer na posição de sujeito, como em (33a), de objeto, como em (33b), e depois de preposições etc.(MACKENZIE, 1996), o que não poderia ocorrer caso se mantivesse como um predicado verbal, por exemplo.

(33) a. A colheita da soja deve ser feita imediatamente

b. Pedro apressou a colheita da soja

Além disso, as nominalizações podem anteceder uma oração relativa, como em (34a), e permitir anáfora zero, como em (34b).

(34) a. A **compra** de roupas que João fez foi caríssima.

b. A construção de minha casa durou dois anos. Acredito que Ø não foi muito demorada, já que eu não tinha dinheiro para fazer mais depressa.

Afirmar que as nominalizações induzem à redução da complexidade sintática é suficiente para entender a razão de selecioná-las. Um SN com um núcleo nominalizado é tratado por regras gramaticais simples, com uma potencial distribuição que é negada à oração infinitiva correspondente.

Por outro lado, subordinar uma predicação é, nos termos da GF, apresentá-la como o núcleo de um termo. Ao empregar um termo desse tipo, o falante convida seu interlocutor a atentar para alguma entidade (ou conjunto de entidades), ou seja, para o referente. No caso de uma nominalização, como *o assassinato do mafioso*, encaixada no predicado em (35), o referente não pode ser uma pessoa, animal ou outro objeto tangível. Nos termos de Lyons (1977), deve ser uma entidade de ordem superior: de segunda ou de terceira ordem.

(35) A polícia desvendou [o assassinato do mafioso]

Qualquer que seja o tipo da entidade que o falante selecione, de primeira, segunda ou terceira ordem, ele cuidará de fornecer apenas a informação suficiente na forma dos predicados (os principais elementos-suportes de informação) que ele incorpora ao termo, para que seu destinatário faça a identificação pretendida. Esse fator é relevante, já que põe à disposição do falante uma grande variedade de possibilidades de expressão para predicções subordinadas. Saber que nomear o predicado é suficiente como pista para toda a predicção induz o falante à escolha de uma forma de expressão que não requeira a especificação de todos os argumentos.

O terceiro fator que favorece a escolha de uma predicção nominalizada é o desejo de sinalizar ao ouvinte a introdução particularmente explícita de um novo referente discursivo. A nominalização permite ao falante dar um nome à entidade de terceira ordem em questão, um nome que desfruta de uma versatilidade de uso que complementa a versatilidade sintática acima mencionada. Um caso particularmente notável é, por exemplo, o uso de nominalizações em títulos, definições etc. Do mesmo modo que uma combinação de operador e nome de primeira ordem não pode fornecer, em circunstâncias pragmáticas específicas, suficiente informação para propósitos de identificação, exigindo restritores adicionais, também nomear entidades de ordem superior pode envolver o recurso a restritores, notadamente orações relativas; as construções encaixadas por subordinação não-nominalizada não permitem essa possibilidade.

Além da vantagem sintática, Mackenzie (1996) aponta outras duas vantagens que as nominalizações oferecem. Do ponto de vista semântico, nominalizações são freqüentemente empregadas com o propósito de abstração, ou seja, para apresentar noções verbais desprovido-as de seus acessórios. Kress-Hodge (1979 *apud* MACKENZIE, 1996, p.7) alerta para o perigo de mistificação: “na medida em que as nominalizações tornam-se novos nomes nos dicionários, tipificações podem servir para alterar a criatividade perceptual e cognitiva da

língua, de formas ideologicamente manipulativas: ‘não podemos ver ou acreditar no mundo de eventos físicos’”.¹⁹

Do ponto de vista pragmático, as nominalizações servem para a condensação de informação, para comprimir o texto, além da coesão textual. A condensação da informação está em harmonia com a noção de fundo, tal como proposta por Hopper & Thompson (1980), segundo os quais construções nominalizadas são por sua natureza tipicamente de fundo, já que elas servem com SNs em sentenças maiores das quais elas são partes.

Juntas, as funcionalidades sintáticas, semânticas e pragmáticas estão intimamente ligadas à noção de compactividade (‘compactness’).

Tal como Mackenzie (1996), Basilio (2004) também fornece algumas considerações em relação às motivações que levam um falante a nominalizar. A autora considera que a formação de nomes a partir de verbos é produtiva para a denotação do significado verbal como uma entidade ou conceito em si, fora da situação de predicação, como em (36), em que o nome *destruição* se refere à noção verbal em si, genericamente, sem nenhuma especificação.

(36) Odeio violência e destruição

Segundo a autora, o uso do infinitivo consiste numa situação intermediária, em que se eliminam as circunstâncias temporais, mas não a relação entre eventos, causadores etc.:

(37) Odeio destruir

¹⁹ Cf. original: [...] to the extent that nominalizations become new nouns in the dictionary, typification may serve to alter the perceptual and cognitive inventory of the language: ‘we no longer see or believe in the world of physical events’.

O verbo no infinitivo, em (37), continua especificando um agente para a ação de destruir. Somente a transformação do verbo em nome fornece a condição ideal para a designação genérica.

Além da função denotativa, Basilio apresenta (i) a motivação sintática, que, tal como aponta Mackenzie (1996), possibilita o uso da nominalização com a denotação do significado verbal em construções que, sintaticamente, exigem o uso de um nome; e (ii) a motivação textual, que permite que uma nominalização, deverbal ou deadjetival, seja utilizada como uma forma de retomar uma estrutura verbal/adjetival utilizada anteriormente no texto.

Como relação aos nomes deadjetivais, Basilio argumenta que, do mesmo modo que os verbos, os adjetivos denotam qualidades para atribuí-las aos nomes; para se fazer referência a qualidades e propriedades como entidades abstratas, é necessário formar nomes a partir de adjetivos, como em (38a-b):

(38)a. O texto está legível.

b. A legibilidade do texto é algo que devemos exigir de nossos alunos.

Nomes derivados de adjetivos também podem designar não qualidade, mas seres ou entidades que se caracterizam por essa qualidade, como em (39a-b):

(39)a. A maldade do ser humano

b. As maldades do ser humano

Segundo a autora, em (39a), a referência é feita à qualidade abstrata correspondente ao adjetivo; já em (39b), designam-se coisas ou fatos caracterizados pela qualidade correspondente ao adjetivo.

CAPÍTULO III

DIVERGÊNCIAS NO TRATAMENTO DAS NOMINALIZAÇÕES NO QUADRO TEÓRICO DA GRAMÁTICA FUNCIONAL *STANDARD*

3.1. Introdução

Em função dos objetivos deste trabalho - de maneira geral, discutir a estrutura argumental das nominalizações, tratando, especificamente, do preenchimento das posições argumentais potenciais, da forma de expressão de termos e dos termos preferencialmente expressos –, neste capítulo, pretende-se apresentar as duas posições divergentes quanto aos termos das nominalizações, a de Dik e a de Mackenzie, prévia e resumidamente apresentadas na Introdução deste trabalho. Em síntese, Dik (1985, 1997) defende a **hipótese de preservação da valência** – mesmo que parcial –, enquanto Mackenzie (1985, 1996, 2002), como alternativa a essa proposta, apresenta a **hipótese de redução de valência**.

A discussão das duas hipóteses é pertinente para ser possível assumir, num segundo momento, a perspectiva mais adequada para o tratamento da estrutura argumental das nominalizações no português. É evidente que as seções anteriores vêm-se referindo a uma estrutura de argumentos (o próprio título do trabalho evidencia essa posição) e, dessa forma, revelam o tratamento que se pretende imprimir aos termos das nominalizações. Entretanto, a contraposição das duas hipóteses é necessária não só para aguçar a discussão em torno do assunto, mas também para abrir novas perspectivas para estudos futuros.

Com base nos dois pontos de vista, a seção 3.2. descreve brevemente a hipótese formulada por Dik, parcialmente apresentada no capítulo anterior ao tratar da forma de expressão de argumentos (capítulo II, seção 2.4., p.42). Contrapondo-se a ela, apresenta-se, na

seqüência, de forma mais extensa, a proposta de Mackenzie, que afirma que a nominalização é, em inglês e em todas as línguas, caracterizada por uma estratégia de conversão a satélite, intimamente ligada à formação de predicado, no caso, a formação de predicados nominais avalentes. Apresenta-se, posteriormente, uma síntese das duas hipóteses, confinada à seção 3.3.

3.2. Preservação ou redução de valência: diferentes perspectivas para as nominalizações

Como visto no capítulo anterior, Dik (1985, 1997) considera que as nominalizações estão sujeitas aos ajustes formal e semântico em relação ao modelo de expressão prototípico. As nominalizações são, assim, resultado do ajuste ao padrão de expressão do termo nominal (cf. Figura 1, p.44).

Dik afirma que os termos da nominalização, os quais trata como primeiro e segundo argumentos, concorrem para a expressão na forma de um sintagma-de. Um dos argumentos, preferencialmente o segundo, toma a forma de um possuidor. Reconhece, ainda, que a expressão dos dois argumentos num sintagma de possuidor é textualmente rara, visto que, dificilmente, nominalizações têm mais de um argumento.

A posição de Dik é a de que, na representação subjacente da nominalização, a valência quantitativa e qualitativa do verbo é mantida, ainda que seja freqüente o fato de um ou os dois argumentos não serem formalmente expressos.

Ainda que se considerem os três modos distintos de descrição da nominalização na GF, resumidamente apresentados abaixo:

(i) a nominalização é derivada de uma construção encaixada puramente verbal, por meio de regras de expressão apropriadas;

(ii) o esquema de predicado que serve de base para a nominalização é derivado, por meio de formação produtiva de predicados, do predicado verbal correspondente;

(1) Formação de nome deverbal em português (em *-ção*)

Input: pred [V] $(x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$

Output: pred-*ção* [N] $(x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$

(iii) o esquema de predicado que serve de base para nominalização está separadamente especificado no léxico.

(2) Destruir [V] $(x_1)_{\text{Agente/Força}} (x_2)_{\text{Meta}}$

(3) Destruição [N] $(x_1)_{\text{Agente/Força}} (x_2)_{\text{Meta}}$

nota-se que, tendo entrada distinta no léxico, ou sendo derivada de um predicado verbal, a nominalização mantém a correspondência sintático-semântica com o termo verbal, ou seja, as similaridades entre a estrutura verbal e a nominal são levadas em conta, à medida que a nominalização, para Dik, herda as propriedades do predicado verbal.

Mesmo que o nome e o verbo tenham entradas distintas no léxico, nada impede que o predicado nominal assemelhe-se (ou até mesmo seja idêntico) ao esquema de predicado do verbo. Por sua vez, se a nominalização é considerada como derivada do predicado verbal, para Dik, esse nome conserva as propriedades do predicado *input*. Em suma, a nominalização, na representação subjacente, preserva a estrutura de argumentos. No uso, esses argumentos podem ou não vir expressos.

Sobre essas considerações gerais de Dik, no que diz respeito à **hipótese de preservação de valência**, Mackenzie faz os seguintes comentários:

A desvantagem [da hipótese de preservação da valência] é que as regras de ajuste [cf. Figura 1, p.44] [...] são estipulativas, não oferecem resposta à questão de por que as correspondências devem ser como elas são apresentadas. Além disso, não se dá indicação das circunstâncias sob as quais um complemento é ajustado ou não: a funcionalidade específica das nominalizações [...] não se reflete no formalismo (1996, p. 11)²⁰

À proposta de Dik, Mackenzie oferece uma alternativa, a **hipótese de redução de valência**, para a qual predicados nominalizados são, assim como nomes lexicais plenos, avalentes. Reconhece, entretanto, que, na nominalização, a valência do predicado *input* permanece. Assim, em:

(4) A demissão de Maria

Maria é a Meta de *demissão*. As duas noções são contraditórias. Ora, se a nominalização é avalente, como pode sua ‘valência’ perdurar?

Mackenzie recorre, então, ao conceito de satélites implícitos, introduzido por Dik (1989). Antes de dar continuidade à argumentação de Mackenzie quanto à redução de valência, torna-se relevante explicitar melhor a noção de satélites implícitos, bem como outras noções necessárias para a compreensão dessa hipótese.

Leve-se em consideração a seguinte sentença:

(5) Pedro cautelosamente removeu a tampa do jarro

Dik considera que o satélite de nível 1 *cautelosamente* especifica o modo como se dá a relação entre *remover* e seus argumentos (Pedro), (a tampa) e (o jarro). Uma representação para (5) seria:

²⁰ Cf. original: The drawback is that the adjustment rules [...] are stipulative, offering no answer to the question why the correspondences should be as they are presented. Furthermore, no indication is given of the circumstances under which a complement is adjusted or is not: the specific functionality of nominalizations [...] is not reflected in the formalism.

(6) [remover (Pedro) (a tampa) (do jarro)] (cautelosamente)

Segundo Dik, as possibilidades de adicionar determinado satélite à predicação nuclear são determinadas mais pelas características da predicação nuclear como um todo do que pelo predicado. Dessa forma, o satélite de Modo *cautelosamente* pode ser adicionado a uma predicação nuclear com o traço [+ controle]. As possibilidades de adicionar satélites às predicações nucleares podem ser definidas nos termos das propriedades semânticas das predicações nucleares como um todo. Segundo Mackenzie (1996):

Com estados de coisas de Ação, satélites de Modo são implícitos, enquanto satélites de Tempo e Locação são sempre implícitos [em qualquer outro estado de coisas], como é Duração em estados de coisas não-télico e Frequência em estados de coisas momentâneos; sempre que o Controlador for um agente racional, satélites de Razão são também freqüentemente implícitos. Satélites com as funções semânticas Beneficiário, Companhia, Velocidade, Qualidade, Circunstância, Causa, Propósito parecem não ser implícitos com predicações de Ação (1996, p.12).²¹

Por outro lado, Dik pondera que certos satélites de nível 1 já estão implícitos na predicação nuclear. Considerando a predicação nuclear

(7) Pedro removeu a tampa do jarro

percebe-se que está *implícito* determinado modo à ação de Pedro. Assim, para Dik, se temos um estado de coisas nuclear com características de [+ controle] e/ou [+ dinâmico], entende-se, imediatamente, que o estado de coisas ocorre de algum modo:

²¹ Cf. o original: With Action SoAs, satellites of Manner are implied, while satellites of Time and Location are always implied, as is Duration in non-telic and Frequency in (iterative) momentaneous SoAs; where the Controller is a rational Agent, satellites of Reason will also very often be implied. Satellites with the semantic functions Beneficiary, Company, Speed, Quality, Circumstance, Cause, Purpose appear not to be implied with Action predications.

(8) *Pedro removeu a tampa do jarro. A maneira como ele fez isso foi bastante cautelosa.*

Isso poderia ser descrito pela seguinte regra:

(9) “Dada uma predicação nuclear com características [+con] e/ou [+din], adiciona-se um *slot* (x_i)_{Modo}; esse *slot* Modo não será expresso, a menos que ele seja substituído mais adiante por alguma informação mais específica” (DIK, 1997, p.228).²²

É necessário apresentar ainda a formalização que Mackenzie (1996) adotou no tratamento de argumentos e satélites. Em oposição às representações propostas por Dik (1978 *apud* MACKENZIE, 1996) para esses termos – ((x) para argumento e (y) para satélites) –, Mackenzie sugere uma modificação para a distinção desses termos: (x) para argumentos, (y) para satélites implícitos e (z) para satélites não-implícitos. Satélites y são tão essenciais para as predicções de Ação quanto os argumentos. Satélites z, por outro lado, não seriam automaticamente produtivos, tendo, por isso, de ser adicionados como opção.

Mackenzie afirma ainda que satélites y, ao contrário de satélites z, podem introduzir tópicos discursivos, tornando-se passíveis de serem retomados como tópicos dados.

Como dito anteriormente, para Mackenzie (1985, 1996), o processo de nominalização está associado à diminuição dos argumentos da valência do verbo primitivo. Considerando a gradação de construções completamente verbais para construções completamente nominais do inglês, como em (10a-e):

(10)a. Oração finita

That my horse won the race came as a great surprise

b. Gerúndio

My horse winning the race came as a great surprise

²² Cf. o original: Given a nuclear predication with the features [+con] and/or [+din], add a slot (x_i)_{Manner}; this Manner slot will not be expressed, unless it is further in with some more specific information.

c. Gerúndio-genitivo

My horse's winning the race came as a great surprise

d. Nominalização produtiva

My horse's winning of the race came as a great surprise

e. Nominalização não-produtiva

My horse's victory in the race came as a great surprise

Mackenzie argumenta que (10a) é uma predicação verbal completa; (10b) mostra deverbalização parcial, retendo a valência; (10c) dispõe de redução de valência – o segundo argumento (*the race*) é preservado, mas o primeiro pode ser omitido ou expresso como um satélite de possuidor (*my horse's*). O gerúndio-genitivo, por sua vez, pode ser analisado como resultado de uma regra de formação de predicado, que mostra redução parcial de valência:

(11) Formação do gerúndio-genitivo (do inglês)

Input: $\text{Pred}_V \text{Arg}_1 \text{Arg}_2$

Output: $\text{Pred}_{VN} \text{Arg}_2$

(10d), por sua vez, segundo Mackenzie, mostra completa redução de valência, já que os dois argumentos podem ser omitidos ou especificados por meio do satélite de Possuidor. Por isso, Mackenzie postula a seguinte regra:

(12) Nominalização produtiva (do inglês)

Input: $\text{Pred}_V \text{Arg}_1 \text{Arg}_2$

Output: Pred_N

(10e) mostra uma construção comparável, mas que não pode ser derivada por regras da estrutura de predicado de *win*.

Para Mackenzie, a especificação dos argumentos do predicado *input* é feita por meio da expressão de satélites, no caso *my horse's* e *of the race*, em (10d). Resta saber se esses satélites são implícitos ou não.

A proposta de Mackenzie para o gerúndio-genitivo (*my horse's winning the race*) é considerar o Possuidor (*my horse's*) como um satélite para o nome verbal, um satélite y: não se pode falar sobre *winning the race* sem implicar que alguém ou alguma coisa venceu, está vencendo ou vencerá a corrida.

No caso de nominalizações como (10d), em que o predicado *input* (*win*) contém um segundo argumento Possuidor (*my horse's winning of the race*), o autor propõe que o Possuidor equivalente ao segundo argumento do verbo seja um satélite y e que o equivalente ao primeiro argumento seja um satélite z. Justifica essa classificação o fato de que “o segundo argumento tem uma relação mais íntima com o predicado nominalizado do que o argumento 1” (MACKENZIE, 1996, p.14).²³ O segundo argumento pode aparecer como um possuidor posposto (sintagma-de) ou como um possuidor preposto (no caso, o genitivo). Se o segundo argumento aparece nessa última posição, é, no inglês, gramaticalmente inaceitável adicionar um argumento em posição preposta. Assim, um possuidor preposto na presença de um satélite z leva à agramaticalidade:

(13)a. *Caesar's (z) destruction of the city (y)*

b. *CAESAR's destruction of the city*

(14)a. *The city's (y) destruction by Caesar (z)*

b. **THE CITY'S destruction by Caesar*

²³ Cf. original: (...) Arg2-equivalents have a more intimate relation to nominalized predicates than Arg1-equivalents.

A proposta de Mackenzie prevê, então, que o primeiro argumento potencial equivale a um satélite z (portanto, passível de ser omitido) e o segundo argumento, a um satélite y (quase tão essencial à predicação quanto argumentos).

O que se vê é que, da mesma forma que há uma gradação entre construções completamente verbais, como (15a), e completamente nominais, como (15d), correspondentemente, há uma gradação na perda de argumentos (A_1 e A_2) do predicado verbal quando comparado ao predicado nominal:

- (15)a. *That **my horse** (A_1) won **the race** (A_2) came as a great surprise*
 b. ***My horse** (A_1) winning **the race** (A_2) came as a great surprise*
 c. ***My horse's** (satélite y) winning **the race** (A_2) came as a great surprise*
 d. ***My horse's** (satélite z) winning **of the race** (satélite y) came as a great surprise*

As nominalizações parecem constituir, assim, um procedimento de redução de valência. As vantagens desse tratamento, segundo Mackenzie (1996, p.15), são as seguintes:

i. a funcionalidade da nominalização está refletida na noção de redução de valência, visto que, para Mackenzie, nominalizações estão relacionadas à noção de compactividade: desprovê-las de seus ‘acessórios’ é uma vantagem da qual dispõe o falante e justamente por isso é que são freqüentemente empregadas.

ii. a perda gradual de argumentos é capturada pelas regras de formação de predicados, que reduzem a valência nos graus de variação. Mackenzie considera que a compactividade da nominalização se reflete na regra de formação do predicado, que toma como *input* um predicado bivalente e produz um predicado nominal avalente. Essa redução de valência obedece a gradação de variação, em que construções completamente verbais vão adquirindo

propriedades nominais – e, conseqüentemente, perdendo os argumentos da construção verbal.

A redução de valência poderia ser descrita como:

(16) Nominalização produtiva

Input: $\text{Pred}_V \text{ Arg}_1 \text{ Arg}_2$

Output: Pred_N

Alguma coisa da valência do predicado *input* perdura no predicado *output* e isso se justifica pela permissão de os argumentos reaparecerem como satélite, caso seja comunicativamente necessário. O segundo argumento reaparece como satélite *y* e o primeiro argumento, como satélite *z*.

(17) $(d1e_i: \text{destruction}_N (d1y_i: \text{city})_{\text{POSS}} (d1z_j: \text{Cezar})_{\text{POSS}})$

Em português, seria algo como:

(18) $(d1e_i: \text{destruição}_N (d1y_i: \text{cidade})_{\text{POSS}} (d1z_j: \text{César})_{\text{POSS}})$

Segundo Mackenzie, a dupla ocorrência da mesma função semântica em uma predicação não é problemática, dado o *status* diferencial dos dois possuidores como satélites implícitos e não-implícitos. É necessário verificar se, no uso, o português permite uma construção do tipo (18), com dois sintagmas-de, mesmo havendo o *status* diferencial sugerido por Mackenzie.

Com relação ao *status* de Possuidor, Mackenzie, recorrendo à lingüística cognitiva, afirma que, se nomes retratam coisas, e verbos, um processo, considerado aqui como uma

relação percorrida no tempo, a nominalização envolve a conceitualização do processo como se fosse uma ‘coisa’ (LANGACKER, 1987), e, para apresentá-lo dessa forma, a construção nominalizada depende de uma metáfora:

[...] se algo é metaforicamente apreendido como uma coisa, é uma entidade metaforicamente capaz de ser possuída; ao mesmo tempo, o fato de ser assim *metaforicamente* apreendida significa que o(s) possuidor(es) não pode(m) ser interpretado(s) como participante(s) no processo. (MACKENZIE, 1996, p. 16)²⁴

Fica claro, assim, que, para Mackenzie, os termos da nominalização são, metaforicamente, possuidores e, dessa forma, não lhes são atribuídas funções semânticas de Agente e Meta, mas de possuidores. O autor conclui afirmando que a GF, para a qual os aspectos funcionais e formais têm o mesmo peso na compreensão dos fenômenos lingüísticos, deveria considerar a nominalização como estratégia de redução de valência, reificação do estado de coisas, e potencial correspondência de introduzir os possuidores de tal ‘coisa’. O aparente paradoxo de dois possuidores na mesma estrutura, como em (10d), aqui repetido, resolve-se pela intenção de dar-lhes diferentes estatutos, na qualidade de satélites implícitos e satélites não-implícitos.

(10) d. Nominalização produtiva

My horse's winning of the race came as a great surprise

É necessário lembrar que Mackenzie assume, por sua conta e risco, um valor semântico de possuidor que não existe na proposta de Dik (1985, 1997), segundo a qual deve-se interpretar *possuidor* como uma estrutura formal. É em razão disso que se vem empregando *sintagma-de* ou *sintagma de possuidor* neste trabalho (ver nota (4), p.13).

²⁴ Cf. original: [...] if something is metaphorically apprehended as a thing, it is an entity metaphorically capable of being possessed; at the same time, the fact that it is *metaphorically* so apprehended means that the possessor(s) cannot but be interpreted as participants in the process.

3.3. Argumentos ou satélites?

A diferença básica entre as hipóteses de Dik (1985, 1997) e de Mackenzie (1985, 1996) é representada, respectivamente, pela manutenção das características sintático-semânticas do predicado verbal *input* e pela redução de valência.

Na gramática tradicional, também não há um consenso quanto ao tratamento dispensado aos termos da nominalização. Kury (2001) considera que, por um lado, há termos que funcionam como complementos nominais e, por outro, termos que funcionam como adjuntos adnominais. No primeiro caso, há o que o autor chama de relação objetiva ou completiva (de objeto ou de complemento adverbial) com o nome: “o complemento nominal está para o nome assim como o objeto (ou complemento adverbial) está para o verbo” (p.53); se a relação que se estabelece com o nome é subjetiva (de sujeito), não se trata de complemento nominal, mas de adjunto adnominal. Embora não forneça explicações mais definitivas para essa distinção entre complemento e adjunto, o autor reconhece que a diferença entre as duas funções é, se não difícil, um tanto sutil, no caso de complementos e adjuntos regidos pela preposição *de*, como em *a lembrança de meu pai*, em que *de meu pai* pode ser um complemento, se do contexto depreender-se a leitura *lembrei-me de meu pai*, ou um adjunto adnominal, caso se compreenda como *meu pai se lembrou de algo*.

Bechara (1999) apresenta uma visão crítica à noção de que termos com função de sujeito potencial consistiriam em adjuntos adnominais; pelo contrário, esse gramático considera que esses termos devem ser considerados complementos nominais, independentemente da função primária, sujeito ou objeto. Segundo o autor, se não forem conhecidos pelo ouvinte, os complementos nominais não podem ser omitidos. Sendo a função primária subjetiva, como em *a resolução do diretor*, ou objetiva, com em *a descoberta da imprensa*, não cabe classificar *do diretor* como adjunto adnominal e *da imprensa* como

complemento nominal, já que ambos os termos participam das mesmas características próprias ao complemento nominal. Impõe-se, dessa forma, a necessidade de incluir o complemento nominal como termo argumental.

Para o autor, a nominalização adquire as mesmas relações sintáticas da construção básica: se o núcleo verbal é complexo e é acompanhado de complementos, a construção derivada apresenta esses termos:

- (19)a. A polícia prendeu os ladrões
b. A prisão do ladrão pela polícia

Bechara reconhece ainda que, como núcleo do SN, há nominalizações formalmente relacionadas a verbos que assumem relações muito semelhantes às que ocorrem nas orações em que se omite o sujeito, como em:

- (20)a. Inclinou-se à música
b. A inclinação à música

De maneira geral, as duas noções para os termos da nominalização apresentadas na gramática tradicional, complementos nominais, para Bechara, e complementos nominais (no caso de objeto) e adjuntos adnominais (no caso de sujeito), para Kury, aproximam-se, respectivamente, do tratamento que Dik e Mackenzie conferem a esses termos, argumentos, para Dik, e satélites, para Mackenzie.²⁵

A visão de Dik também é muito próxima da de Busse & Vilela (1986), que consideram que, em geral, a valência de nomes deverbais e deadjetivais corresponde à dos verbos e adjetivos de que derivam.

²⁵ Note-se que Mackenzie faz distinção entre os satélites equivalentes ao primeiro e ao segundo argumento. Como se observou, os satélites equivalentes ao segundo argumento são tão essenciais à predicação quanto argumentos; os equivalentes ao primeiro argumento, por sua vez, são acessórios. Para Kury, o equivalente ao primeiro argumento é um adjunto adnominal, e ao segundo, um complemento nominal.

Embora Dik considere que a nominalização preserva a valência do predicado verbal, reconhece que, freqüentemente, um ou os dois argumentos não são formalmente expressos, como em (21), em que somente o segundo argumento é expresso, e (22), em que nenhum argumento é expresso:

(21) A **compra** da casa foi vantajosa, visto que consegui um ótimo preço.

(22) A **compra** foi vantajosa, visto que consegui um ótimo preço

Entretanto, ele não explica as circunstâncias sob as quais os termos são ajustados ou não. Fica, assim, a questão: dado um predicado verbal mono, bi ou trivalente, por que o predicado nominal correspondente não preserva a valência do predicado *input*, isto é, por que somente um argumento (ou até mesmo nenhum argumento) aparece expresso? Por serem termos obrigatórios, o que justifica a ausência do(s) argumento(s)?

Diante do impasse que se coloca para a explicação da não-expressão de argumentos, a proposta de Mackenzie torna-se tentadora: tratar os termos das nominalizações como satélites parece eficaz, já que satélite é informação acessória. Uma explicação como essa é vantajosa, já que explica o fato textualmente evidente de que nominalizações são, em relação ao predicado verbal, caracterizadas por uma ausência marcada de valência real. A desvantagem, no entanto, é a multiplicação de termos metateóricos, como satélites z e satélites y, em oposição a argumentos, comprometendo a teoria na relação entre exaustividade e economia.

A pergunta que fica, então, é que tratamento dar para as nominalizações no português, questionamento que permanece por ora suspenso. Pretende-se, primeiramente, fornecer uma leitura dos casos de nominalização no português, para, ao final, assumir uma posição definitiva sobre que hipótese teórica adotar para a explicação do fenômeno em análise.

CAPÍTULO IV

UNIVERSO DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo explicita o universo de pesquisa, ou seja, o *corpus* de investigação, os procedimentos metodológicos essenciais à realização deste trabalho, dentre os quais se destacam os grupos de fatores e o levantamento quantitativo dos dados, e as hipóteses de trabalho.

4.1. Delimitação do *corpus*

O universo da investigação é composto por uma amostragem do *Corpus* Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que constitui, por sua vez, uma seleção operada sobre o material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravados com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Entretanto, para o desenvolvimento deste trabalho, a amostragem se limitou aos inquéritos de São Paulo, tal como aparecem organizados por Castilho & Preti (1986 e 1987) e Preti & Urbano (1988) em três volumes, referentes cada qual a três tipos de manifestação de registro culto: Diálogos entre dois Informantes (D2 360), Diálogo entre Informante e Documentador (DID 234) e Elocuções Formais (EF 377).

Uma questão metodológica natural, diretamente vinculada ao universo de pesquisa, é a da natureza e limite dos dados. Como a amostragem do *Corpus* Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado é longa, por uma questão de limitação, a variedade de São Paulo serve perfeitamente de amostragem para uma situação contextualmente mais abrangente.

4.2. Procedimentos metodológicos e técnicas de investigação

Um ponto pertinente diz respeito ao que se considera derivado neste trabalho. O capítulo II, na seção que trata das diferenças e similaridades entre predicados verbais e nominais (seção 2.5., p.54), demonstrou que a nominalização, para a GF, pode ser derivada de uma construção encaixada puramente verbal, como mostra (1), ou ter o esquema de predicado que serve de base para nominalização separadamente especificado no léxico, esquematizado em (2a-b).

(1) Input: destruir [V] $(x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$

Output: destruição [N] $(x_1)_{\text{Agente}} (x_2)_{\text{Meta}}$

(2)a. Destruir [V] $(x_1)_{\text{Agente/Força}} (x_2)_{\text{Meta}}$

b. Destruição [N] $(x_1)_{\text{Agente/Força}} (x_2)_{\text{Meta}}$

Não é fácil determinar, com exatidão, se um nome é, de fato, derivado de verbo e de adjetivo – nomes deverbal e deadjetival –, ou se, na verdade, trata-se de um nome básico, por meio do qual verbos e adjetivos podem ser formados.

Se, por outro lado, esses nomes são tratados como itens lexicais com entrada específica no léxico, embora ainda haja correspondência sintático-semântica com o verbo ou adjetivo, obviamente, não há razão para chamá-los de derivados, como se pretende fazer neste trabalho.

Basilio (1989) considera que a formação de nomes a partir de verbos é mais produtiva do que o contrário. Além disso, observa que, em casos de nominalização, há uma relação sintático-semântica entre o verbo e a forma nominalizada: uma forma pode ser considerada como deverbal se puder ser usada com sentido verbal. Assim, tendo em vista esse critério, na construção:

(3) A *reforma da casa de Maria* foi demorada

o nome *reforma* pode ser considerado como uma formação deverbal, já que pode ser interpretado como derivado do predicado verbal:

(4) reformar [V] (Maria₁)_{Agente} (casa₂)_{Meta}

Maria reformou a casa

Para Basilio, os nomes abstratos, formados a partir de verbos, servem para atender a exigências sintático-semânticas do discurso, o que justifica a enorme produtividade dos processos de substantivização de verbos. Argumenta ainda que verbos apresentam estrutura argumental própria, enquanto nomes podem ou não apresentar uma estrutura argumental; e propõe que, havendo correspondência de estrutura argumental entre verbos e nomes, esses nomes sejam considerados deverbais.

Não obstante, a autora considera a estrutura argumental um critério insuficiente para definir se o que se tem é um caso de nomes deverbais (e acrescentam-se aqui os deadjetivais) ou de verbos denominais, já que a correspondência com estrutura argumental se mantém nos dois casos.

Para fins metodológicos, diante da dificuldade de afirmar se um nome é derivado ou básico, utilizou-se neste trabalho o critério morfológico para selecionar os nomes que constituem o *corpus* e, assim, caracterizá-los como deverbais ou deadjetivais. Dessa forma, na seleção, a atenção voltou-se especificamente para nomes a que um morfema derivacional foi acrescentado à base verbal ou adjetival.

Nos casos em que o critério morfológico não foi suficiente para caracterizar um nome como derivado, ou seja, nos casos em que não se encontrou uma marca de acréscimo morfológico, como em *ajuda/ajudar*, a natureza de referência do nome parece ser suficiente

para resolver o impasse. Nesse sentido, por designarem estados de coisas, verbos seriam sempre de ordem superior; assim, se o nome preservar a ordem de abstração do termo primitivo, é considerado derivado, como o par *preocupar/preocupação*. Por outro lado, se o que se tem é um verbo, que, por sua natureza de referir estados de coisas, é, por definição, de ordem superior, e um nome concreto, como *olhar* e *olho*, respectivamente, tem-se um caso de derivação denominal, ou seja, *olhar* é derivado do item básico *olho*. Em suma, quando os dois termos, verbo e nome, são abstratos, o nome é o termo derivado; quando a relação é entre o verbo e o nome concreto, então o nome é básico e o verbo, derivado.

A fim de delimitar ainda mais o objeto de estudo deste trabalho e, ainda, como o foco aqui é a natureza variável da valência potencial, interessam nomes de segunda e de terceira ordem, que são termos com referência a estados de coisas.

Como o que importa aqui é a estrutura argumental dos nomes derivados, este trabalho restringe-se ao tratamento de nominalizações valenciais, o que, portanto, exclui os nomes avalentes de primeira ordem. Com base nisso, no processo de seleção dos nomes, não foram considerados os derivados polissêmicos de nomes abstratos, como em *a caça fugiu*, em que *caça* é um termo com referência a uma entidade concreta – no caso, um animal –, derivado do nome abstrato *caça*.

O levantamento das ocorrências privilegiou, inicialmente, a perspectiva do predicado nominalizado em suas características sintático-semânticas, considerando como variáveis as características dos argumentos:

a. organização sintático-semântica do SN: verificação da predicação e da valência nominais; classe semântica do predicado (de ação, de estado, de evento e de processo); relação semântica entre argumentos e predicado (Agente, Meta, Recipiente, Zero etc).²⁶

b. relações de distribuição e correferência dos nomes deverbiais e deadjetivais.

c. organização discursivo-textual: análise do estatuto informacional de constituintes da nominalização em termos de funções como dado vs. novo, que marcam o estatuto informacional dos constituintes do SN em relação à oração ou ao texto todo.

Os itens a-c acima destacaram a determinação do nome em termos de suas propriedades funcionais, baseadas na relação entre o SN e o texto todo. O plano de trabalho implica a necessidade de três perspectivas mais abrangentes, em que os pontos acima levantados se alinham:

1. Do ponto de vista semântico: a função semântica dos argumentos e os critérios de restrições seletivas.

²⁶ As funções semânticas dos argumentos são aqui concebidas tal como na GF (DIK, 1989). As funções semânticas para A₁ são: **Agente**, que é a entidade controladora de um estado de coisas de ação; **Processado**, que é a entidade que sofre um processo, isto é, o paciente; **Força**, que é a entidade instigadora de um processo; **Posicionador**, a entidade controladora de uma posição; e **Zero**, que é a entidade que serve de suporte para uma predicação estativa. Para o complemento do verbo, as funções semânticas são: **Meta**, que é a entidade afetada ou efetuada pela ação/atuação de algum controlador ou Força; **Recipiente**, a entidade para qual alguma coisa é transferida; **Referência**, que é o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência ao qual a relação se mantém; **Locativo**, que especifica o lugar onde alguma coisa está localizada; **Direção**, que é a entidade para a qual alguma coisa se move ou é movida; e **Origem**, que é a entidade da qual alguma coisa se move ou é movida. Certos satélites são sensíveis ao caráter [+/- controle] do estado de coisas que eles modificam; como, por exemplo, **Beneficiário** e **Instrumental**. As noções para as funções semânticas da GF são, em geral, compatíveis com as propostas pela Gramática de Casos (FILLMORE, 1971 *apud* BORBA, 1987), mas há algumas diferenças que merecem atenção. O caso *objetivo* (ou *objeto*, como alguns autores preferem) designa a entidade que é afetada pelo estado de coisas representado pelo verbo, função sugerida pelo termo *Meta* na GF. Já o termo *meta*, na Gramática de Casos, expressa ponto de chegada, o que corresponde grosseiramente a *Direção*, na GF.

2. Do ponto de vista sintático: forma e natureza dos argumentos em relação ao N predador: relações de regência e estrutura dos constituintes.
3. Do ponto de vista pragmático-textual: determinações discursivas derivadas da relação entre os argumentos e o contexto sintático mais abrangente do qual são constituintes.

Após proceder à investigação teórica e tendo definido acima o *corpus* da pesquisa, o passo subsequente para a investigação empírica da estrutura argumental das nominalizações é a definição de um conjunto de critérios de análise aos quais sejam submetidas todas as ocorrências das construções encontradas no *corpus*.

A vocação naturalmente empírica deste trabalho implica a necessidade de levantamento quantitativo, com especial relevância para frequências percentuais dos fatores mais significativos para o exame da estrutura argumental de nomes derivados. O processamento dos dados é o eletrônico, empregando-se, para tal, o pacote estatístico VARBRUL - Variable Rule Program (SANKOFF, 1975). Idealizado, inicialmente, pela sociolinguística quantitativa, para a análise de fenômenos variáveis, esse pacote se adapta ao tratamento de outros objetos de estudo, permitindo a apuração de frequência e a tabulação cruzada entre dois fatores relevantes. Para o tratamento estatístico, são utilizados alguns programas do pacote VARBRUL, que fornecerão frequências estatísticas e cruzamento entre duas variáveis que se mostrarem pertinentes durante a análise.

A primeira tarefa no levantamento de dados consiste em identificar todas as ocorrências de nominalizações no *corpus*. O levantamento deverá incluir todos os enunciados que contiverem algum tipo de nome derivado deverbal e deadjetival, de acordo com os seguintes grupos de fatores:

1. Natureza do termo primitivo:

- a. Adjetivo
- b. Verbo

Na classificação das nominalizações, obtida com o grupo de fatores (1), é pertinente saber se o nome é deverbal ou deadjetival, conforme o termo primitivo básico do qual é derivado, verbo ou adjetivo, para uma possível verificação e posterior comparação entre esses dois tipos de derivados, conforme apresentado nos objetivos deste trabalho. O grupo de fatores 1, então, contém nominalizações cujo primitivo básico é um adjetivo, como em (5), ou um verbo, como em (6):

(5) Neide nunca se conformou com as **travessuras** de Pedro

Input: travesso [A] $(x_1)_{Zero}$

Output: travess(o)-ura [N] $(x_1)_{Zero}$

(6) A **preocupação** de Amanda com os estudos é surpreendente

Input: preocupar [V] $(x_1)_{Zero}$ $(x_2)_{Referência}$

Output: preocupa(r)-ção [N] $(x_1)_{Zero}$ $(x_2)_{Referência}$

2. Tipo semântico da nominalização

- a. Ação
- b. Processo
- c. Estado
- d. Posição

No grupo de fatores (2), contemplam-se as características semânticas do predicado nominal, nos termos de Dik (1989). As nominalizações são analisadas, assim, de acordo com

o tipo semântico de Ação, Processo, Estado ou Posição, conforme acusam, respectivamente, exemplos como (7), (8), (9) e (10):

(7) A **colheita** de jiló que Eduardo fez foi relativamente baixa

EsCo de Ação [+dinâmico] [+controlado]

(8) Roberto acompanhou atentamente a **evolução** de seus orientandos

EsCo [+dinâmico] [-controlado]

(9) A **tranqüilidade** de Moema é espantosa

EsCo [-dinâmico] [-controlado]

(10) Ana não acreditava que as **suposições** de Alessandro tivessem fundamento

EsCo [-dinâmico] [+controlado]

3. Valência potencial da nominalização

a. Valência 1

b. Valência 2

c. Valência 3

O grupo de fatores (3) verifica a valência potencial do nome, em relação ao predicado *input*; por meio desse exame, será possível comparar a valência do predicado primitivo com a valência que, de fato, o nome apresenta, e, assim, avaliar quantitativamente o grau de preenchimento argumental. Observem-se os exemplos contidos em (11), (12) e (13), que apresentam, respectivamente, nomes mono, bi e trivalenciais:

(11) A **beleza do pôr do sol** engrandece a alma

(x_i : [belo_A (pôr do sol) $_{\text{Zero}}$] (x_i))

(12) A **compra** de cartuchos que Roberto fez não foi suficiente

$(x_i: [\text{comprar}_v (\text{Roberto})_{\text{Agente}} (\text{cartuchos})_{\text{Meta}}] (x_i))$

(13) Como Marcelo não mora mais em Rio Preto, a **transferência** do título dele para Sumaré foi inevitável.

$(x_i: [\text{transferir}_v (\text{Marcelo})_{\text{Agente}} (\text{título})_{\text{Meta}} (\text{Sumaré})_{\text{Direção}}] (x_i))$

4. Função sintática da nominalização na predicação matriz

a. Sujeito

b. Complemento verbal

c. Complemento nominal

d. Satélite

e. Predicativo

f. Adjunto adnominal

O grupo de fatores (4) está destinado a caracterizar as funções sintáticas exercidas pelas nominalizações na predicação na qual são encaixadas. Esse grupo de fatores permite verificar se as nominalizações ocupam posições argumentais na predicação matriz, como em (14), (15) e (16), que funcionam, respectivamente, como sujeito, complemento verbal e complemento nominal, ou assumem outras funções sintáticas tais como satélite (17), predicativo (18) e adjunto adnominal (19):

(14) A **divulgação** dos resultados não estava prevista no regulamento

(15) Carlos esperava ansiosamente a **divulgação** dos resultados

(16) A probabilidade de **divulgação** dos resultados é nula

(17) Durante a **divulgação** dos resultados, os alunos ficaram apreensivos

(18) A dúvida é a **divulgação** dos resultados no dia previsto

(19) Até então não havia o problema da **divulgação** dos resultados

5. Estatuto informacional da nominalização na predicação matriz

a. novo não-usado

b. inferível

c. evocado

O grupo de fatores (5), dado o estatuto informacional do nome, investiga se o caráter de nominalização – nova, inferível ou evocada – exerce alguma influência ou não na expressão de argumentos. Essa avaliação é feita considerando-se o contexto discursivo, com base na taxonomia proposta por Prince (1981) para as noções *dado* e *novo*.

A autora estabelece três categorias para *dado* e *novo*: entidade *nova*, *inferível* e *evocada*. Como se sabe, informação *nova* é a que o falante introduz pela primeira vez no discurso. Para a autora, entretanto, essas entidades podem ser de dois tipos: *completamente-nova*, quando o ouvinte tem que criar uma nova entidade, e *não-usada*, em que o falante presume a entidade correspondente no modelo discursivo do interlocutor. As entidades *completamente-novas*, por seu lado, subdividem-se em dois tipos: *ancoradas* e *não-ancoradas*; no primeiro caso, o SN representado liga-se a uma outra entidade discursiva por meio de um outro SN e, no segundo caso, trata-se de entidades completamente-novas que não têm nenhum tipo de ‘âncora’, tal como dispõem as ancoradas.

Uma entidade *evocada* é aquela que já ocorreu no modelo discursivo do ouvinte. Esse tipo de entidade pode ser de dois tipos: *textualmente* e *situacionalmente evocada*, conforme seja o texto ou a situação discursiva o suporte de identificação.

Por fim, uma entidade discursiva é *inferível* se o falante supõe que o ouvinte possa identificar o referente pretendido a partir de outra entidade discursiva evocada ou inferível. Esse tipo de entidade se subdivide em dois tipos: *inferível contido*, que se refere a entidades cuja inferência está dentro do próprio SN, e *inferível não-contido*.

Cabe salientar que todas as entidades encontradas no *corpus* são novas não-usadas e textualmente evocadas; além disso, as entidades inferíveis não foram subdivididas em contida e não-contida. Os exemplos contidos em (20-22) ilustram ocorrências de nomes novo-não usado, inferível e evocado, respectivamente:

(20) Carlos tinha um dinheiro guardado e decidiu procurar a Caixa Econômica Federal para fazer um **financiamento** de uma casa.

(21) A gente sabe que, na seção de Pós-graduação, tem um período para a inscrição de candidatos que querem ingressar no programa. A **duração** costuma ser de 30 a 40 dias.

(22) Ontem, Pedro se casou com Ana. Disseram-me que o **casamento** foi de cair o queixo.

No exemplo (20), por ser introduzida pela primeira vez no discurso, a entidade *financiamento* é nova não-usada. Já em (21), o nome *duração*, uma entidade inferível, surge num contexto em que se fala em períodos, que, como se sabe, têm duração limitada. Por fim, em (22), a entidade evocada *casamento* retoma a predicação [Pedro se casou com Ana].

Esse primeiro conjunto de grupos de fatores privilegia as características das nominalizações em si. Além de permitir avaliar algumas propriedades sintática, semântica e pragmática, é possível verificar se existe alguma relação entre tais traços e o preenchimento

argumental. Assim, esse primeiro conjunto está diretamente ligado ao segundo conjunto de fatores, composto dos grupos de fatores de 6 a 19.

6. Função semântica de A_1

- a. Agente
- b. Posicionador
- c. Processado
- d. Zero

7. Função semântica de A_2

- a. Meta
- b. Referência

8. Função semântica de A_3

- a. Recipiente
- b. Referência

Os grupos de fatores (6), (7) e (8) medem, respectivamente, as características semânticas de A_1 , A_2 e A_3 expressos, considerando o tipo semântico do predicado nominal. Considerem-se os exemplos:

(20) A **construção** da casa por Jorge foi antecipada

neste exemplo, a função semântica de [Jorge] é Agente, e de [casa], Meta.

(21) Ana acreditava que a **crença** de Alessandro na vida fosse a sua salvação

em (21), A₁ [Alessandro] tem a função semântica Posicionador, e A₂ [vida], Referência

(22) Roberto acompanhou de perto a **evolução** de Edson

nesse exemplo, a função semântica de A₁ é Processado, já que sofre a ação de um Processo [evolução]

(23) A **beleza** de Amanda é algo que surpreende

nesse exemplo, a função semântica de A₁ [Amanda] é Zero, isto é, suporte para uma predicação nominal.

(24) A **transferência** dos documentos para a mãe

aqui, A₂ [documentos] tem a função semântica Meta e A₃ [mãe], Recipiente

(25) A **arrecadação** de alimentos para os favelados foi pífia

em (25), a função semântica de A₂ [alimentos] é Meta e de A₃ [favelados], Referência

9. Função sintática dos argumentos expressos na predicação input

- a. sujeito
- b. complemento objeto direto e/ou indireto
- c. sujeito e complemento objeto direto e/ou indireto

Tratando-se da estrutura argumental dos nomes derivados, observa-se, inicialmente, com o grupo de fatores (9), o número de argumentos expressos, em comparação com a

valência potencial do nome, com o objetivo de avaliar quantitativamente o grau de preenchimento da estrutura argumental das nominalizações. Os exemplos contidos em (26-30) ilustram, respectivamente, casos de expressão de sujeito, de complemento objeto direto, de complemento objeto indireto, de sujeito e complemento objeto direto, e de sujeito e complemento objeto indireto:

(26) A **partida** de Alessandra não ocorreu no prazo previsto

(27) A **transferência** dos documentos não ocorreu no prazo previsto

(28) A **transferência** para Carlos não ocorreu no prazo previsto

(29) A **transferência** dos documentos por Alessandra não ocorreu no prazo previsto

(30) A **transferência** de Alessandra para Carlos não ocorreu no prazo previsto

10. Forma de expressão de A₁

- a. SP com de
- b. pronome possessivo
- c. adjetivo

11. Modo de preenchimento de valência não diretamente expressa de A₁

- a. oração relativa
- b. no contexto precedente ou conseqüente (com zero anafórico)
- c. no contexto precedente (com verbo-suporte ou cópula)

Observando-se as características de A₁ expresso, o grupo (10) permite analisar a forma de expressão desse argumento e, em casos de não expressão, avaliar o modo de

preenchimento da valência não expressa formalmente (grupo de fatores (11)). Os exemplos de (31) a (33) ilustram, respectivamente, a expressão de A_1 num sintagma-de, com pronome possessivo e com adjetivo:

(31) O **casamento** de Pedro foi algo surpreendente

(32) Pedro não queria se casar e, por isso, o **casamento** dele foi um fiasco

(33) A **evolução** humana parece lenta

Nos exemplos de (34) a (36), ilustram-se mecanismos de retomada dos argumentos não expressos formalmente na nominalização:

(34) A **compra** que Roberto fez ficou caríssima

(35) Roberto comprou um vídeo-cassete, uma furadeira e uma geladeira. Dizem que a **compra** ficou caríssima.

(36) A **compra** feita por Roberto ficou caríssima.

O exemplo (34) ilustra uma ocorrência de retomada do argumento não expresso formalmente como sintagma de possuidor, mas por meio de uma oração relativa; em (35), por sua vez, A_1 pode ser retomado textualmente no cotexto precedente; em (36), por fim, A_1 pode ser recuperado no contexto seguinte com verbo suporte na passiva.

12. Forma de expressão de A_2

a. SP com de

b. SP com outra preposição

13. Modo de preenchimento de valência não diretamente expressa de A₂

a. oração relativa

b.: no contexto precedente (com zero anafórico)

Distribui-se a mesma análise da forma de expressão e preenchimento de valência para A₂, nos grupos de fatores (12) e (13). Observem-se os exemplos de (37) e (38), que ilustram, respectivamente, a expressão de A₂ num sintagma-de e com outra preposição; já em (39) tem-se a retomada de A₂ não expresso formalmente por meio de uma oração relativa, e , em (40), a recuperação desse argumento no contexto precedente:

(37) A **reforma** da casa foi demorada

(38) A **preocupação** de Carlos com Edson é exagerada

(39) A **reforma** que a casa precisava tardou muito a começar

(40) Roberto começou a reformar sua casa no começo do ano; ele achava que a **reforma** seria rápida, mas demorou muito.

14. Forma de expressão de A₃

a.SP com de

b. SP com outra preposição

15. Modo de recuperação de valência não diretamente expressa de A₃

a. no contexto precedente (com zero anafórico)

b. oração relativa

Por fim, o mesmo tipo de verificação feita em (10) e (11), e (12) e (13), para A_1 e A_2 , respectivamente, é repetido para A_3 , nos grupos (14) e (15). Como exemplificação, (41) ilustra a expressão de A_3 por meio de sintagma preposicionado e, em (42), tem-se a retomada do argumento não expresso formalmente:

(41) A **transferência** da procuração para Amanda foi uma decisão acertada

(42) Pedro decidiu transferir sua procuração para Amanda. Embora a **transferência** tenha sido tardia, foi uma decisão acertada.

16. Estatuto informacional de A_1

- a. novo não-usado
- b. inferível
- c. evocado

17. Estatuto informacional de A_2

- a. novo não-usado
- b. inferível
- c. evocado

18. Estatuto informacional de A_3

- a. novo não-usado
- b. inferível
- c. evocado

Os grupos de fatores (16), (17) e (18) permitem medir o estatuto informacional dos argumentos dos nomes derivados com o objetivo de verificar se o preenchimento ou não da

estrutura argumental é determinada pela distribuição de informação nova ou dada na dimensão textual.

Em (43), (44) e (45), ilustram-se, respectivamente, A_1 , A_2 e A_3 como entidades novas não-usadas:

(43) A **maturidade** de Amanda é espantosa.

(44) Roberto iniciou ontem a **reforma** da casa

(45) Marcelo se mudou de Rio Preto, mas se esqueceu de fazer a **transferência** do título de eleitor para Sumaré.

Em (46), (47) e (48), A_1 , A_2 e A_3 aparecem, respectivamente, como entidades inferíveis:

(46) Quando se vai ao cinema, certamente ninguém gosta de esperar naquelas filas quilométricas, principalmente quando há atraso para a **entrada** do público.

(47) Nos concursos públicos, se você passa em uma boa classificação, a expectativa de ser chamado é grande; entretanto, o **preenchimento** das vagas disponíveis é lento.

(48) Detesto ter de mexer com dinheiro, por isso, deixo tudo nas mãos do meu gerente. No mês passado, ele fez uma **transferência** para um banco no exterior.

Por fim, (49), (50) e (51) fornecem casos de nominalizações cujos A_1 , A_2 e A_3 são entidades evocadas:

(49) O governo decidiu dar a Meirelles o *status* de ministro. Essa **decisão** do governo foi motivo de muita crítica

- (50) As necessidades da população economicamente pobre são extremamente importantes para o atual governo. Sendo assim, Lula começou uma campanha de **combate** à pobreza
- (51) Os deputados aprovaram a medida que dá plenos poderes Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. A **concessão** de poderes a Meirelles lhe dá o *status* de ministro.

19. Tipo de entrevista

- a. EF
- b. DID
- c. D2

Uma vez que o *corpus* é referente a três tipos de manifestação de registro culto (DID, D2, EF), com o grupo de fatores (19), pretende-se investigar se há alguma relação entre o tipo de inquérito e a expressão argumental. Os exemplos de (52) a (54), retirados do próprio *corpus*, ilustram, respectivamente, casos de nominalizações nos inquéritos EF, DID e D2:

(52) ... então:: ele vai tentar usar esta **criação**... que ele e capaz de fazer... para garantir a caça...
(EF-SP-405:53)

(53) Inf.: ... como e que eles chamam?... eu sei que hão há **preparação** toda eu tenho impressão que e:: e mais um grupo que se reúne para fazer... (DID-SP-234:109)

(54) L2: e daí o entusiasmo para NOve filhos...

L1: exatamente nove ou dez...

[

L2: ()

L1: e e:: mas... depois diante das dificuldades de conseguir quem me ajudasse... no::s paramos no sexto filho... (D2-SP-360:137)

Os grupos de fatores estão de acordo com as perspectivas apresentadas nos objetivos deste trabalho. Assim, os grupos de fatores de 1 a 5 privilegiam os aspectos do predicado nominalizado, em suas características sintático-semântico-pragmáticas, e os grupos de fatores de 6 a 19 cuidam especificamente das características dos termos da nominalização, observando o preenchimento da estrutura argumental, os argumentos expressos e a forma de expressão.

4.3. Hipóteses do trabalho

Tendo como base que as expressões lingüísticas somente podem ser analisadas adequadamente se consideradas operando em circunstâncias efetivas de interação verbal, as informações contextuais e cotextuais disponíveis aos interlocutores são co-responsáveis pela determinação das propriedades dessas expressões lingüísticas. Dessa forma, para este trabalho, o estatuto pragmático no universo comunicativo dos interlocutores é extremamente relevante, na medida em que é essa função que pode determinar a expressão formal de argumentos ou não.

Assim, as hipóteses principais para este trabalho a serem ratificadas ou não pela análise dos dados são as seguintes:

- (i) a nominalização, tal como o predicado *input*, dispõe de estrutura de argumentos.
- (ii) o estatuto pragmático da nominalização, na continuidade discursiva, é que determina a expressão formal dos argumentos. A informação dado/novo da nominalização em si e de seus argumentos está diretamente relacionada ao preenchimento formal da estrutura argumental.

Num segundo plano, com relação à expressão de argumentos, as hipóteses a serem confirmadas ou rejeitadas são:

(iii) Tal como preconiza Dik (1985, 1997), os argumentos são preferencialmente expressos em um sintagma-de.

(iv) Os argumentos expressos são preferencialmente A_2 . O fato de o argumento externo ser preferencialmente a informação dada e o argumento interno, a informação nova, está relacionado à preferência de expressão do segundo argumento.

De maneira geral, a hipótese principal é a de que a estrutura argumental das nominalizações – portanto, a valência – se mantém, mas é o contexto discursivo que vai determinar o seu preenchimento ou não. Entretanto, como o capítulo VI mostrará, é dispensável tomar como base as hipóteses da preservação e da redução de valência, tal como preconizam, respectivamente, Dik (1985, 1997) e Mackenzie (1985, 1996), na medida em que, em função da nova teoria para os esquemas de predicados, propostos pela GFD, parece se resolver o problema que ora se coloca – se os termos das nominalizações podem ser considerados argumentos tendo em vista que podem não vir formalmente expressos.

CAPÍTULO V

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS NOMINALIZAÇÕES

5.1. Introdução

Nas seções subseqüentes, os dados são analisados de acordo com os grupos de fatores apresentados no capítulo anterior. Os resultados são apresentados sob a forma de tabelas e, como forma complementar, são inseridos gráficos demonstrativos, ambos intercalados convenientemente no transcorrer da análise. As tabelas e os gráficos expõem os resultados obtidos a partir das frequências estatísticas dos dados.

A seção 5.2. verifica as características gerais da nominalização, conforme os grupos de fatores elencados de 1 a 5 (cf. capítulo IV), a fim de (i) ressaltar, inicialmente, alguns aspectos importantes na caracterização das nominalizações e (ii) averiguar se existe alguma relação entre alguns desses aspectos e o preenchimento argumental. Cabe salientar que essa seção faz apenas algumas generalizações quanto às características das nominalizações. As possíveis relações com a estrutura argumental somente serão apresentadas na seção seguinte.

As seções subseqüentes apresentam especificamente as características dos termos da nominalização, observando, em 5.3., o preenchimento da estrutura argumental em relação à valência potencial do nome derivado, e, em 5.4., os argumentos expressos, A_1 , A_2 e/ou A_3 , e a sua forma de expressão.

Em função de um dos objetivos impostos neste trabalho – investigar o comportamento da estrutura argumental dos nomes deadjetivais em comparação à dos deverbais –, a seção 5.5. discute os resultados gerais obtidos mediante a análise dos dados.

As generalizações a respeito da análise e interpretação dos dados estão confinadas ao capítulo VI, que estabelece relações com a discussão teórica apresentada nos capítulos precedentes.

5.2. Características gerais da nominalização

O gráfico 1 representa, em termos percentuais, a ocorrência de nomes deverbais e deadjetivais nos dados analisados.

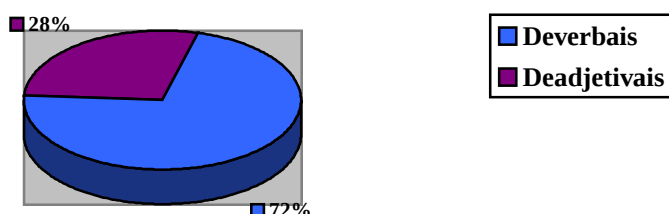


Gráfico 1: Distribuição dos nomes derivados quanto à derivação

Os dados indicam que os nomes derivados de verbos são mais produtivos no discurso, mediante a ocorrência majoritária. Do total de 305 nomes analisados, 72.0% (220/305) são nomes deverbais, enquanto 28.0% (85/305) são deadjetivais. As ocorrências incluídas em (1) e (2) ilustram, respectivamente, casos de nomes deverbais e deadjetivais:

(1) *Doc.: agora o que qual o que que a senhora acha qual a melhor técnica na sua opinião para poder se divulgar uma peça de tea::/ uma peça né? para que:: o público tome conhecimento da existência dela? (DID-SP-234:115)*

(2) *L2: quando o homem está no seu apogeu...*

[
L1: ()
L2: ah::
[

L1: ()
 L2: *não é verdade?*
 I
 L1: ()(*na sua*) **maturidade** (D2-SP-360:161)

Para (1) e (2), respectivamente, os seguintes esquemas de predicado poderiam ser descritos:

(3) Formação de nome deverbal em português (em *-ência*)

Input: existir [V] (x_1)_{Zero}

Output: exist(ir)-*ência* [N] (x_1)_{Zero}

(4) Formação de nome deadjetival em português (em *-idade*)

Input: maturo [A] (x_1)_{Zero}

Output: matur(o)-*idade* [N] (x_1)_{Zero}

Essa predominância de nomes deverbais parece estar intimamente ligada aos diferentes estados de coisas a que eles se referem, já que 98.0% (83/85) dos nomes deadjetivais são nomes não-dinâmicos (dos quais 88.0% (75/85) são de estado). Os nomes deverbais, por sua vez, distribuem-se de forma equilibrada quando se trata de dinamicidade: 43.0% (94/220) são dinâmicos e 57.0% (126/220), não-dinâmicos.

Em princípio, toda oração, semanticamente, designa um estado de coisas. As nominalizações constituem tipos semânticos de predicado, classificados como de ação (dinâmico e controlado), de processo (dinâmico e não-controlado), de posição (não-dinâmico e controlado) e de estado (não-dinâmico e não-controlado), nos termos de Dik (1989). Os nomes deverbais, comparados aos nomes deadjetivais, prestam-se a descrever diferentes estados de coisas, como mostra a tabela 1:

Tabela 1: Distribuição da nominalização quanto ao tipo semântico

Tipo Semântico	Natureza do termo primitivo					
	Adjetivo		Verbo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ação	•	•	64	29.0	64	21.0
Processo	02	2.0	30	14.0	32	10.0
Posição	08	10.0	85	38.0	93	31.0
Estado	75	88.0	41	19.0	116	38.0
Total	85	28.0	220	72.0	305	100.0

Ocioso dizer que os nomes deverbais são os únicos a designarem os quatro tipos semânticos apontados por Dik. Já nos nomes deadjetivais, embora constituam tipos semânticos de predicados de processo, de posição e de estado, os predicados dinâmicos - que, na tabela, aparecem com uma representatividade de apenas 2.0% (2/85) - são inexpressivos. Assim, esse tipo de nome está ligado a um estado de coisas não-dinâmico, estático.

Por se prestarem a designar diferentes estados coisas, pode-se dizer que os nomes deverbais são mais produtivos e, por isso, mais freqüentes no discurso, enquanto os nomes deadjetivais restringem-se à expressão de um estado de coisa não-dinâmico e, por isso, são menos usados.

No que diz respeito à valência dos nomes derivados encontrados, a tabela 2 apresenta, a princípio, os percentuais da valência potencial. Cabe ressaltar que, como a discussão acerca da estrutura argumental das nominalizações está confinada à próxima seção, faz-se agora apenas uma apresentação dos dados obtidos.

Tabela 2: Distribuição da nominalização quanto à valência potencial

Natureza do termo primitivo	Valência potencial							
	Valência 1		Valência 2		Valência 3		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Adjetivo	36	42.0	49	58.0	■	■	85	28.0
Verbo	61	28.0	147	67.0	12	5.0	220	72.0
Total	97	32.0	196	64.0	12	4.0	305	100.0

Com base na tabela 2, é possível observar que os nomes bivalentes são majoritários tanto para os nomes deverbiais quanto para os deadjetivais, perfazendo um total de 64.0% (196/305) das ocorrências. Já os nomes monovalentes, que dispõem de um único argumento, aparecem em 32.0% (97/305) dos casos analisados. Em relação aos mono e bivalentes, os nomes cuja estrutura exige três argumentos são minoria – 4.0% (12/305) – e ocorrem, obviamente, com nomes deverbiais. Vê-se em (5) uma ocorrência que ilustra um tipo de nome monovalencial, em (6), bivalente e, em (7), finalmente, um nome trivalente.

(5) ... outra coisa que nos vamos ver... nos slides na na aula que vem... e a extrema **precisão** do desenho... (EF-SP-405:57)

(6) L1: ...(uma) de no::ve...e a outra de seis...

Doc.: a senhora...procurou dar espaço de tempo entre um e OUTro...

L2: aconteceram ou foram

[

Doc.: aconte/...

L2 programados

Doc.: (isso)...faz favor ()

[

L1 a p/ a p/ é...a **programação**...havia sido planejada...mas não deu certo...((risos))

(D2-SP-360:136)

(7) L2: ... da/dentro do aumento de vencimentos haveria... uma **promoção** de todo o pessoal que está agora... (D2-SP-360:149)

Uma característica secundária que merece observação é a função sintática que os nomes derivados exercem na predicação hierarquicamente superior. A função sintática dos nomes derivados na predicação principal é majoritariamente complemento, como aponta, na tabela 3, o índice de 57.0% (175/305) dos casos; a segunda maior incidência é de nomes na posição de sujeito da predicação principal: 16.0% (47/305).

Tabela 3: Distribuição da nominalização quanto à função sintática na predicação matriz

Função sintática	Natureza do termo primitivo					
	Adjetivo		Verbo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sujeito	15	18.0	32	15.0	47	16.0
Complemento	37	43.0	104	47.0	141	46.0
Complemento nominal	10	12.0	24	11.0	34	11.0
Satélite	12	14.0	23	10.0	35	11.0
Predicativo	11	13.0	19	9.0	30	10.0
Adjunto adnominal	■	■	18	8.0	18	6.0
Total	85	28.0	220	72.0	305	100.0

Note-se que a alta incidência de nomes com função sintática de complemento e, como segunda maior incidência, de sujeito vale tanto para os nomes deverbais quanto para os deadjetivais, como se pode observar na tabela.

Isso significa que os nomes derivados exercem majoritariamente as funções sintáticas argumentais (sujeito, complemento verbal e complemento nominal), como aponta o índice de 73.0% (222/305). As funções não-argumentais, como satélite e adjunto adnominal, aparecem com uma incidência de 17.0% (53/305) dos casos. Segundo Dik (1997), quando uma construção encaixada serve de argumento a uma predicação matriz, a informação que ela

contém é essencial para a integridade da oração de nível mais alto, do mesmo modo como qualquer argumento é essencial para designar o estado de coisas pretendido.

Note-se que, no total geral, nominalizações cujas funções sintáticas na predicação matriz são satélite, complemento nominal e predicativo apresentam percentuais equivalentes, que se mantêm se os nomes deadjetivais e deverbais são observados separadamente.

Embora as outras ocorrências sejam minoritárias em relação às funções sintáticas argumentais, mostram-se pertinentes para a análise na medida em que se consideram as várias funções que os nomes derivados podem ocupar na predicação na qual estão encaixados. O exercício de funções sintáticas na predicação hierarquicamente superior revela uma propriedade característica das nominalizações, que é, por um lado, sua menor complexidade categorial e, por outro, sua maior resistência a restrições sintáticas; em razão disso, as nominalizações assumem grande versatilidade sintática: representam um estado de coisas que pode manifestar-se formalmente como um nome numa predicação de nível superior (MACKENZIE, 1985).

Os casos abaixo exemplificam as ocorrências de nomes derivados funcionando como argumentos sujeito e complemento, além de complemento nominal, satélite, predicativo e adjunto adnominal, respectivamente.

(8) *seiscentos mil anos é MUIto tempo... as:: **manifestações** artísticas começaram a aparecer no paleolítico superior... (EF-SP-405:48)*

(9) *quanto à coleta se eles dependiam... da **colheita**... de frutos... raízes... que eles NÃO plantavam... (EF-SP-405:50)*

(10) *L1: fazendo parte da:: campanha de:: **repressão** à mendicância...do governo Carvalho Pinto (D2-SP-360:147)*

(11) *L1: ... onde e que ele tirou isso então ele quer ser cientista... arqueólogo...*

L2: eh

L1: e repórter...

L2: eh

[

L1: né? porque nos ah no nos **trabalhos** de pesquisa... (D2-SP-360:173)

(12) L2: ... de toda/todas as medidas a serem tomadas... e por conta da mãe... quer dizer que então e::... fi/acaba sendo uma **loucura**... (D2-SP-360:139)

(13) L1: ... ela quer saber as matérias que ela vai ter... o curso::... o segundo ciclo que ela pretende fazer... sabe? bom já esta numa:: idade de **definição** quanto ao segundo ciclo porque elas já estão na oitava serie as mais velhas não é? então ela... (D2-SP-360:168)

A versatilidade a que se refere Mackenzie (1985, 1996), também mencionada por Basilio (2004), mostra-se, realmente, como uma vantagem que os nomes derivados têm sobre os seus primitivos. Observa-se, nos casos acima apresentados, que a predicação subordinada nominalizada pode aparecer em posição de sujeito, complemento etc, assumindo, assim, funções sintáticas que seriam impossíveis de serem assumidas caso esses nomes se mantivessem como verbos ou como adjetivos. Notem-se os exemplos contidos em (14-16), que ilustram a conversão das nominalizações na sua contraparte verbal:

(14) seiscentos mil anos é MUIto tempo... As **artes se manifestarem** começaram a aparecer no paleolítico superior...

(15) quanto à coleta se eles dependiam... de que eles **colhessem...frutos... raízes...** que eles NÃO plantavam...

(16) L1: fazendo parte da:: campanha de::que **o governo Carvalho Pinto reprimiu a mendicância**

Como se pode observar, a conversão das nominalizações *manifestação*, em (8), *colheita*, em (9), e *repressão*, em (10), na sua contraparte verbal, apresentada,

respectivamente, em (14), (15) e (16), resultam, nesses contextos específicos, em construções mal-formadas (14 e 16), ou, no mínimo, estranhas (15).

Tratando, agora, da relação entre nominalizações e estatuto informacional, vale salientar que, embora o ponto de partida seja o da taxonomia dado/novo de Prince (1981), que, em geral, se aplica aos nomes de primeira ordem, que são nomes concretos, é justificável aplicá-la também a nominalizações, que representam nomes de segunda e de terceira ordem, embora reconheça o caráter ambíguo de uma nominalização, sempre a meio termo entre constituir um subato comunicativo referencial (*referential*), como entidades, e um subato atributivo (*ascription*), como estado de coisas.

Observem-se, primeiramente, os dados apontados no gráfico 2.

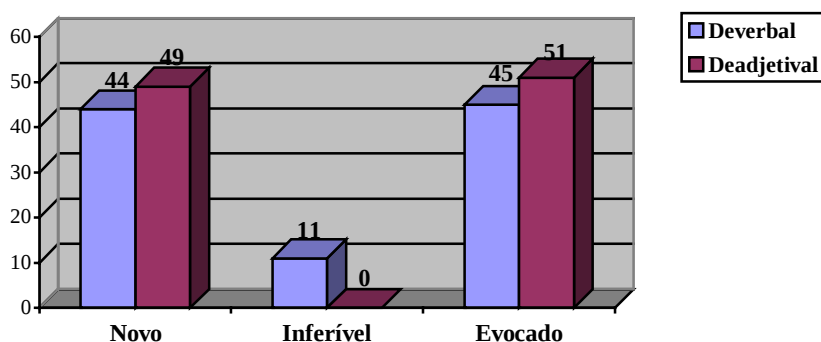


Gráfico 2: Distribuição do nome derivado quanto ao estatuto informacional

Como mostra o gráfico 2, há predominância de nominalizações evocadas, com 47.0% (142/305), e nominalizações novas, com 45.0% (138/305), sobre inferíveis, com 8.0% (25/305) das ocorrências. Essa predominância se mantém se se observam separadamente os nomes deverbais, com 11% (22/305) das ocorrências, e os deadjetivais, que não apresentam nominalizações inferíveis.

Os exemplos de (17) a (19) contêm, respectivamente, nomes representando entidades novas não-usadas, inferíveis e textualmente evocadas:

(17) ... *ai:: a gente vê essa obra hoje com outros olhos com os nossos critérios... de **beleza**... e os nossos critérios de valor estético...* (EF-SP-405:55)

(18) *o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma **duração** de aproximadamente seiscentos mil anos* (EF-SP 405)

(19) *no momento em que o homem... pré-histórico mexeu nos ossos carbonizados ficou com a mão... suja preta... e encostou as mãos não parede... ele percebeu que ele era capaz de CRIAR::... criar uma imagem::... que TANTa semelhança... com o objeto real... que era a mão dele... (EF SP 405) ...então:: ele vai tentar usar esta **criação**... que ele e capaz de fazer... para garantir a caça... (EF-SP 405)*

Essa expressividade saliente das nominalizações evocadas e novas não-usadas parece confirmar, a princípio, a função discursivo-textual apontada por Mackenzie (1985), segundo a qual produzir uma nominalização permite ao falante introduzir um novo referente no discurso, como mostra (17), ou retomar uma predicação como tópico dado, como em (19).

A noção de *novo não-usado* se aproxima muito da noção de entidade *evocada*, na medida em que uma entidade é nova somente por ser introduzida pela primeira vez no discurso, mas está na mente do ouvinte, não há necessidade de se construir uma referência (não é, assim, uma entidade *completamente nova*, mas *não-usada*). Da mesma forma, com uma entidade evocada, não há necessidade de se criar a referência, visto que está à disposição do ouvinte no discurso.

Embora pouco expressivas, as nominalizações cujo estatuto informacional é inferível não devem ser desprezadas. Inferir uma entidade significa poder identificar o referente pretendido de outra entidade discursiva. Para se inferir uma entidade de outra, é necessário que uma entidade esteja disponível na memória do ouvinte para que ele possa, a partir dela, inferir outra entidade. Em (18), o nome *duração* surge num contexto em que se fala em períodos, especificamente o período paleolítico, e períodos, como se sabe, têm duração limitada.

De qualquer maneira, tendo em vista a proximidade das três noções consideradas – novo não usado, inferível e evocado –, nota-se que uma nominalização dificilmente é nova, ou, mais especificamente, *completamente nova*. A nominalização tem uma função informacional, em que o falante convida seu interlocutor a atentar para o referente, e, ao que parece, como significado geralmente pressuposto, é pouco provável que esse referente seja totalmente desconhecido pelo ouvinte – ou está em sua memória, podendo ser presumido, ou pode ser inferido, ou evocado (CAMACHO, 2004).

Abordadas essas generalizações a respeito das características da nominalização, a sessão seguinte passa a tratar da estrutura argumental dos nomes derivados.

5.3. O preenchimento da estrutura argumental das nominalizações no PB

Os termos que constituem a estrutura argumental de uma nominalização correspondem ao sujeito, ou argumento externo, e ao complemento, que representam o objeto direto, ou argumento interno, e o objeto indireto. A tabela 2 acima (p.101) apresentou a valência potencial dos nomes deverbiais e deadjetivais. Trata-se, agora, de verificar a relação entre valência potencial, se considerado o predicado *input* original, e a valência de fato realizada na predicação encaixada representada pelos nomes derivados. Os gráficos 3 e 4 mostram, respectivamente, o percentual de preenchimento de A_1 e A_2 dos nomes derivados.

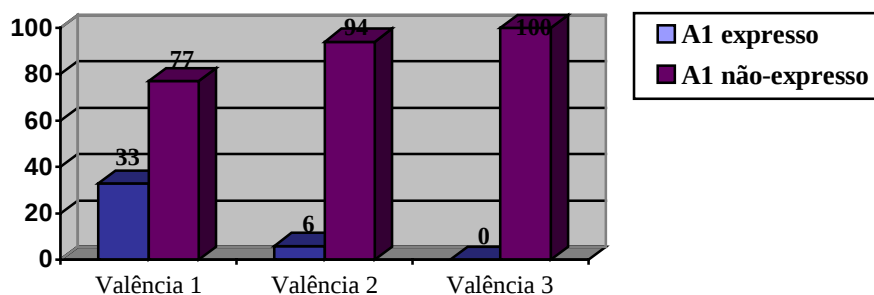


Gráfico 3 - Comparação entre as valências potencial e real (A_1)

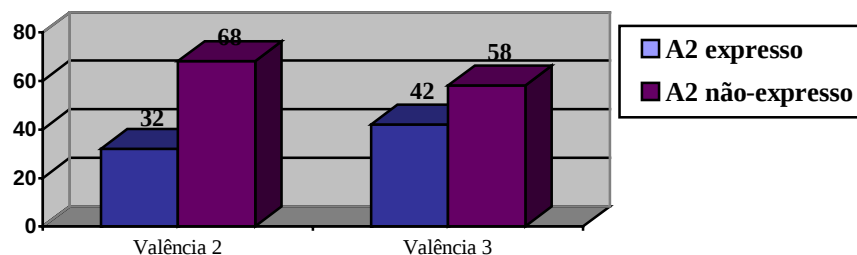


Gráfico 4 - Comparação entre as valências potencial e real (A_2)

Os dados mostram os seguintes resultados: (1) a estrutura argumental do nome primitivo raramente é preservada nas nominalizações; nos casos de preenchimento formal, (2) os nomes monovalenciais mantêm 33.0% (32/97) de seu argumento único preservado, no caso, o sujeito potencial; (3) os nomes bivalentiais, que são majoritários, preservam 6.0% (11/196) de A_1 , em oposição aos nomes trivalentiais, que não expressaram formalmente esse argumento; (4) quanto ao argumento objeto potencial, 32.0% (62/196) dos nomes bivalentiais e 42.0% (5/12) dos trivalentiais apresentam A_2 ; por fim, (5) não foi constatada a expressão de A_3 , sendo assim, não houve preenchimento formal desses argumentos em 100% (12/12) dos casos.²⁷ Observe-se o gráfico 5, que generaliza um pouco mais os resultados:

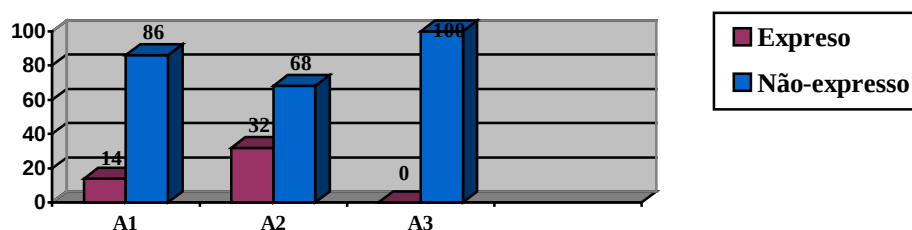


Gráfico 5: Preenchimento da estrutura argumental

²⁷ A menção que se faz à expressão ‘preservação de valência (ou de estrutura argumental)’ deve ser sempre entendida em relação ao predicado *input*, quando se tratar de nominalização deverbal ou deadjetival. Comparem-se os seguintes exemplos:

a. José viajou a São Paulo

a’. A **viagem** de José a São Paulo foi longa

b. Maria é leal a sua amiga

b’. A **lealdade** de Maria a sua amiga é comovente

Tanto em (a’) quanto em (b’) as nominalizações preservam, no sentido referido, a valência do predicado *input*.

Observando a incidência de expressão argumental nas ocorrências, é possível verificar que A_2 é o argumento que aparece com maior probabilidade de expressão, com 32.0% (67/208), seguido por A_1 , com 14.0% (43/305); A_3 , por sua vez, não é formalmente exposto. Como demonstra o gráfico 3, 33.0% (32/97) dos predicados monovalenciais preservam a estrutura argumental; se considerados os predicados bivalenciais, somente 37.0% (73/196) expressam um dos argumentos e, em 3.0% (5/196) dos casos, a estrutura argumental da nominalização é preenchida formalmente em sua totalidade.²⁸

Os exemplos contidos em (20a-b) ilustram casos de expressão de A_1 em predicados mono e bivalenciais, respectivamente; em (21a-b), de A_2 ; e, em (22a-b), casos de preenchimento total da estrutura argumental:

(20)a. L2: *mas por que os dias que nao tem aula ele acorda cedo?... e sempre foi assim*

L1: *é mesmo, né? é **malandragem** dele* (D2-SP-360:145)

b. L2: *e ai variando de acordo com:: com a **necessidade** do mercado às vezes... aumenta um pouco mais a procura de engenheiro civil... depois cai... ai:: e químico...* (D2-SP-360:159)

(21)a. *o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma **duração** de aproximadamente seiscentos mil anos* (EF-SP-405:48).

b. L2: *perguntando diz que quem quebrou foi a mãe ((risos)) é sempre uma **transferência** de*

L1: *e*

L2: *responsabilidades* (D2-SP-360:143)

(22)a. *...toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar necessariamente ligada... a esta **preocupação** vital do homem pré-histórico de... se conservar vivo...* (EF-SP-405:50)

²⁸ Ao fazer referência à preservação da estrutura argumental, faz-se alusão somente ao preenchimento formal, ou seja, argumentos expressos, uma vez que, como se verá mais adiante, os argumentos podem ser retomados por mecanismos de preenchimento de valência não diretamente expressa.

b. Doc.: Dona I. além da **participação do artista...** no filme quais os outros elementos importantes na sua opinião para que o filme seja bem sucedido bem aceito pelo público? (DID-SP-234:113)

Note-se que, em (20a), a única casa valencial é preenchida; em (20b) e (21a-b), por sua vez, a estrutura argumental do predicado *input* não é preservada. Em (22a-b), todos os argumentos são expressos.

Uma explicação possível para a alta taxa de não preenchimento formal da estrutura argumental das nominalizações é a de que, como em geral a organização textual já fornece informação suficiente sobre os argumentos da predicação encaixada, é descabido expressá-la sob a forma canônica de complemento nominal. Nesse caso, não há preenchimento formal, mas os argumentos do predicado nominalizado estão presentes no co(n)texto. A não relevância da expressão da estrutura argumental do nome derivado tem a ver, portanto, com um dos princípios de cooperação postulados por Grice (1975), a Máxima da Quantidade, segundo o qual não se deve dizer mais do que o necessário. Vê-se em (23) uma ocorrência que ilustra claramente essa propriedade pragmática:

(23) *ele percebeu que era capaz de CRIAR::... e criar uma imagem...(...) então:: ele vai tentar usar esta **criação**... que ele é capaz de fazer... para garantir a caça...(EF-SP-405:52-3)*

Os argumentos de *criação*, em (23), são facilmente recuperáveis no cotexto: o sujeito é *ele* (homem pré-histórico) e o objeto é *imagem*; o respeito à Máxima da Quantidade representa um bloqueio ao licenciamento da expressão sintática dos argumentos na retomada seguinte. Observe-se, todavia, (24) abaixo:

(24) *porque na medida... em que acabava a caça do lugar OU (que) em virtude da época do ano no inverno por exemplo... imigravam para lugares mais quentes eles também precisavam acompanhar... o a **migração da caça** (EF-SP-405:49)*

O argumento *caça* no SN destacado, que é o sujeito na predicação *input* correspondente, não é informação acessória, que possa ser descartada, uma vez que estabelece uma distinção desambiguadora no paralelismo entre migração do homem em relação à migração da caça, sendo, nesse caso, imprescindível para a continuidade temática, para a coerência textual. Além disso, constitui informação pragmaticamente nova, em oposição à informação anterior, dada, contida no SN *a caça do lugar*; a expressão sintática desse argumento tem, portanto, motivação semântica e pragmática (cf. CAMACHO & SANTANA, 2004).

O baixo preenchimento formal da estrutura argumental pode ser explicado pelo estatuto informacional da nominalização. Os dados levam a acreditar que a expressão formal dos argumentos dos nomes derivados está diretamente ligada ao estatuto informacional dos termos envolvidos, ou seja, a preservação do argumento é o resultado do estatuto novo, enquanto a ausência de argumentos é resultado do estatuto dado.

Lembrando que somente 43 dos 305 nomes analisados expressam formalmente A_1 , é relevante observar que, dos 262 nomes cujo referido argumento não é expreso, somente 105 poderiam, de fato, manifestá-lo.²⁹ Desse total, 93.0% (98/105) são entidades textualmente evocadas. Sendo assim, não há necessidade de expressão, visto que, de alguma forma, podem ser retomadas, como mostra a tabela 4.

Tabela 4: Mecanismos de preenchimento da valência não diretamente expressa de A_1

Modo de preenchimento	Natureza do termo primitivo					
	Adjetivo		Verbo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Palavra anafórica	■	●	01	2.0	01	1.0
No contexto precedente com zero anafórico	32	100.0	65	98.0	97	99.0
Total	32	32.0	66	68.0	98	100.0

²⁹ Posteriormente, será mostrado que o não preenchimento da estrutura argumental também pode estar relacionado à impossibilidade de expressão formal dos argumentos ou ao caráter genérico da nominalização.

Os exemplos abaixo ilustram a ocorrência de nominalizações cujos argumentos textualmente evocados não são formalmente expressos:

(25) ... eles conseguem chegar a uma **fidelidade** linear... da natureza... (EF-SP-405:57)

(26) L2: bem grande... agora existe o:: concurso já faz ahn já:: já caducou não tem mais **validade**...
(D2-SP-360-151)

Tanto em (25) quanto em (26) o argumento sujeito potencial do nome *fidelidade* e *validade*, respectivamente, pode ser retomado textualmente.

Há nomes que, embora tenham a possibilidade de expressão do primeiro argumento, não o expressam formalmente e nem tampouco se encaixam no perfil de argumento evocado. O argumento desse tipo de nome pode ser retomado por mecanismos de preenchimento de valência. Esse tipo de ocorrência foi observado em 7.0% (07/105) dos nomes em que há possibilidade de expressão de A₁. Em (27) e (28), ilustram-se, respectivamente, a ocorrência de oração relativa e recuperação de A₁ no contexto seguinte com verbo suporte, funcionando como mecanismos de preenchimento de valência:

(27) L1: ... sabe? eu s/ e que a gente lê:: e::: sabe das **dificuldades** que o artista encontra
(D2-SP-360:171)

(28) L2: ... e aí() e e apesar de todas essas **restrições** feitas... pelos homens... (D2-SP-360:158)

Essas observações também valem para A₂ e A₃. No caso de A₂, 32.0% (67/208) dos nomes apresentam o segundo argumento formalmente exposto; dos 141 nomes restantes cujos argumentos não foram expressos, somente 19.0% (40/208) podem, de fato, manifestá-lo. Com base nesse total, é possível verificar que 85.0% (34/40) são argumentos evocados,

que podem ser retomados, o que justifica a não expressão formal, como mostra o exemplo (29):

(29) *eles precisam pegar pele para esquentar...e ter comida... para comer e se defender dos outros animais... então as **preocupações** são MUITO... (EF-SP-405:59)*

Nota-se que *preocupações*, em (29), prescinde de expressão argumental, porque, em virtude da obediência da Máxima da Quantidade de Grice (1975), os argumentos acham-se facilmente recuperáveis no cotexto.

Nos casos em que o segundo argumento não é formalmente expresso, nem é tampouco recuperável no contexto, a valência pode ser preenchida por meio de uma oração relativa – ou seja, em 100% dos casos em que há possibilidade de expressão formal, mas os argumentos não são expressos, eles podem ser cotextualmente retomados.

Para A₃, embora não apareçam formalmente expressos, nos dois casos de possibilidade de expressão, trata-se de argumentos evocados, passíveis de recuperação no cotexto, como ilustra o exemplo (30):

(30) L2: *perguntando diz que quem quebrou foi a mãe ((risos)) é sempre uma **transferência** de*
 L1: *e*
 L2: *responsabilidades (D2-SP-360:143)*

Em (30), as informantes falam sobre crianças e suas travessuras; L2 afirma que, quando as crianças quebram algum objeto, assumem a culpa ou acusam os pais. Para a ação de quebrar um objeto, L2 afirma que a criança transfere a responsabilidade para a mãe. Sendo assim, A₃ pode ser textualmente recuperado.

Observem-se, agora, os gráficos 6 e 7, que apresentam, respectivamente, o estatuto informacional de A_1 e A_2 ³⁰:

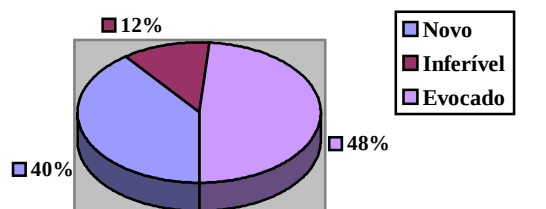


Gráfico 6: Estatuto informacional de A_1 expresso

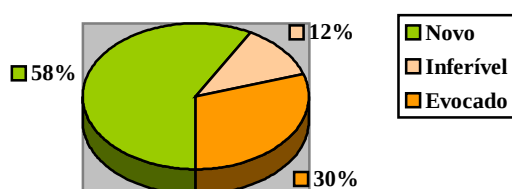


Gráfico 7: Estatuto informacional de A_2 expresso

Em 40.0% (17/43) dos casos de expressão de A_1 , trata-se de uma informação nova e, por isso, passível de expressão formal. Embora a maioria de A_1 seja de entidades evocadas, a incidência de entidades novas é também significativa. Quanto a A_2 , as entidades novas correspondem a 58.0% (39/67) dos casos. Os exemplos (31) e (32) ilustram casos de nominalizações cujo argumento A_1 e A_2 são, respectivamente, uma entidade nova não-usada:

(31) L2: e isso::éh significa um **aumento** de vencimentos...e e:: além de que...da/ dentro do aumento de vencimentos haveria...uma promoção de todo o pessoal que está agora... (D2-SP-360:149)

(32) L1: eu trabalhava no serviço social do Estado...

L2: uhn

L1: fazendo parte da::campanha de::**repressão** à mendicância...do governo Carvalho Pinto

L2: ahn ahn (D2-SP-360:147)

³⁰ Como não se constatou a expressão formal de A_3 , não é possível apresentar o seu estatuto informacional.

Em (31), a expressão formal do argumento, representado por *vencimento*, está diretamente vinculada ao fato de se tratar de uma informação nova, ou seja de uma entidade nova não-usada, nos termos de Prince (1981). Em (32), *mendicância* consiste numa entidade nova, ou seja, que não ocorreu ainda no discurso e, por isso, recebe expressão formal de item lexical pleno.

Os gráficos ainda permitem outras generalizações. Considerando os A_1 , observa-se que as entidades por eles referenciadas são, em sua maioria, evocadas, com 49.0% (21/43) das ocorrências; as entidades inferíveis correspondem a 12.0% (5/43) dos casos. Os exemplos contidos em (33) e (34) ilustram casos de nominalizações cujo argumento A_1 é, respectivamente, uma entidade inferível e uma evocada:

(33) *Doc.: dona I. além do filme em si a senhora acha que há alguma apresentação anterior que prende a **atenção do público** e até que ponto ela possa ser interessante ou não?*

(34) *Inf.: então é um grupo que estão fazendo uma promoção do Lanjal então eu vou com eles é inCRível o que aparece lá os cortes que eles dão nas cenas e::música que pára artista que começa fora de de de de de::de horário que eles batem tudo então e o que aparece para nós na televisão é tudo muito::organizado não::e o teatro não né? o teatro tem que...eu acho que o **trabalho deles** é::é medonho...quer dizer o trabalho::em conjunto né?... (DID-SP-234:108)*

No exemplo (33), os interlocutores discutem peças teatrais e, dentro desse contexto, o documentador quer saber a opinião da informante sobre o tipo de público dessas peças. Embora A_1 precise ser especificado, é possível inferi-lo a partir das referências dadas anteriormente no discurso. O argumento externo da nominalização *trabalho*, dado em (34), é expresso pelo pronome possessivo *deles*, o que indica que, em algum lugar do discurso precedente, esse argumento já terá sido expresso, sendo, posteriormente, retomado sob a forma pronominal. Cabe ressaltar que, nesse caso, a expressão do argumento se explica no

fato de se tratar de uma referência de longo prazo que precisa ser retomada (o pronome *deles* é o equivalente às pessoas que trabalham no teatro).

A alta incidência de nomes evocados ocupando a posição de A_1 é uma forte evidência de que, normalmente, o argumento externo é a informação dada.

Passando, agora, ao tratamento de A_2 , é possível verificar que, além da incidência majoritária de entidades novas não-usadas, 30.0% (20/67) são evocadas e 12.0% (08/77) são inferíveis. (35) e (36) ilustram casos de nominalizações cujo A_2 é, respectivamente, uma entidade inferível e uma evocada:

(35) L1: *ah:: então não tem como*

[

L2: *então não pode ser feito um concurso...*

L1: *para apenas...*

[

L2: *porque significa*

L1: *preencherem*

[

L2: *um con/ concurso bem grande...para o **preenchimento** de vinte vagas...(quer dizer) então enquanto não for...não houver es/ esse projeto resolvido para o pessoal ter essa promoção para poder...ser aberto mais rápido não terá concurso enquanto não houver concurso continuam trabalhando (D2-SP-360:150)*

(36) L2: *houve uma série de irre/ éh:: de irregularidades... nas lis/ na apresentação da lista de classificação irregularidade foi engano...no no no fazer...na **confecção** da lista...de de aprovados hou/ houv/ começaram a haver alguns enganos...então o pessoal que mand/ entrava com mandado... (D2-SP-360:151)*

Em *preenchimento de vaga*, contido em (35), é possível inferir A_2 , já que os interlocutores estão falando sobre *concurso*. Já em (36), embora o argumento também seja formalmente expresso (*lista*), ele já havia ocorrido no discurso e, por isso, é entidade textualmente evocada.

Sabe-se que, normalmente, o argumento interno é a informação nova, focal. Justifica-se, assim, a predominância de A_2 ocorrendo como entidade nova não-usada, contrapondo-se à expressão majoritária de A_1 como entidade evocada. Representando uma entidade nova, o argumento precisa ser formalmente expresso. Considere-se o exemplo (37):

(37) *quanto à coleta se eles dependiam... da **colheita**... de frutos... raízes... que eles NÃO plantavam...*
(EF-SP-405:51)

O texto é uma aula sobre a arte do homem pré-histórico e, por conseguinte, são os homens pré-históricos, coletores, que dependem da colheita de frutos e raízes. A nominalização não necessita incluir o argumento externo, mas a natureza da colheita é informação nova e, como tal, deve receber a expressão de um SN.

Observar o estatuto informacional dos argumentos das nominalizações parece ser relevante para a compreensão da expressão ou não-expressão desses argumentos, e conseqüentemente, para a explicação do baixo preenchimento da estrutura argumental dos nomes derivados. Se forem novos, os argumentos precisam ser expressos; caso contrário, é informacionalmente redundante expressá-los.

Outro ponto que merece destaque é que a correspondência sintático-semântico entre predicados verbais e predicados nominais deverbais, em termos de preservação ou não da estrutura argumental, parece refletir-se também no estatuto informacional das entidades representadas pelos argumentos. Com efeito, os dados fornecem evidência de que a convergência no A_1 da função sintática de sujeito e na função pragmática de tópico, comum nas sentenças simples do português, parece refletir-se também na estrutura argumental de predicções encaixadas como nominalizações, já que tanto num tipo de predicação, quanto no outro, por ser dado, o sujeito pode receber freqüentemente a expressão de anáfora zero, enquanto A_2 , dado seu caráter pragmático de entidade nova, deve receber freqüentemente a

expressão de item lexical pleno.

Com base no estatuto informacional das próprias nominalizações, algumas características referentes ao preenchimento da estrutura argumental podem ser observadas. Os dados mostram que as nominalizações representando entidades novas tendem a preservar um dos argumentos: 74.0% (32/43) de A_1 aparecem expressos em nominalizações novas, 23.0% (10/43) em nominalizações evocadas e 3.0% (01/43), em inferíveis. Essa predominância de nominalizações novas expressando o argumento também é observada para A_2 , embora haja um certo equilíbrio entre nominalizações novas e evocadas: 48.0% (32/67) de A_2 aparecem expressos em nomes novos, 46.0% (31/67), em evocados e 6.0% (04/67), em inferíveis. Assim, o estatuto informacional da nominalização parece estar ligado à expressão argumental. Como informação nova, a nominalização está mais propensa a expressar um dos argumentos, quando a informação é evocada e inferível, a incidência de expressão argumental é menor.

Ressalta-se ainda que, quando a nominalização representa uma entidade nova, os argumentos expressos são também, em sua maioria, novos. Nos casos de A_1 expressos em nominalizações novas, 50.0% (16/32) são novos, enquanto argumentos evocados e inferíveis aparecem, respectivamente, em 41.0% (13/32) e 9.0% (3/32) das nominalizações novas. Essa mesma relação pode ser observada para A_2 : nas nominalizações novas cujo A_2 é exposto, 72.0% (23/32) são novos, 22.0% (07/32) são evocados e 6.0% (02/32), inferíveis. Esses números evidenciam que, quando entidade nova, a nominalização tende a preservar os argumentos, os quais, da mesma forma, manifestam-se como novos, fato que justifica a sua expressão.

Como os dados demonstram, a organização textual das nominalizações fornece informações suficientes sobre os argumentos da predicação encaixada; como entidades dadas, esses argumentos tendem a não receber expressão formal. Contudo, essa não é a única explicação possível para o baixo preenchimento formal da estrutura argumental de uma

construção encaixada nominalizada. Há casos em que o aparecimento de argumentos é semanticamente bloqueado.

No caso das predicções nominalizadas que não expressam argumentos, é difícil afirmar, com os dados obtidos, que nomes genéricos, que nem sempre poderiam ter argumentos expressos, mantêm a mesma estrutura argumental do predicado *input*. Os derivados genéricos prescindem, como muitos verbos passivos, por exemplo, de expressão argumental. Além disso, há casos em que o preenchimento argumental resulta uma construção gramaticalmente estranha.

Conforme demonstrado nas tabelas e gráficos que ilustram o preenchimento argumental, dos 305 nomes analisados, 14.0% (43/305) expressam A_1 , 34.0% (105/305) têm possibilidade de expressão de A_1 – que, de algum modo, pode ser retomado. Desse total, restam 157 nomes que não permitem expressão de A_1 . Do mesmo modo, dos 208 nomes bi e trivalenciais, 32.0% (67/208) expressam A_2 , 19.0% (40/208), embora não o expressem formalmente, podem ter esse argumento retomado. Resta um total de 101 nomes que não expressam nem são passíveis de recuperar o segundo argumento. Trata-se, na verdade, de casos em que justamente os argumentos não podem ser formalmente expressos, ou porque o nome assume um estatuto genérico, ou porque trata de casos de recuperação textual de argumentos não expressos cuja manifestação no interior do SN resultaria numa construção redundante e, portanto, agramatical.

No exemplo (38), qualquer informação é absolutamente dispensável, o que torna genérica a referência da nominalização. Conseqüentemente, dada a noção de compactividade (MACKENZIE, 1996), o nome expressa a noção verbal/adjetival em si, aproximando-se da estrutura prototípica de um nome de primeira ordem:

(38) *eu não tinha nada aqui e passo a ter a imagem da minha mão... e esta idéia de criação e que ainda () é representação... não foi ainda... estabelecido... (EF-SP-405:52).*

Diferente dos casos em que os argumentos podem ser recuperados no cotexto, a ausência de argumentos nessas construções contribui para a constituição do sentido genérico do nome.

Já em (39a-b), ocorre a impossibilidade de expressão de A_1 :

(39)a. *o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma **duração** de aproximadamente seiscentos mil anos (EF-SP-405:48).*

b. *há uma fidelidade... linear a natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno **movimento**... (EF-SP-405:57)*

Embora não expressos, os argumentos de (39a-b) podem ser textualmente recuperados. A expressão de argumentos nesses dois casos resulta, respectivamente, construções como (40a-b):

(40)*a. *o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma **duração do paleolítico de aproximadamente seiscentos mil anos**.*

*b. *há uma fidelidade... linear a natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno **movimento dos animais**...*

Antes de proceder à análise da forma de expressão e argumentos preferencialmente expressos, uma vez que o *corpus* é referente a três tipos de manifestação de registro culto (DID, D2, EF), cabe verificar se o tipo de inquérito é relevante para a estrutura argumental dos nomes derivados. Observem-se os gráficos 8 e 9:

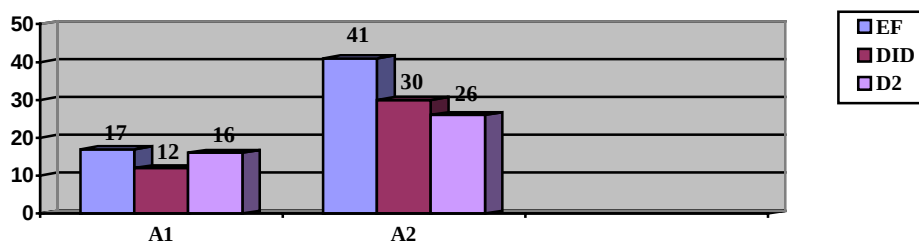


Gráfico 8: Expressão argumental quanto ao tipo de inquérito

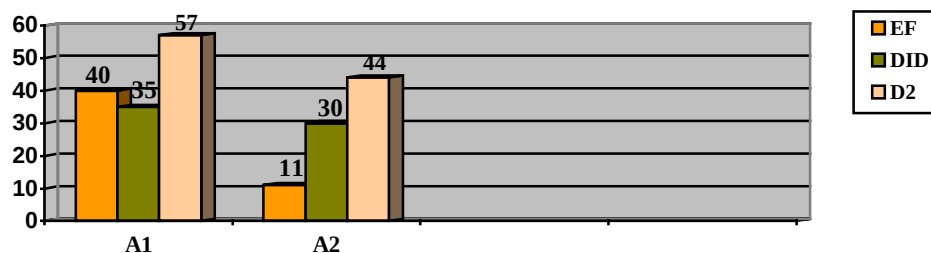


Gráfico 9: Recuperação de argumento não expresso quanto ao tipo de inquérito

O cruzamento entre tipo de inquérito e expressão argumental produziu os seguintes resultados³¹:

(i) inquérito EF: 17.0% (15/88) dos nomes expressam A_1 e 40.0% (29/73) deles podem ser retomados; quanto a A_2 , em 41% (24/59) dos nomes, A_2 aparece formalmente expresso e, em 11% (4/35), ele é retomado;

(ii) inquérito DID: 12.0% (19/162) dos nomes expressam A_1 e 35.0% (50/143) o retomam; 30% (32/106) dos nomes expressam A_2 e, em 30% (22/74), ele é retomado;

(iii) inquérito D2: 16.0% (09/55) dos nomes expressam A_1 e, em 57.0% (26/46), ele é

³¹ Observe-se que, tanto para A_1 quanto para A_2 , os totais de argumentos expressos e recuperados são diferentes; isso porque, para se chegar ao total de argumentos recuperados, subtraem-se do total de nomes encontrados no inquérito os argumentos expressos. Note-se, a título de exemplificação, a expressão e recuperação de A_1 no inquérito EF: do total de 88 nomes encontrados, 15 apresentaram A_1 formalmente expresso, o que corresponde a 17%; para se chegar ao percentual de argumentos recuperados, subtrai-se de 88 o número de argumentos expressos (no caso, 15), perfazendo um total de 73 nomes que não expressam formalmente A_1 ; dessa forma, o percentual apresentado para A_1 recuperado é obtido a partir desse total de 73 nomes.

retomado; 26% (11/43) expressam A_2 e 44% (14/32) o retomam.³²

Os exemplos de (41a-b) a (43a-b) ilustram a ocorrência de expressão argumental e recuperação de valência nos inquéritos EF, DID e D2, respectivamente:

(41) a. ...então a arte vai nascer:: em função dessa **NEcessidade**... de se manter vivo... (EF-SP-405:50)

b. ... ele não vai estilizar... por que?... por causa (dessa) **necessidade** de criar algo tão parecido com com a realidade quanto possível... (EF-SP-405:55)

(42)a. Inf.: ... eu não acho que:: eh eh haja muita **divulgação do teatro** eu tenho impressão que o teatro **PERde** público por falta de divulgação... (DID-SP-234:116)

b. Inf.: ... aceito o teatro... precisaria ter mais **divulgação**... e::... (DID-SP-234:116)

(43)a. L2: e ai variando de acordo com:: com a **necessidade do mercado** às vezes... aumenta um pouco mais a procura de engenheiro civil... depois cai... ai:: e químico... (D2-SP-360:159)

b. L1: eu estou... vocês teriam muito mais teriam **necessidade** de mais tempo?... e?... (D2-SP-360:176)

Com esses resultados, nota-se que é no inquérito EF que se encontra o maior índice freqüencial de expressão formal de argumentos, principalmente de A_2 (fato justificável, visto que esse é o argumento preferencialmente expresso). D2, por sua vez, é o inquérito que, pelo menos para A_2 , menos apresenta argumentos expressos, e o que mais permite a recuperação de argumentos não expressos formalmente na predicação nominalizada, tanto para A_1 quanto para A_2 . Desses resultados não se pode concluir por uma correlação simples e direta entre o grau de formalidade e preenchimento argumental. O que se pode inferir é que o inquérito EF,

³² Os totais de ocorrência de A_2 nos inquéritos dizem respeito a nomes bi e trivalenciais.

por se tratar de uma aula, preserva um grau menor de intersubjetividade que os outros dois; desse modo, é possível deduzir que a influência da situação discursiva, em termos contextuais e mesmo cotextuais, é proporcionalmente menor no EF, do que resultaria, então, maior incidência de preenchimento da estrutura argumental, na medida em que deve portar um maior grau de informatividade, evitando-se informações pressupostas ou inferíveis.

Segundo Marcuschi (2001), as diferenças e semelhanças entre fala e escrita distribuem-se num *continuum* tipológico, no qual há textos escritos que se aproximam da língua falada e textos falados bem próximos da escrita formal. Nessa perspectiva, pensando na expressão argumental das nominalizações, o inquérito EF parece ser um representante intermediário nesse *continuum* já que, embora seja um texto falado, aproxima-se de um texto escrito, que, na maioria das vezes, ao fazer uso de uma nominalização, preserva, ao menos, um argumento. Observe-se o texto a seguir:

Os **acertos** da prefeitura [de São Paulo] não são suficientes para encobrir situações desalentadoras, como as **carências** que persistem na área de saúde, as recorrentes **irregularidades** nos serviços de **varridão** e **coleta de lixo**, para os quais criou-se uma taxa específica, a **perpetuação de uma cultura política antiética** na Câmara Municipal, o “**aparelhamento**” da máquina pública, a **contratação** injustificada de funcionários sem concurso público e o **abandono de uma linha de gestão financeira** que inicialmente se afigurava responsável e austera. São muitos, portanto, os obstáculos a superar – e entre eles o **equacionamento da elevada dívida municipal** precisará ser tratado como prioridade.

Vença o candidato José Serra ou mereça a prefeita Marta Suplicy a **confiança do eleitor** para cumprir um novo **mandato**, esta Folha continuará empenhada em exercer seu papel fiscalizador e crítico e em cobrar que o **compromisso com São Paulo** e com as aspirações de sua população esteja em primeiro lugar (Folha de São Paulo, Editorial, 31 de outubro de 2004, p.A2, grifos nossos)

Nesse fragmento de texto escrito, há 14 ocorrências de nominalização, que estão destacadas em negrito. Na grande maioria dos casos apresentados, há a expressão de um argumento, preferencialmente o segundo (fato justificável, já que o fragmento em questão é parte de um texto cuja temática é a avaliação da gestão de Marta Suplicy na Prefeitura de São

Paulo; o primeiro argumento é, assim, a prefeitura ou a própria Marta). Os argumentos são expressos porque o destinatário da mensagem não dispõe, no co(n)texto, de informações para se chegar ao referente pretendido; o que resulta no preenchimento formal da estrutura argumental (mesmo que parcial).

É claro que se trata de uma comparação um tanto superficial, mas, tal como o texto acima apresentado, que se localiza no extremo prototípico de texto escrito, o inquérito EF, em relação aos outros inquéritos, também tende a preservar mais argumentos, talvez por ser um texto falado mais próximo da escrita formal do que os textos dos outros dois inquéritos; quanto mais formal, maior a probabilidade de expressão, já que não se dispõe de informações co(n)textuais, que se tornam mais acessíveis numa estrutura de troca mais dinâmica, como é comum nos inquéritos DID e D2.

5.4. A expressão argumental: formas de expressão e argumentos expressos

A seção 5.3. apresentou a relação entre a valência potencial do nome derivado e a valência realizada, com vista à análise do preenchimento argumental. Analisa-se, agora, a expressão formal dos argumentos preservados nos nomes derivados aqui investigados. A frequência de A_1 aparece na tabela 5:

Tabela 5: Distribuição da nominalização quanto à forma de expressão de A_1

Forma de expressão	Natureza do termo primitivo					
	Adjetivo		Verbo		Total	
	N	%	N	%	N	%
SP com <i>de</i>	09	75.0	19	61.0	28	65.0
Pronome possessivo	02	17.0	04	13.0	06	14.0
Adjetivos	01	8.0	08	26.0	09	21.0
Total	12	28.0	31	72.0	43	100.0

Com base nas frequências apresentadas na tabela, é possível verificar que a forma de manifestação predominante do argumento é a de possuidor – 65.0% (28/43), na forma de um sintagma preposicionado cuja preposição introdutora é *de*. Embora sejam poucos, os casos de nominalizações que licenciam a expressão da estrutura argumental mostram que é essa a distribuição preferencial, tanto para os nomes deverbais, com 61.0% (19/31) das ocorrências, quanto para os deadjetivais, com 75.0% (09/12) de A₁ expresso em um sintagma-de. Por outro lado, pronomes possessivos só representam argumentos externos potenciais. Observem-se, em (44a-c) abaixo, casos de sujeito expressando-se formalmente como sintagma-de, pronome possessivo e adjetivo, respectivamente.

(44)a. *eles também precisavam acompanhar... o a **migração** da caça se não eles iam ficar sem comer*
(EF-SP-405:49)

b. (232) L1: *faz as::... **travessuras** dele... bast/ele tem um vocabulário muito bom... sabe?... (D2-SP-360:173)*

c. *no final das contas toda a **evolução** humana... não deixa de ser exatamente a evolução do domínio que o homem tem sobre a natureza...* (EF-SP-405:52)

A manifestação predominante na forma de um sintagma preposicionado também é observada para A₂, como ilustra a tabela 6:

Tabela 6: Distribuição da nominalização quanto à forma de expressão de A₂

Forma de expressão	Natureza do termo primitivo					
	Adjetivo		Verbo		Total	
	N	%	N	%	N	%
SP com <i>de</i>	15	71.0	31	67.0	46	69.0
SP com outra preposição/adjetivo	06	29.0	15	33.0	21	31.0
Total	21	32.0	46	68.0	67	100.0

A expressão de A₂ deve receber a configuração formal de um sintagma-de, ou de

sintagma de possuidor, conforme indica o índice de 69.0% (46/67) nos dados analisados na tabela 6. Essa predominância se mantém mesmo que os nomes deverbais e deadjetivais sejam analisados separadamente. Os exemplos contidos em (45a-b) abaixo são casos ilustrativos dessa predominância.

(45)a. *quando à coleta se eles dependiam... da **colheita** de frutos... raízes... que eles NÃO plantavam...*
(EF-SP-405:50)

b. *deveria ser uma **necessidade** estética de ver coisas bonitas... mas Unicamente... em função da **necessidade** de eu assegurar... a caça... e continuar podendo comer e me manter vivo...* (EF-SP-405:52)

Os dados comprovam que a expressão de sintagma-de é a forma predominante de manifestação tanto de A₁ quanto de A₂. Mas há uma diferença nessa predominância se considerada a valência do nome.

O alto índice de sintagma de possuidor também para a referência a A₁ justifica-se nos casos de predicados monovalenciais. Como mostra a tabela 6, a expressão de A₁ em sintagma-de, em relação às outras formas de expressão, corresponde a 65.0% (28/43) das ocorrências; entretanto, desse total, 79.0% (22/28) são nomes monovalenciais. Nos casos em que o nome é bivalencial, A₁ pode ser expresso em um sintagma-de, como aponta o índice de 55.0% (06/11) das ocorrências, ou por meio de outra preposição ou adjetivo, com 45.0% (05/11). Isso permite afirmar que a forma de sintagma-de é predominante para a expressão de A₁.

O segundo argumento, por sua vez, recebe a forma de sintagma-de em 68.0% (42/62) dos casos de expressão argumental em nomes bivalenciais, e em 80.0% (04/05) em nomes trivalenciais; as outras formas de expressão são minoritárias, tanto para os bivalenciais, com 32.0% (20/62), quanto para os trivalenciais, com 20.0% (01/05) das ocorrências.

No geral, havendo dois argumentos para serem expressos, predomina a expressão de

A₂ na forma de sintagma-de, não a do argumento sujeito. Recorrendo ao gráfico 10, é possível verificar que a ocorrência de A₂, em comparação à expressão de A₁, é majoritária; além disso, quando expresso, o segundo argumento tende a receber a expressão de um sintagma-de (cf. tabela 6, p.125).

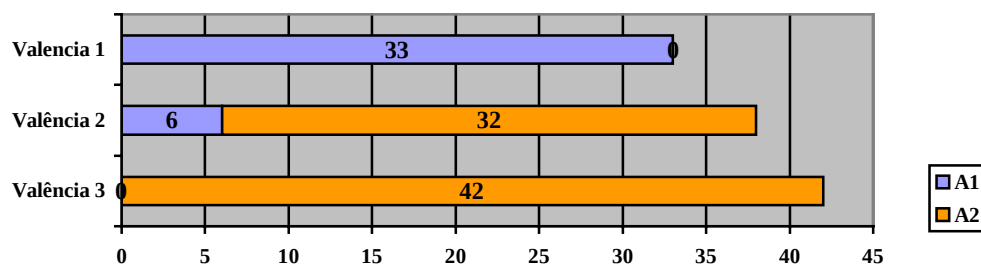


Gráfico 10: Expressão formal de A₁ e A₂

Os dados registram construções que expressam os dois argumentos, como mostram (46a-b):

(46)a. *toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar necessariamente ligada... a esta **preocupação** vital do homem pré-histórico de ...se conservar vivo... (EF-SP-405:50)*

b. *Doc.: ((ruído de garganta)) sem ser a participação do a/ sem ter a **participação** do artista principal na peça... (DID-SP-234:114)*

Nota-se que, embora a expressão de dois argumentos seja pouco provável pela complicação sintática que envolve, é possível o preenchimento total das casas valenciais de um nome derivado (nos exemplos, nomes bivalenciais). Observa-se em (46a) uma construção em que os dois argumentos aparecem expressos sob a forma de sintagma preposicionado introduzido pela preposição *de*. A expressão do segundo argumento não é, como se vê, nominal, o que parece licenciar o uso da mesma preposição. Caso o segundo argumento se manifestasse formalmente como um SN, como *morte* por exemplo, a expressão só seria

possível com a preservação da preposição do predicado verbal *input*, de que resultaria um SN como *preocupação do homem pré-histórico com a morte*. Os exemplos (47a-b) abaixo são casos de expressão só do argumento objeto com a preservação da preposição do verbo primitivo.

(47)a. *nessa época ainda não existe **preocupação** com composição...* (EF-SP-405:57)

b. *três ou quatro citações que faziam **referência** exatamente a isso* (EF-SP-405:50)

Em (46b), por sua vez, para a expressão dos dois argumentos, foi necessário que o segundo argumento fosse expresso pela preposição *em*. Caso mantivesse a preposição do predicado *input*, resultaria o SN *a participação do artista da peça*, uma construção marginal no PB.

Embora o preenchimento argumental completo constitua casos isolados no *corpus* analisado, a expressão de dois argumentos somente é possível porque não se mantém a preposição do predicado *input* para o segundo argumento. Dos cinco casos de expressão de dois argumentos, somente em um A_1 e A_2 foram expressos em um sintagma-de, conforme exemplo (46a); nas quatro ocorrências restantes, a preposição do predicado *input* para a expressão do segundo argumento não foi preservada.

Sendo assim, nesses casos, parece não haver competição de argumentos para a expressão em sintagma-de, visto que, quando observada a expressão de dois argumentos, um deles, A_2 , na maioria dos casos, foi expresso em outro sintagma preposicionado. Manter a estrutura do predicado *input* para a expressão de argumento com diferentes preposições é uma estratégia formal de que dispõe o português para que seja possível expressar dois argumentos.

Foram poucos os casos de preenchimento total das casas valenciais da nominalização, mas não é a competição entre os dois argumentos pela posição de possuidor que inibe a

expressão de um deles. O que determina a expressão de um ou de outro argumento é a relevância informativa, que é de ordem pragmática. Se o estatuto informacional da expressão dos dois argumentos for relevante, a expressão do segundo argumento pode ser feita mediante a preservação ou não da valência do predicado *input*, ou, em alguns casos, como em (46a), por exemplo, com a expressão do primeiro e do segundo argumento num sintagma-de.

Cabe discutir ainda as funções semânticas dos argumentos da nominalização a fim de verificar a hipótese de Dik (1985), segundo a qual, havendo um argumento na função semântica de Meta, este deve receber a configuração formal de um sintagma-de, ou de sintagma de possuidor. Primeiramente, os gráficos 11 e 12 apresentam, respectivamente, as funções semânticas desempenhadas por A_1 e A_2 .

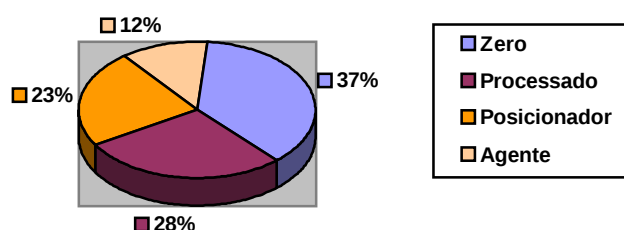


Gráfico 11: Função semântica de A_1 expresso

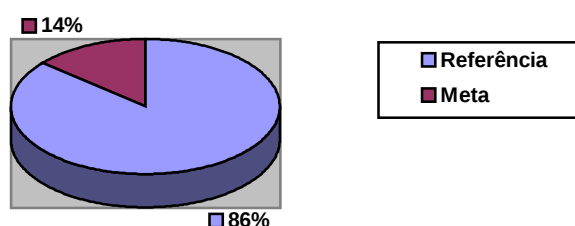


Gráfico 12: Função semântica de A_2 expresso

Para A_1 , as funções semânticas Zero, Processado e Posicionador são frequencialmente relevantes, com 37.0% (16/43), 28.0% (12/43) e 23.0% (10/43) das ocorrências, respectivamente. Nota-se que os argumentos cuja função semântica é Agente são minoritários,

com 12.0% (05/43) de frequência nos casos analisados. Para A₂, por sua vez, a função semântica Referência é predominante, com 86.0% (58/67) das ocorrências, em oposição à Meta, com 14.0% (09/67). Em (48a-d), são ilustrados casos de A₁ cuja função semântica é, respectivamente, Zero, Processado, Posicionador e Agente; e , em (49a-b), de A₂ Meta e Referência.

(48)a. L2: *mas por que os dias que não tem aula ele acorda cedo?... e sempre foi assim*

L1: *e mesmo né? e **malandragem dele** (D2-SP-360:145)*

b. *...seria exatamente... pegando a (fase) da **evolução do homem**... (EF-SP-405:48)*

c. L2: *....aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo...que eu gostaria (que) preenchesse então eu tirei...aí eu procurei bastante escolhi/ foi escolhida a que eles estão...como sendo na **opinião de muita gente** uma das melhores et cetera et cetera... (D2-SP-360:146)*

d. *...imigravam para lugares mais quentes eles também precisavam acompanhar... o a **migração da caça** se não eles iam ficar sem comer... (EF-SP-405:49)*

(49)a. *...quanto a coleta se eles dependiam... da **colheita... de frutos**... raízes... que eles NÃO plantavam... (EF-SP-405:50)*

b. L2: *... aumenta um pouco mais a **procura de engenheiro civil**... depois cai... (D2-SP-360:159)*

Cabe ressaltar que a função Meta, minoritária, não é a única a permitir a expressão do argumento em sintagma-de ou de possuidor. Dos argumentos expressos cuja função semântica é Referência, 66.0% (38/58) são expressos em sintagma-de e 34.0% (20/58), com outra preposição. Já para os argumentos Meta, 89.0% (08/09) são expressos em sintagma-de e 11.0% (01/09), com outra preposição. Certamente, havendo um argumento Meta, ele será expresso preferencialmente num sintagma-de; entretanto, outra função semântica, embora de forma menos incisiva, permite a expressão de A₂ em sintagma-de.

Os gráficos 11 e 12 representam as funções semânticas atribuídas a argumentos expressos, visto que interessa verificar a relação entre essas funções e a forma de expressão de argumentos. Entretanto, considerando a análise feita na seção 2 sobre a função semântica das nominalizações que constituem o *corpus*, a função semântica predominante do argumento sujeito potencial é Zero, isto é, apenas o suporte da predicação. Essa predominância majoritária é justificável, já que os nomes derivados são majoritariamente de Estado. Observando separadamente os nomes deverbais, constatou-se a ocorrência significativa da função semântica Agente (21%(64/305)). O segundo argumento potencial dos nomes derivados ocorre majoritariamente como Referência, que, segundo Dik (1989), é o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência ao qual a relação se mantém. Nos nomes deverbais, registra-se a ocorrência do segundo argumento com função semântica Meta, com 36% (23/159) das ocorrências. O terceiro argumento aparece com funções semânticas de Recipiente, em 17% (02/12) das ocorrências, e Referência, em 83% (10/12).

5.5. A estrutura argumental de nomes deverbais e deadjetivais

Com o intuito de verificar se existe alguma diferença relevante entre os nomes deverbais e os deadjetivais, o gráfico 13 apresenta uma quantificação comparativa entre os dois tipos de nominalizações em relação à estrutura argumental:

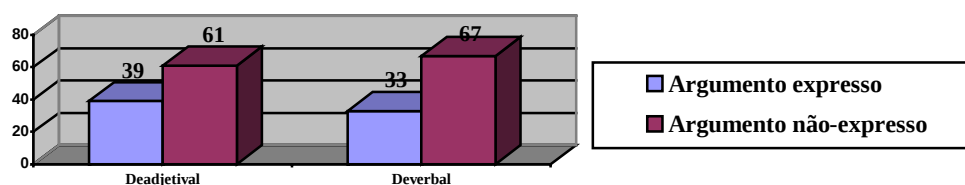


Gráfico 13: Preenchimento argumental dos nomes deverbal e deadjetival

Parece não haver uma diferença significativa em relação ao preenchimento argumental dos nomes deverbais e deadjetivais: 39.0% (33/85) dos nomes deadjetivais e 33.0% (72/220) dos deverbais expressam algum argumento. Tanto para um quanto para o outro, é raro o preenchimento formal da estrutura argumental, já que menos da metade dos nomes deverbais e deadjetivais analisados expressam formalmente os argumentos.

Para a expressão de A_1 , em nomes monovalenciais, a mesma semelhança é observada, ou seja, poucos nomes, sejam deverbais ou deadjetivais, o expressam: 31.0% (11/36) dos nomes deadjetivais e 34.0% (21/61) dos deverbais monovalentes expressam o único argumento possível.

Com relação aos nomes bivalentiais, há uma diferença significativa entre os dois tipos de nomes derivados. Os percentuais mostram que os nomes deadjetivais tendem a expressar mais argumentos que os nomes deverbais. Entretanto, esse resultado necessita ser relativizado. Dos nomes bivalentiais deadjetivais, 45.0% (22/49) expressam argumentos, sendo 2.0% (1/49) A_1 e 43.0% (21/49) A_2 ; já para os deverbais, 31.0% (46/147) expressam argumentos, sendo 28.0% (41/147) A_2 e 7.0% (10/46) A_1 . Ainda, 42% (5/12) dos nomes trivalentiais deverbais expressam um argumento, que, em todos os casos de expressão, trata-se de A_2 . Um outro aspecto que deve ser ressaltado é que somente nos nomes deverbais bivalentiais observa-se o preenchimento completo da estrutura argumental; entretanto, como o número é pouco significativo, não parece ser uma característica somente dos nomes deverbais em detrimento dos deadjetivais.

Quanto aos argumentos expressos, no caso dos nomes bivalentiais, quando há expressão de argumento, A_2 é o escolhido para ser expresso, seja nos nomes deverbais, seja nos deadjetivais. Poder-se-ia afirmar que, havendo competição entre os argumentos, tanto nos deverbais quanto nos deadjetivais, o segundo argumento é o escolhido.

Embora os dados apresentados levem a concluir que os bivalentiais deadjetivais

tendem a expressar mais argumentos que os deverbais e, ainda, que, no caso de competição, o segundo argumento é o escolhido para ser expreso, cabe fazer algumas observações. É bivalencial o nome deadjetival como em (50a):

(50) *a... a é óbvio uma evolução certo? mas em alguns dos desenhos das cavernas principalmente em Altamira... há uma **fidelidade**... linear à natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno movimento...*

Em (50a), o primeiro argumento [desenho] do nome *fidelidade* pode ser recuperado no cotexto e o segundo argumento [à natureza] é expreso em um sintagma preposicionado (preposição *a*).

Considerando os casos como (50a), constata-se que os bivalentes deadjetivais do *corpus* constituem um conjunto de nomes que já preservam a valência do segundo argumento; esses nomes se comportam como se fossem, de fato, monoargumentais, já que os nomes com argumentos que já contenham uma marca de função semântica do adjetivo primitivo, como *fidelidade à natureza*, em (50a), em relação a *fiel à natureza*, não necessitam de ajustes formais como A_1 e A_2 dos predicados verbais. Do mesmo modo, isso equivale a uma das regras previstas por Dik (1985), segundo a qual termos (A_1 e A_2 – Meta) não expressos mediante o uso de sintagma-de devem ser expressos de acordo com sua própria função semântica (cf. capítulo II, seção 2.4.1, p. 49).

A diferença observada com relação à expressão argumental de nomes deverbais e deadjetivais se anula, na medida em que os deadjetivais bivalentes devem ser relevantemente comparados aos deverbais monovalentes, de que não resulta diferença significativa entre os dois tipos de nominalização. Considerando-se essa característica dos deadjetivais, observa-se que, dos bivalentes, os 21 A_2 expressos são, na verdade, oblíquos. Isso significa dizer que a valência do predicado *input*, em relação ao segundo argumento, permanece como era, não há

nenhum tipo de transformação. Sendo assim, o único argumento que se pode dizer que foi preservado é A_1 , para o qual, caso haja expressão formal, acrescenta-se a preposição *de*. Observe-se o exemplo (50b).

(50) b... *a é óbvio uma evolução certo? mas em alguns dos desenhos das cavernas principalmente em Altamira... há uma fidelidade... linear do desenho à natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno movimento...*

Para a expressão de A_1 [desenho], acrescenta-se a preposição *de*; para A_2 [natureza], contudo, a preposição do predicado *input* (*a*) permanece. O que se pode concluir é que os deadjetivais bivalentiais ou são genéricos, ou preservam o primeiro argumento do predicado *input*, visto que, para o segundo, a expressão formal é garantida pela manutenção da função semântica e de expressão formal primitivas. Sendo assim, no caso de deadjetivais bivalentiais, não há competição entre os argumentos, como nos deverbais, em que tanto A_1 quanto A_2 são igualmente candidatos para a expressão de possuidor.

Há casos de deverbais bivalentiais que também se comportam como monoargumentais. Dos 41 A_2 expressos, 9 preservam a preposição do verbo de origem, ou seja, não é necessário acrescentar uma nova preposição para a expressão formal do argumento, como mostra o exemplo (51):

(51) *uma ultima coisa que eu gostaria de dizer é o fato de que nessa época ainda não existe preocupação com composição...* (EF-SP-405:57)

Desse modo, em todo o *corpus*, entre deverbais e deadjetivais, somente 32 nomes que expressam A_2 são verdadeiramente bivalentiais (e, em todos os casos, trata-se de deverbais) e, para esses nomes, os dados não manifestam evidências de que, de fato, haja competição entre os argumentos para expressão em um sintagma-de, visto que, na maioria dos casos de

expressão dos dois argumentos em nomes deverbais, a preposição do predicado *input* não foi preservada, licenciando, assim, a expressão dos argumentos, como mostra (52a):

(52)a. Doc.: Dona I. além da **participação** do artista... no filme quais os outros elementos importantes na sua opinião para que o filme seja bem sucedido bem aceito pelo público? (DID-SP-234:113)

Nota-se que a preposição do predicado *input* original (de) não foi preservada, permitindo, assim, a expressão dos dois argumentos. A expressão desses argumentos num sintagma-de resultaria numa construção como:

(52)b. Doc.: Dona I. além da **participação** do artista... do filme quais os outros elementos importantes na sua opinião para que o filme seja bem sucedido bem aceito pelo público?

5.6. Sumário

Com base nos dados analisados, foi possível constatar que dificilmente a estrutura de argumentos é formalmente preenchida. Entretanto, há explicações possíveis para o baixo preenchimento. Com base nos dados analisados, verificou-se que:

(1) as nominalizações, tal como o predicado *input*, são dotadas de uma estrutura de argumentos; o preenchimento argumental ocorre quando os argumentos são formalmente manifestos ou passíveis de recuperação no co(n)texto.

(2) nos casos em que os argumentos não são formalmente expressos, estão disponíveis no cotexto discursivo, podendo ser retomados por mecanismos de preenchimento de valência não diretamente expressa. Nessa perspectiva, o estatuto informacional das nominalizações e de

seus argumentos mostra-se extremamente importante, na medida que a expressão formal de argumentos é determinada pela distribuição de informação nova ou dada. Por outro lado, há nominalizações que mantêm a estrutura argumental do predicado *input* expressando formalmente os argumentos - nesse caso, a expressão argumental é o resultado da impossibilidade de recuperação cotextual dos argumentos. Observem-se os exemplos (53a-b):

(53)a. ... ele percebeu que ele era capaz de CRIAR::... e criar uma imagem::... que TANTa semelhança... com o objeto real... que era a mão dele... (EF-SP-405:52)

b. ... então:: ele vai tentar usar esta **criação**... que ele e capaz de fazer... para garantir a caca... (EF-SP-405:53)

A predicação (x_i : [criar_v (ele)_{Ag} (imagem)_{Me}] (x_i)) dada em (53a) fornece os argumentos que não são expressos na predicação nominal *ele vai tentar usar esta criação*, que é utilizada posteriormente. Os argumentos de (53a) são recuperáveis no contexto, não havendo necessidade, então, de expressá-los. No entanto, se, por meio de uma nominalização, o falante desejar introduzir pela primeira vez um referente no discurso (função textual da nominalização), os argumentos dessa predicação nominalizada deverão vir expressos. Os casos abaixo exemplificam essa observação.

(54)a. o paleolítico e período período...da pedra lascada...como vocês todos sabem... não é?... e...tem uma duração de aproximadamente seiscentos mil ano... seria exatamente... pegando a (fase) da **evolução do homem**... (EF-SP-405:48)

b. ...porque na medida... em que acabava a caca do lugar OU (que) em virtude da da época do ano no inverno por exemplo...imigravam para lugares mais quentes eles também precisavam acompanhar... o a **migração da caça** se não eles iam fica sem comer... (EF-SP-405:49)

As predicações nominalizadas dadas em (54a-b) precisam necessariamente expressar

o(s) argumento(s), já que são introduzidas pela primeira vez no discurso e não retomam nenhuma predicação já dada por uma predicação anterior.

Os dados mostram que o que determina a expressão argumental não é nenhum fator necessariamente formal, mas a função textual e discursiva do nome derivado. Com efeito, caso sirva para introduzir um novo referente no discurso, o argumento respectivo deverá vir expresso; caso a função do nome derivado seja retomar uma predicação, os argumentos da predicação *input* poderão ser expressos ou não, dependendo das condições textuais. Trata-se, afinal, de formas alternativas de expressão formal motivadas por necessidades comunicativas de natureza pragmática.

(3) embora todos os nomes analisados sejam nominalizações, isto é, predicções encaixadas, das quais se espera uma estrutura argumental, há nomes derivados que se aproximam da estrutura de um nome básico. Nesse caso, não se pode esperar a expressão de argumentos, já que o comportamento dessas construções derivadas é próprio de um nome prototípico, que, em sua maioria, é avalente. Os nomes genéricos se encaixam nesse perfil.

(4) por fim, nos casos em que os argumentos podem ser textualmente recuperados, o preenchimento argumental chega a ser formalmente bloqueado, já que, de sua expressão, resultariam construções gramaticalmente estranhas.

Com relação à forma de expressão e argumentos expressos, os dados mostram que:

(1) os argumentos são expressos preferencialmente num sintagma-de (tanto A_1 quanto A_2). Nos casos de expressão de A_1 , a expressão de sintagma-de é preferencial para os nomes monovalenciais; para os bivalenciais, outras formas de expressão, como adjetivo, também são

expressivas para A_1 .

(2) havendo dois argumentos para serem expressos, é o de A_2 na forma de sintagma-de que predomina.

(3) dois argumentos podem ser formalmente expressos; a expressão do segundo argumento pode ser feita mediante a mudança da preposição original do predicado *input*, ou, raramente, com a expressão de A_1 e A_2 sob a forma de sintagma-de.

(4) A_2 com outra função semântica que não a de Meta também licencia a expressão de sintagma-de.

Finalmente, na comparação entre os nomes deverbais e deadjetivais, foi possível verificar que:

(1) não há diferenças significativas em relação ao preenchimento argumental dos nomes derivados de verbos e de adjetivos;

(2) se houver possibilidade de expressão, A_2 , por ser a informação nova, é o escolhido para ser expresso;

(3) os argumentos são expressos majoritariamente em um sintagma-de;

(4) nos casos de deadjetivais bivalenciais, não há competição entre os argumentos, como nos deverbais, em que tanto A_1 quanto A_2 são igualmente candidatos para a expressão de possuidor

CAPÍTULO VI

A ESTRUTURA ARGUMENTAL DAS NOMINALIZAÇÕES: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

6.1. Introdução

O capítulo anterior enfocou a expressão argumental dos nomes derivados na língua falada em relação à natureza de determinações semânticas e pragmáticas que definem a seleção de uma nominalização como termo ou predicação encaixada de uma estrutura complexa de oração. Este capítulo mostra algumas generalizações derivadas da análise e da interpretação dos dados a fim de (i) estabelecer relações com a discussão teórica apresentada nos capítulos precedentes; e (ii) decidir a melhor hipótese explicativa para o comportamento dos nomes derivados no português.

Para tanto, a seção 6.2. apresenta uma síntese dos resultados obtidos quanto ao preenchimento da estrutura argumental dos nomes derivados e os relaciona às hipóteses de preservação argumental e redução de valência, defendidas, respectivamente, por Dik (1985, 1997) e Mackenzie (1985, 1996).

A seção 6.3. está destinada à discussão sobre os argumentos expressos e observa também se se aplicam ao português as características do sistema postuladas por Dik (1985), apresentadas no capítulo II (seção 2.4.1., p.49).

6.2 Por uma estrutura de argumentos

Os resultados mostram que, quanto aos argumentos expressos, a estrutura argumental do verbo e do adjetivo primitivo raramente é preservada nos nomes derivados, ou seja, embora sejam valenciais, as posições de argumentos dificilmente são preenchidas. Menos da metade dos monovalenciais, em que não há nenhuma competição entre argumentos, mantêm o argumento único. Já os nomes bivalenciais, majoritários, preservam pouco mais de um terço de sua estrutura argumental potencial e, quando preserva, dá preferência pela manutenção do segundo argumento em detrimento do primeiro.

Geralmente, nem todos os constituintes de uma predicação verbal ou adjetival aparecem na forma nominalizada; em virtude do grau menor de complexidade categorial, a predicação encaixada resultante propicia um grau maior de versatilidade sintática no interior da predicação complexa. Em muitos casos, a expressão mantém um dos argumentos, normalmente o objeto da predicação *input*, que consiste em informação nova, mas pode prescindir de outros constituintes, inclusive do próprio SN na função argumental de sujeito – normalmente, consiste em informação dada – que pode estar expresso no texto precedente. O mais baixo grau de complexidade categorial ocorre com os chamados *bare nominals*, os quais, desprovidos de constituintes e operadores, são tomados em sua acepção genérica, como qualquer nome de entidade referencial.

Voltando à análise dos dados, se observados os argumentos que podem ser recuperados, além dos argumentos formalmente expressos na estrutura do predicado nominal, nota-se que a estrutura argumental é preservada em 49.0% (148/305) das ocorrências, para A₁, e em 51.0% (107/208), para A₂. No caso de A₃, não há expressão formal de argumentos, mas há mecanismos de recuperação das posições determinadas pela valência do nome no exterior

do SN que contém a nominalização; sendo assim, sua estrutura argumental é preservada em 17.0% (02/12) das ocorrências.³³

Os nomes em que os argumentos restantes não são passíveis de expressão nem de recuperação no contexto não permitem a expressão argumental, por se tratar de nomes genéricos ou nomes em que a expressão de argumentos resulta em construções agramaticais (nestas, há possibilidade de se retomar os argumentos não expressos formalmente).

Os nomes derivados têm um comportamento similar ao de seus primitivos correspondentes; com efeito, se observado o uso efetivo, verbos e adjetivos podem ocorrer:

(i) com todos os argumentos expressos, como em

(1) a. João comprou o livro

b. João é fiel aos seus princípios

(ii) com um dos argumentos expressos – nesses casos, há possibilidade de recuperação, com em (2a-b) –, ou, simplesmente, um dos argumentos é genérico, ao qual não cabe expressão, como em (3a-b):

(2)a. Pedro casou-se com Ana. Somente depois que se casou com ela é que percebeu que a convivência seria difícil.

b. Pedro é fiel à Amanda, mas, quando era solteiro, não era fiel a ela.

(3)a. Comprar carros hoje é mais fácil do que há uma década.

³³ Os números para A₁ dizem respeito a argumentos formalmente expressos, 43, acrescidos dos argumentos recuperados, 105, totalizando 148; já para A₂, os números correspondem a 67 argumentos expressos e 40 recuperados, que perfazem um total de 107.

b. Ser fiel ao cônjuge é algo que não é mais lembrado nos dias atuais.

(iii) sem expressão formal de argumentos por se tratar de verbos ou adjetivos genéricos, com em (4a-b):

(4)a. Correr faz bem à saúde.

b. Ser fiel é difícil porque as tentações são muitas.

Os nomes derivados são suscetíveis aos mesmos tipos de ocorrência que seus similares. No *corpus*, há nomes derivados com:

(i) a expressão formal de todos os argumentos: para os monovalenciais, não há complicações sintáticas na expressão formal de A_1 , já para os bivalenciais, embora a expressão de A_1 e A_2 juntos seja pouco provável, é possível o preenchimento total das casas valenciais de um nome derivado de valência 2.

(ii) a expressão de um único argumento, para bivalenciais e trivalenciais (majoritariamente A_2), e a recuperação de argumentos: os argumentos não expressos formalmente no interior do SN podem ser recuperados recorrendo-se às informações cotextuais, ou por mecanismos de preenchimento de valência como oração relativa, por exemplo.

(iii) estatuto genérico: nesses casos, qualquer informação é dispensável, o que torna genérica a referência da nominalização.

Desconsiderar nomes cujos argumentos não podem vir formalmente expressos dá margem a uma nova interpretação das ocorrências. Vistos por esse prisma, os dados de análise

constituem 148 casos de A_1 , dos quais 43 são expressos e 105 são recuperáveis no contexto; 107 casos de A_2 , dos quais 67 são expressos e 40 recuperáveis no contexto, e 02 casos de A_3 , sendo os dois recuperáveis no contexto. Em todas as nominalizações, independentemente de sua valência, há o preenchimento total da estrutura argumental, seja por expressão formal, seja por mecanismos de preenchimento de valência não diretamente expressa.

Isso permite afirmar que as nominalizações do PB têm, de fato, uma estrutura de argumentos. Os dados confirmam também a hipótese de que a expressão formal ou não dos argumentos das nominalizações é motivada por necessidades comunicativas de natureza pragmática.

Nos casos de expressão formal, é possível afirmar que os argumentos constituem informação ainda não acessível ao ouvinte, por isso, sua manifestação é informacionalmente relevante para a continuidade discursiva. Argumentos evocados, por sua vez, também podem aparecer formalmente expressos; novamente, a explicação é de ordem pragmática: se o falante considera informacionalmente relevante a expressão dos argumentos, mesmo que sejam textualmente recuperáveis, esses argumentos recebem expressão formal. No *corpus*, há casos em que, embora recuperável no contexto, o argumento foi formalmente expresso para estabelecer uma distinção desambiguadora em relação a outra entidade. De qualquer modo, sendo novo ou evocado, parece que a relevância comunicativa é que determina a expressão formal.

Da mesma forma, é a relevância comunicativa que explica o não preenchimento da estrutura argumental: como a organização textual fornece informação sobre os argumentos da nominalização, é redundante expressá-los. Se não é informacionalmente importante expressá-los, os argumentos não recebem expressão formal. A não relevância da expressão da estrutura argumental do nome derivado tem diretamente a ver com um dos princípios de cooperação pragmáticos postulados por Grice (1975), a Máxima da Quantidade, segundo a qual não se

deve dizer mais do que o necessário. Nesse caso, a expressão argumental da nominalização representa um caso claro de adequação pragmática: a sintaxe, considerada como valência quantitativa, e a semântica, aqui considerada como valência qualitativa, estão, nessa ordem, submetidas aos ditames da dimensão pragmática, aqui circunscritos ao estatuto informacional.

Diante da possibilidade de vir expresso ou não, a hipótese de Mackenzie (1985, 1996) parece ser válida: pode-se chamar de argumentos termos que, embora previstos na predicação *input*, não são expressos?

Como assinalado anteriormente, para Mackenzie, nominalizações não contêm argumentos verdadeiros, como os verbos e adjetivos, mas satélites que podem fornecer alguma informação acessória, para a continuidade semântica do discurso. A não expressão dos argumentos encontra sua principal justificativa na não obrigatoriedade de preencher todas posições argumentais da predicação *input*. Por poderem vir expressos ou não, os termos que acompanham as nominalizações são considerados satélites.

Dik (1985, 1997), por sua vez, caracteriza os termos que acompanham as nominalizações como constituintes argumentais. Num predicado de dois lugares, dois argumentos têm a possibilidade de expressão. Sendo assim, diante da regra geral de Dik, segundo a qual há uma forte preferência para que pelo menos um argumento assuma a expressão de possuidor, existe a possibilidade de um argumento não vir expresso. Se podem não vir expressos, parece não se tratar de argumentos, que são obrigatórios à predicação.

Embora pareça vantajosa, a hipótese de Mackenzie apresenta alguns problemas. Mackenzie considera que o argumento sujeito do predicado verbal *input* equivale, no predicado nominal, a um satélite z e o segundo argumento, a um satélite y. Vale lembrar que, por satélite z, o autor entende os satélites propriamente ditos e, por satélite y, os que são quase-argumentos. Ora, se , por um lado, é essencial e, por outro, pode não ser expresso, o

que diferencia a explicação fornecida por Mackenzie da fornecida por Dik: novamente, sendo necessário, por que o ‘satélite’ quase-argumento pode não se manifestar?

Além do mais, pensando somente no termo *satélite* tal como definido na GF – adição opcional ao estado de coisas –, como explicar os termos que precisam ser expressos, informação nova sem a qual o ouvinte não identifica o referente pretendido? Tais termos poderiam ser tratados como satélites y? Entretanto, em um predicado nominal bivalente, se os dois termos fossem informação necessária, o primeiro termo poderia deixar de ser um satélite z, que é uma informação adicional, e passar a ser um satélite y? Haveria, assim, a possibilidade de caracterizar os termos de forma diferente, mediante necessidades comunicativas?

Mackenzie considera que a dupla ocorrência da mesma função semântica em uma predicação não é problemática, dado o *status* diferencial dos dois possuidores como satélites implícitos e não-implícitos. Segundo Dik (1989, p. 103), “esquemas de predicados nucleares nunca contém mais que uma instância de uma dada função semântica”.³⁴ A afirmação de Dik está de acordo com o critério de atribuição de papel semântico proposto pela Gramática Gerativa. Segundo o critério-theta (atribuição de papel temático), um constituinte só comporta um único papel temático e um mesmo papel temático só pode ser atribuído a um único constituinte (cf. RAPOSO, 1992). Pensando, por exemplo, na função semântica de Agente da GF, é impossível, numa predicação verbal, atribuir essa função a mais de um argumento. Para evitar a atribuição da mesma função semântica de possuidor para os dois argumentos da nominalização, Mackenzie postula os conceitos de satélite implícito e de satélite não-implícito, mas a validade desses conceitos fica restrita ao âmbito específico de casos de nomes genéricos, porque em *Cesar’s destruction of the city*, por exemplo, ambos os argumentos destacados aparecem explícitos.

³⁴ Cf. original: Nuclear predicate frames never contain more than one instance of a given semantic function.

Além disso, para o autor, os termos da nominalização são apenas metaforicamente possuidores, não podendo, assim, ser tratados como argumentos aos quais se atribuem funções semânticas de Agente e Meta, por exemplo. Ao contrário, as funções semânticas são Agente e Meta, mas, para a conceitualização como objeto, é necessário transformá-las em algo formalmente relacionado a nomes e não a verbos. Os nomes prototípicos contêm, de fato, possuidores, como *de Maria* em *o livro de Maria*. Nominalizar um predicado verbal ou adjetival é aproximá-lo da estrutura de um nome, ajustando os termos do predicado à estrutura prototípica do nome. Não se trata, assim, de possuidores verdadeiros, mas de termos formalmente relacionados ao nome.

Um pouco mais problemática é a hipótese de redução de valência: parece ser contraintuitivo, dado um predicado verbal ou adjetival, reduzir-se a valência do predicado nominal para, posteriormente, se necessário, acrescentar satélites que se refiram aos argumentos potenciais, ou seja, recuperar os argumentos da predicação *input*. Por que reduzir os argumentos e depois recuperá-los adicionando-se satélites?

Para formular a hipótese de redução de valência, Mackenzie acrescenta mais uma categoria às já existentes: satélites *z*. Uma teoria que se propõe a explicar os fenômenos da linguagem deve ser suficientemente exaustiva, a fim de abarcar o maior número de casos. Ao criar uma nova representação para explicar a redução de valência das nominalizações, Mackenzie contraria o princípio da economia, isto é, abranger o número total dos casos de uma língua, com um número de aparato descritivo, como regras, conceitos e fórmulas. Com as categorias já existentes, é possível proceder à análise exaustiva dos fenômenos lingüísticos, sem a necessidade de criar uma outra representação que dê conta de um único fenômeno. A simplicidade, por fim, deve estar presente na análise dos fatos. Como dito anteriormente, ao considerar o segundo termo da nominalização como satélite *z*, Mackenzie não explica os casos em que esse termo deve ser formalmente expresso, na medida em que a não expressão

não atende às necessidades comunicativas. Sendo assim, é mais simples pensar no estatuto pragmático para a explicação da expressão (ou não-expressão) dos termos da nominalização – além de abranger um maior número de casos.

Por essas razões, a hipótese da preservação de valência parece mais próxima dos resultados obtidos a partir da análise dos dados, ou seja, as nominalizações, de fato, dispõem de uma estrutura argumental. Entretanto, nessa proposta, que prevê que a valência quantitativa e qualitativa é mantida, embora reconheça que o fato de um ou os dois argumentos não serem formalmente expressos, não há explicações sobre uma forma de representação para construções cujos argumentos não são expressos. Novamente, o impasse se mantém: qual hipótese adotar para o tratamento dos termos da nominalização?

6.3. Uma proposta alternativa: esquemas de predicação na GFD

A seção 2.2. (cf. capítulo II, p.30) apresentou o tratamento que a GF *standard* dispensa ao esquema de predicado. Posteriormente, a seção subsequente mostrou que estudos mais recentes observam atentamente o papel dos esquemas de predicado na GF e apresentam a possibilidade de substituí-los por esquemas de predicação gerais (GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002). Observem-se as ocorrências encontradas para a nominalização *preocupação*, dadas em (5a-b):

(5)a. ...toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar necessariamente ligada... a esta **preocupação** vital do homem pré-histórico de... se conservar vivo... (EF-SP-405:50)

b. ...então numa vida desse tipo... a **preocupação** principal está centrada na sobrevivência... (EF-SP-405:50)

Nota-se que, em (5a), as duas casas valenciais de *preocupação* estão preenchidas; já em (5b), por sua vez, não há expressão argumental. Se aplicado o novo esquema de predicação proposto por Velasco & Hengeveld (2002), (5a) e (5b) poderiam ser, respectivamente, descritas como:

(7)a. preocupação [N]

[f₁: [Zero (x₁) [Referência (x₂)]]]

b. preocupação [N]

[f₁: Pred_N]

Embora seja uma análise superficial, pode-se dizer que, se, por ser informacionalmente importante expressar os argumentos, A₁ e A₂ de *preocupação* aparecem formalmente expressos, há uma representação para esse caso; se, por outro lado, não há necessidade de expressão – ou por ser redundante, ou por impossibilidade de expressão –, um outro esquema de predicação, diferente do primeiro, prevê essa ocorrência.

A nominalização é um tipo ambíguo de construção, a meio caminho entre duas categorias semânticas, no nível representacional, ou seja, entidade (x) ou predicado (f). O problema que ela suscita é se dispõe ou não de estrutura argumental. As duas posições discutidas aqui, a de Dik (1985, 1997) e a de Mackenzie (1985, 1996), só são de fato alternativas se forem consideradas no âmbito da GF *standard*, onde foram geradas. Entretanto, se forem consideradas no arcabouço da GFD, a questão se resolve de outra maneira.

Uma evidência para a inadequação da noção de esquema de predicado (cf. capítulo II, seções 2.2. e 2.2.1.) deriva justamente do estudo de objetos não especificados. Garcia Velasco & Portero Muñoz (no prelo *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.102-3) demonstram que a omissão de objetos é determinada por restrições de tipo semântico e de tipo

discursivo. A diferença básica entre os dois processos é a de que omissão lexical requer a ausência de um referente possível para o objeto subentendido. Os autores mencionam Fillmore (1986 *apud* GARCIA VELASCO & HENGVELD, 2002, p.103), que observa o seguinte contraste:

(8)a. Ele estava comendo____; Eu quero saber o que ele estava comendo.

b. Eles descobriram ____; # Eu quero saber o que eles descobriram.

Não tem sentido perguntar ‘Eu quero saber o que eles descobriram’, em (8b), porque o objeto subentendido de ‘descobrir’ é óbvio a partir do contexto. Em contraste, com (8a), é totalmente adequado admitir ignorância do referente do objeto implícito de ‘comer’. Garcia Velasco & Portero Muñoz mostram que é possível formalizar essa diferença, assumindo que esquemas de predicado (agora ‘esquemas de predicação’) são atribuídos *on line* e que os verbos transitivos que admitem omissão lexical assumem um esquema de predicado de um lugar em seus usos intransitivos, não permitindo, assim, um processo anafórico de recuperação do referente. Os autores postulam que esse processo pode ser pragmaticamente motivado, uma vez que ele licencia uma alteração no tipo semântico de estado de coisas (de Realização para Atividade) de um modo eficiente e econômico.

Essa motivação pragmática é verdadeiramente aplicável nas nominalizações que permitem a recuperação anafórica dos referentes no cotexto, sem, contudo, admitir mudança semântica no tipo de estado de coisas que representam. Todavia, no uso genérico, as nominalizações acompanham o mesmo formato de verbos como ‘comer’, em que nenhum argumento tem pertinência, ou nos casos de predicados nominais de dois lugares, em que o agente, por exemplo, é uma noção implícita que não necessita de expressão formal.

Considerando os mecanismos abstratos de definição de significado, é possível considerar a definição, em (9a-b), para o lexema verbal ‘open’.

(9) $open_v$

a. $[f_1: [CAUSE (x_1)[BECOME \textbf{open}' (x_2)]]]$

b $[f_1: [BECOME \textbf{open}' (x_1)]]$

As duas definições constantes de (9) expressam que o lexema ‘open’ designa uma relação, representada pela variável ‘f’, entre duas entidades, representadas pela variável ‘x’. Ao contrastar as duas definições de significado para o lexema ‘open’, fica evidente a relação entre eles, isto é, que a segunda definição é uma subparte da primeira. Isso significa que é fácil formular uma regra que deriva um significado abstrato de outro lexema e, em seguida, ligar cada definição a um esquema de predicação. A regra de formação de predicado passa a ser substituída pela regra de derivação de lexema, separando-se, assim, com maior nitidez, a sintaxe do léxico. Conseqüentemente, se um lexema tem mais que uma definição de significado, como o verbo ‘open’, ele pode ser vinculado a mais de um esquema de predicação.

As evidências já discutidas anteriormente sugerem que a ligação entre lexemas e esquemas de predicação não pode ser desenvolvida numa base bi-unívoca; pelo contrário, os lexemas podem assumir diferentes esquemas, se eles tiverem mais de uma leitura, como é o caso de *open* (‘abrir’), como predicado intransitivo e como predicado transitivo. Estendendo mais os fatos a fenômenos similares, neste trabalho, postula-se que essa abordagem seja aplicada, nos mesmos termos, aos predicados nominais derivados, com a evidente vantagem de dar caducidade à necessidade de escolha entre a hipótese de preservação de valência e a hipótese de redução de valência. Outra vantagem inegável é a de que manter o princípio de

que o nome derivado é dotado de estrutura argumental deixa a teoria mais econômica, já que torna supérfluo considerar conceitos, como os de satélite z e satélite y, postulados por Mackenzie (1996).

Considerando, agora, que estatuto comunicativo têm as nominalizações na GFD, se consistem num subato atributivo ou num subato referencial, Mackenzie (2004) aponta para o fato de que operadores de identificabilidade e especificidade se tornam mais acessíveis conforme aumenta o estatuto nominal da predicação encaixada. Considerem-se os exemplos do próprio autor em (10):

(10) * the (that) my horse won the race.

* the (my horse) to win the race.

* the winning the race

the winning of the race

the victory of the race

Operadores de indefinitude são também passíveis de atuar sobre o subato referencial, conforme se vê em *winning this battle is a winning of all battles e there won't be any winning of hearts and minds* (MACKENZIE, 2004). Assim, para fazer justiça ao caráter ambíguo das nominalizações, a meio caminho entre um subato atributivo (T) e um subato referencial (R), a melhor análise é considerar que, para dar conta do caráter nominal da predicação nominalizada, ela deve ser considerada um subato referencial que abriga um subato atributivo. Assim, na visão de Mackenzie, nos casos em que a nominalização não admite operadores de definitude, a leitura é de uma predicação com sua própria estrutura argumental (11a), e nos casos em que a nominalização admite esse tipo de operador, a leitura é de um subato referencial dentro de um subato atributivo sem estrutura argumental, de acordo com a hipótese de redução de valência (11b):

(11)a. I enjoyed my horse winning the race.

R T R T R

(e₁: [(f₁: win (f₁) (my horse)_{Ag} (race)_{Pat}] (e₁))

b. Everyone witnessed my horse's winning of the race

R T (d/iR:[R T R] (R)

(e₁: [(f₁: winning (f₁)) (my horse)_{Ass} (race)_{Ass}] (e₁))

Uma diferença, contudo, persiste na análise aqui apresentada e na de Mackenzie. Como se vê em (11) acima, persiste em sua análise a necessidade de considerar que, quando as nominalizações passam a funcionar como um subato referencial no nível interpessoal, representado por um estado de coisas no nível representacional, elas perdem necessariamente a estrutura argumental que só se mantém nos casos, válidos para o inglês, em que se preserva o estatuto lexical de predicado verbal.

Na análise apresentada neste trabalho, sustenta-se que a estrutura argumental permanece preservada, e a questão de quantos lugares o predicado nominal assume, antes dependente diretamente do esquema de predicado, é, agora, uma questão esgotada, se for considerada a proposta de esquemas abstratos de predicação acima discutida.

Uma evidência adicional que dá especial suporte a esse argumento está no fato de que, no nível da expressão, as predicações nominalizadas são dotadas de marcas especiais de estatuto argumental, o acréscimo das preposições *de* e *por* apenas nas predicações nominalizadas, visibilizando as funções semânticas dos argumentos potenciais dos predicados nominais, que, por isso, parecem manter correspondência formal mais estrita com o predicado verbal e adjetival que lhes servem de *input*. Para fornecer uma representação formal simplificada dessa interpretação, considerem-se os exemplos contidos em (12a-c) e os esquemas de predicação em (13a-d), já com a interpretação de que as nominalizações são relações (f) no nível representacional e subatos atributivos (T) encaixados em subatos

referenciais (R) no nível interpessoal. A valência quantitativa é variável de acordo com a natureza do lexema que for escolhido no léxico, que permite a expressão de (12a-d), respectivamente:

(12)a. A destruição de Bagdá pelo exército americano causou a morte de civis.

b. A destruição de Bagdá causou a morte de civis.

c. A destruição do exército americano no Iraque causou a morte de civis.

d. Guerras em geral causam destruição.

(13)a. $(R_1: [(Te_1 \blacklozenge [(f_1) (x_1)_{Agente} (x_2)_{Meta}] (Te_1))] (R_1))$

b. $(R_1: [(Te_1 \blacklozenge [(f_1) (x_1)_{Meta}] (Te_1))] (R_1))$

c. $(R_1: [(Te_1 \blacklozenge [(f_1) (x_1)_{Agente})) (x_2)_{Locativo}] (Te_1)] (R_1))$

d. $(R_1: [(Te_1 \blacklozenge [(f_1)] (Te_1))] (R_1))$

Esses esquemas expressam, igualmente para ‘open’ em (9a-b), que o lexema *destruição* designa uma relação (aqui representada pela variável ‘f’) entre duas entidades (representadas pelas variáveis ‘x’). A presença dessas duas variáveis na representação do lexema do nome, segundo Velasco & Hengeveld (2002, p.114), guia o processo de ligação na direção de um esquema de predicação de dois lugares para (13a), de um lugar, para (13b) e (13c), e de zero lugar, para (13d).

A interpretação de que os nomes derivados preservam a estrutura argumental do predicado verbal e adjetival *input* faz justiça a alguns aspectos.

Primeiramente, permite preservar a intuição de que há uma relação de correspondência semântica entre predicados verbais e adjetivais e predicados nominais.

Em segundo lugar, permite preservar a intuição de que essa relação de correspondência se estende à diferença semântica entre argumentos e satélites, em função da diferença de expressão, garantida pelo acréscimo de *de* e *por* para a expressão de argumentos nas nominalizações e pela manutenção das preposições do predicado *input* para os satélites (a destruição do exército americano no Iraque) e para oblíquos (a preocupação de Maria com a pobreza).

Finalmente, a manutenção ou não da estrutura argumental *input*, traduzida na diferença entre predicados intransitivos (zero lugar) e transitivos de um ou dois lugares, permite representar a diferença no estatuto informacional dos argumentos, em estrita obediência ao princípio de adequação pragmática.

6.4. Regras para a expressão argumental das nominalizações no PB

Na análise do *corpus*, a primeira constatação feita diz respeito aos argumentos formalmente expressos: como vimos, ocorre a predominância de A_2 . Para a expressão argumental, o estatuto informacional mostra ser extremamente relevante, já que, com base na informação nova ou dada, tem-se ou não a expressão de argumentos; foi possível verificar que a maioria de A_2 expresso é informação nova, enquanto a maioria de A_1 é, ao contrário, informação dada. Embora essa constatação se refira somente ao estatuto informacional dos argumentos expressos – não havendo, assim, como diferenciar os dois argumentos, já que, sendo novo ou dado, ambos foram expressos –, se observado o grau de preenchimento de A_2 , com 32% (67/208), em relação a A_1 , com 14% (43/305), é possível constatar que A_2 é predominantemente expresso por ser, na maioria das vezes, informação nova, enquanto A_1 é preterido por ser informação dada.

A correspondência sintático-semântico entre predicados verbal e adjetival e predicados nominais, em termos de preservação ou não da estrutura argumental, parece refletir-se também no estatuto informacional das entidades representadas pelos argumentos. Com efeito, os dados fornecem evidência de que a convergência no A_1 da função sintática de sujeito e na função pragmática de tópico, comum nas sentenças simples do português, parece refletir-se também na estrutura argumental de predicções encaixadas como nominalizações, já que tanto num tipo de predicação, quanto no noutro, por ser dado, o sujeito pode receber freqüentemente a expressão de anáfora zero, enquanto A_2 , dado seu caráter pragmático de entidade nova, deve receber freqüentemente a expressão de item lexical pleno.

Os dados mostram, assim, que, no caso dos nomes bi ou trivalenciais, havendo um argumento para ser expresso, esse argumento é A_2 , o que corresponderia ao “princípio de expressão do argumento lexical único” de Du Bois (1987).

Uma segunda constatação diz respeito à forma de expressão de argumentos. Havendo um argumento para ser expresso, esse argumento será preferencialmente expresso sob a forma de um sintagma preposicionado, introduzido pela preposição *de*.

Keizer (2004) faz uma análise funcional das preposições no arcabouço teórico da GFD e considera que elas podem atuar tanto como elementos gramaticais (operadores) quanto como elementos lexicais (predicados do léxico). Seu principal argumento favorece uma interpretação das preposições como elementos lexicais armazenados no léxico e – tais como categorias sintáticas como nomes, verbos e adjetivos – atuando como predicados de um lugar (transitivas) e como avalentes (intransitivas). Demonstra, por outro lado, que algumas preposições do inglês (*of* e *by*) licenciam um uso gramatical como complementos de nominalizações como resultado do PAF. Esse uso restringe-se aos casos em que a preposição é núcleo de um sintagma preposicionado que atua como argumento herdado de um núcleo nominal deverbal/deadjetival com funções semânticas de Agente, Força, Processado,

Posicionador, Zero ou Meta. Nesses casos, os sintagmas preposicionados são analisados como termos com expressão semântica e as preposições, como elementos gramaticais expressando essas funções semânticas. Na medida em que, como elementos gramaticais, as preposições visibilizam funções semânticas, o enfoque deixa claramente implícita a idéia de que núcleos nominais deverbais/deadjetivais são dotados de estrutura argumental. Observem-se os exemplos:

(14)a. ... eles conseguem chegar a uma **fidelidade** linear... da natureza... (EF-SP-405:57)

b. ... há uma **fidelidade**... linear à natureza... que consegue mostrar os animais:: em pleno movimento... (EF-SP-405:57)

No exemplo (14a), o nome *fidelidade* não preserva a preposição do predicado *input*, tal como ocorre em (14b). O que é interessante ressaltar, entretanto, é que essa substituição da preposição *a*, regida por *fiel*, pela preposição *de*, na nominalização, é um argumento a favor de *de* como marca de argumento, ou seja, esse tipo de variação mostra que, cognitivamente, o indivíduo considera *de* como uma marca de argumento, ou seja, como complemento de nominalizações.

Por fim, a função semântica de A_2 expresso, no *corpus* analisado, é Referência, majoritária, e Meta. Isso mostra que outras funções semânticas, que não Meta – tal como Dik afirma quando analisa a estrutura de argumentos das nominalizações –, podem ocorrer e, da mesma forma, licenciar a expressão do argumento e a expressão preferencial em sintagma-de. Salienta-se, entretanto, que a expressão em sintagma-de é mais incisiva quando se trata de argumento cuja função semântica é Meta do que quando é Referência, que permite outras formas de manifestação do argumento.

O português tem restrições morfológicas e sintáticas à expressão de sintagma de possuidor. Ao contrário do inglês, o português não faz uso do genitivo, limitando-se aos pronomes possessivos e sintagmas preposicionados com a preposição *de*. Com base nos resultados apresentados no capítulo anterior, pode-se estabelecer as seguintes condições para a expressão da estrutura argumental no PB:

I. Se há um primeiro argumento, então (a) expresse-o num sintagma-de (regra preferida), ou como um possuidor pré-nominal, ou como um adjetivo atributivo (regra opcional).

II. Se há um predicado de dois lugares e um segundo argumento com função Meta, então (b) expresse o primeiro argumento em posição pré-nominal, com um pronome possessivo, ou em posição pós-nominal, como um adjetivo atributivo; e (c) expresse o segundo argumento em um sintagma preposicionado introduzido pela preposição *de* (regra preferida), ou como um adjetivo.

III. Expressam-se termos não especificados em a-c acima de acordo com sua própria função semântica.

As regras acima expressam a preferência para a expressão argumental mediante o uso de sintagma-de, tanto para o sujeito (regra I) quanto para o objeto (regra II). Cabe salientar que a expressão de A_1 como possuidor pré-nominal (regra opcional) implica em uma menção anterior do termo correferente. Se o termo for introduzido pela primeira vez, a expressão será predominantemente sob a forma de sintagma-de.

Não havendo uma preposição regida na origem pelo predicado, como *preocupar com/preocupação com*, o segundo argumento tem prioridade, assumindo a função de

possuidor com um sintagma preposicionado com *de*, sendo que, ao argumento na função de sujeito potencial, cabe a expressão como um pronome possessivo, como em *minha produção de soja*, ou como um adjetivo, como em *a produção humana de soja*, este, todavia, de âmbito referencial mais genérico que aquele.

Esse sistema de regras cobre as seguintes características gerais observadas nos dados:

- (1) há uma forte preferência para que pelo menos um argumento assuma a expressão de possuidor. Considerando-se o estatuto informacional, esse argumento será A_2 , que é a informação nova;
- (2) os nomes monovalenciais expressam o seu único argumento preferencialmente em posição pós-nominal;
- (3) O segundo argumento, se houver, deve assumir a expressão de possuidor em posição pós-nominal;
- (4) embora esse conjunto de regras possa produzir uma construção com dois argumentos na expressão de possuidor, em casos de, no predicado *input*, não haver uma preposição regida pelo predicado de origem, um deles poderá ocupar a posição pós-nominal, na forma de um sintagma-de, e o outro ocupa a posição pré-nominal, na forma de pronome possessivo, ou a posição pós-nominal, na forma de adjetivo atributivo.

Os ajustes da predicação verbal encaixada na expressão do termo nominal são os mesmos detectados por Dik (1997): um operador de predicado passa a zero e, inversamente, zero, a operador de termo; um predicado verbal torna-se núcleo nominal; o primeiro e o

segundo argumentos podem assumir a forma de uma expressão de possuidor ou a de um adjetivo atributivo; já um satélite adverbial, se houver, só pode assumir a forma de um adjetivo atributivo. Assim, o termo *esta preocupação vital do homem pré-histórico de ...se conservar vivo* representa um SN prototípico, tendo *preocupação* como núcleo nominal; o sujeito da predicação *input* assume a forma de um sintagma de possuidor, com a preposição *de*, e o mesmo se aplica ao objeto, aqui na expressão de uma oração na forma infinitiva. Os operadores típicos de um predicado verbal - tempo, modo e aspecto - desaparecem para ceder espaço a operadores tipicamente nominais, como o demonstrativo anafórico *esta* que faz remissão ao texto antecedente. O satélite adverbial, *vitalmente*, aparece aqui sob a forma de um adjetivo atributivo, *vital*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que a melhor maneira de finalizar o relato de um trabalho de pesquisa é fazer um balanço do que foi prometido e do que foi cumprido. Estabeleci como objetivo a investigação da expressão argumental de nominalizações com a finalidade de fornecer uma contribuição para a análise desse tipo de construção encaixada no português falado do Brasil; mais especificamente, o objetivo que me impus foi decidir se os complementos dessas construções são satélites ou argumentos reais, numa correspondência mais estrita com o predicado *input*, o que significaria preservar um laço entre o termo primitivo e o termo derivado, aparentemente presente não apenas na intuição do falante, mas também na própria gramática tradicional, que, segundo Bechara (1999), considera que os termos da nominalização são complementos nominais, independentemente da função primária, sujeito ou objeto.

O enfoque funcional adotado, a GF, afirma que uma análise adequada da expressão lingüística depende crucialmente das circunstâncias efetivas de interação verbal, o que significa incluir o componente contextual, que diz respeito à recorrência de referentes da própria situação de conversação, ou referência dêitica, ou à recorrência de referentes retomados no próprio contexto verbal, mediante referência anafórica. Como essas informações acham-se disponíveis aos interlocutores, os participantes do processo de interação constituem parte integrante crucial da situação de interação verbal. A GF determina que a explicação da expressão lingüística, aqui restrita ao estatuto argumental das nominalizações, seja profundamente arraigada na situação de interação verbal, o que não implica que toda expressão lingüística tenha determinação pragmática, mas que, se tiver, um enfoque funcional deve necessariamente explicitá-la.

Assim, a hipótese que defendi é a de que realmente os nomes derivados são dotados de uma estrutura valencial, sendo que a expressão formal dos argumentos e, conseqüentemente, o preenchimento das posições estruturais dependem crucialmente da distribuição de informação dada ou nova, ou seja, do estatuto informacional dos constituintes. É possível afirmar, sem risco de incorrer em erro, que a interpretação dos dados em função dos parâmetros de análise permitiu confirmar a hipótese de que o preenchimento da estrutura argumental por termos expressos ou recuperados está diretamente correlacionado ao estatuto informacional dos referentes envolvidos.

Uma hipótese acessória, igualmente confirmada, foi a de que, quando formalmente expressos, os argumentos recebem preferentemente o formato de um sintagma-de e, nesse caso, haveria uma competição entre A_1 e A_2 , que se resolveria pela manutenção deste em detrimento daquele. Uma vez mais, a confirmação dessa hipótese teve um forte correlato pragmático, já que o argumento externo é normalmente dotado de informação nova e o argumento interno, de informação dada. Nesse caso, a estrutura da predicação no nome derivado se identifica não só formal, mas também pragmaticamente com a estrutura da predicação verbal, conforme atesta a regra do argumento lexical único de Du Bois (1987), amplamente comprovada no português falado por Pezatti (1992).

Resolvida a questão de saber se se trata ou não de uma estrutura argumental, foi necessário resolver como essa visão dos fatos do português encontraria uma explicação adequada no âmbito do arcabouço teórico adotado. As soluções com que me deparei no âmbito da GF *standard* eram a de Dik (1985, 1997) e a de Mackenzie (1985, 1996). Na perspectiva de Dik, a correspondência intuitiva entre predicados verbais primitivos e predicados nominais derivados encontraria abrigo natural numa regra de formação de predicado e a estrutura subjacente aplicável tanto ao *input* quanto ao *output* da regra seria exatamente a mesma, isto é, de um ponto de vista semântico, manter-se-ia a mesma valência

quantitativa e qualitativa. Todavia, na perspectiva de Mackenzie, esse tratamento não forneceria explicação adequada para o fato, realmente comprovado nos dados, de que nem sempre os nomes derivados manifestam a mesma estrutura valencial do verbo de origem. Conseqüentemente, ele propôs a hipótese de redução de valência, segundo a qual, na passagem para nomes, haveria redução a zero da valência primitiva do predicado verbal e, caso os nomes derivados tivessem que manifestar algum tipo de modificador, este deveria ser considerado satélites, não argumentos.

As mudanças recentes da GF em direção à GFD, opção já prevista em Dik (1997), que vem sendo proposta por Hengeveld (2000), forneceram suporte teórico para minhas convicções de que os nomes derivados mantêm uma estrutura argumental. No âmbito da GFD, a proposta de Velasco & Hengeveld (2002) de esquemas de predicado sejam separados do predicado, em esquemas de predicação, permite uma distinção mais adequada entre o nível estrutural, aqui restrito à sintaxe, entendida como um estoque de esquemas estruturais, e o léxico, entendido como um estoque de predicados. Desse modo, por meio de mecanismo de ligação, aplicado *on line* na formulação, seleciona-se um esquema de predicação de zero, um ou dois lugares, conforme a natureza do lexema.

Outro ponto que vale comentar neste balanço é o de que a conclusão deste trabalho oferece boas perspectivas de continuidade, e um aspecto promissor é o estudo da relação entre forma e função com base na gradiência verbo/nome em português.

Obviamente, a validade dessas considerações é restrita ao âmbito dos dados do português falado, mas não é menos óbvio que é possível sustentar que os dados mantêm uma correspondência harmoniosa com a capacidade explanatória da teoria, na qual a pesquisa se baseia. Para dar uma abrangência maior às hipóteses aqui defendidas seria necessário um estudo tipológico, o que permitiria verificar se determinações pragmáticas ligadas ao estatuto informacional dos referentes da nominalização constituem condições suficientes para

identificá-los como argumentos reais. Esse aspecto mostra, por si próprio, que este estudo permitiu abrir outra frente de trabalho futura, com perspectivas promissoras.

Feito esse balanço, acredito não apenas que este trabalho atingiu o objetivo inicial, mas também que foi capaz de fornecer uma explicação coerente e teoricamente adequada para as hipóteses que defendi, o que pode representar uma contribuição, mínima que seja, para a compreensão da gramática do português falado. Como, porém, a ciência não se esgota nunca em instância alguma de realização, a única certeza que tenho, para concluir, é que minhas hipóteses se confirmaram até que outros argumentos mais fortes e convincentes possam provar o contrário, possibilidade não descartada, em face do pouso sempre provisório de qualquer trabalho científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASILIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 37ª ed., 1999.

BORBA, F. S. Gramática de Casos – uma apresentação geral. In: NEVES, M.H.M. (org.). *Gramática de Casos*. Publicação do curso de pós-graduação em Linguística e Língua portuguesa. Araraquara: Série Encontros, n.º 1, 1987, p.1-9.

BUSSE, W., VILELA, M. *Gramática de Valências*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

CAMACHO, R. G. A função discursivo-textual dos nomes deverbais. In: 52ª Seminário do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2004, Campinas.

CAMACHO, R.G.; SANTANA, L. A expressão argumental dos nomes deverbais. *Estudos Lingüísticos*. São Paulo, v.32, 2004.

CASTILHO, A. T., PRETI, D. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, v. 1, 1986; v. 2, 1987.

DIK, S.C. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: Bolkstein et al. (eds). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, 1985, p. 1-28.

_____. *The theory of Functional Grammar*. (Part I: The structure of the clause). Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *The theory of Functional Grammar*. (Part II: Complex and Derived Constructions). Edited by Kees Hengeveld. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. *Language* (Baltimore), v. 63, 1987, p. 805-55.

EDITORIAL. Compromisso com a cidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 out. 2004. Seção Editoriais, p.A2.

GARCIA VELASCO, D., HENGVELD, K.. Do we need predicate frames? In: MAIRAL USÓN, R., QUINTERO, M.J.P. (eds). *New Perspectives on Argument Structure in Functional Grammar*, Berlin: Mouton de Gruyter, 2002, p.95-123.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P., MORGAN, J.L. (eds.) *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. London/New York: Academic Press, 1975, p. 41-58.

HENGVELD, K. *The architecture of a Functional Discourse Grammar*. (Preliminary version) versão não publicada. Amsterdam, 2000.

HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore). v. 56, n. 2, 1980, p.251-99.

KEIZER, E. English Prepositions in FGD. In: 11th *International Conference on Functional Grammar*. Gijón, Espanha, 2004.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Editora Ática, 9ª ed., 2001.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

LANGACKER, RW. Nouns and verbs. *Language*. v. 63, n.º 1, p. 53-94, 1987.

MACKENZIE, J. L. Nominalization and valency reduction. In: BOLKESTEIN, A. M. et al. (eds). *Predicates and terms in Functional Grammar*. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, 1985, p. 31-51.

_____. English nominalizations in the layered model of the sentence. In: DEVRIEND, B., GOOSSENS, L., AUWERA, J. von der (eds). *Complex Structures: A Functionalist Perspective*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1996, p.325-55.

_____. The Predicate in Functional Grammar. In: MAIRAL USÓN, R., QUINTERO, M.J.P (eds). *New perspectives on Argument Structure in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002, p.1-38.

____. FGD perspectives on nominalization. In: *11th International Conference on Functional Grammar*. Gijón, Espanha, 2004.

MARCUSCHI, L.A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

PEZATTI, E. G. A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

PRETI, D., URBANO, H. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, v. 3, 1988.

PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem*. Lisboa: Editora Caminho S/A, 1992.

SANKOFF, D. VARBRUL: Université de Motréal. 1975 (mimeo)